

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NUCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA
AGRÁRIA
www2.fct.unesp.br/nera/**

RODOLFO DE SOUZA LIMA

**ENTRE A INDEPENDÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA
CONTRARREFORMA AGRÁRIA PELO BANCO DA TERRA EM
PRESIDENTE PRUDENTE(2001-2013)**

Presidente Prudente, 2015

RODOLFO DE SOUZA LIMA

ENTRE A INDEPENDÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA REFORMA
AGRÁRIA PELO BANCO DA TERRA EM PRESIDENTE PRUDENTE(2001-
2013)

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Geografia da Faculdade,
Ciências e Tecnologia (FCT) da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de
Presidente Prudente, como requisito
obrigatório para a obtenção de Bacharel

Orientador: Ricardo Pires de Paula

Presidente Prudente

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

L71e	<p>Lima, Rodolfo de Souza. Entre a independência e o endividamento : análise da contrarreforma agrária pelo Banco da Terra / Rodolfo de Souza Lima. - Presidente Prudente : [s.n], 2015 140 f. : il.</p> <p>Orientador: Ricardo Pires de Paula Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Inclui bibliografia</p> <p>1. Banco da Terra. 2. Contrarreforma Agrária de Mercado. 3. Presidente Prudente (SP). I. Paula, Ricardo Pires. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.</p>
------	--

RODOLFO DE SOUZA LIMA

ENTRE A INDEPENDÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA REFORMA
AGRÁRIA PELO BANCO DA TERRA EM PRESIDENTE PRUDENTE(2001-
2013)

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Faculdade,
Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Presidente Prudente, submetida à
aprovação da banca avaliadora pelos seguintes nomes:

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula

Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Prof. Sidney Cássio Todescato Leal

Presidente Prudente, 2015

Dedico este trabalho as famílias da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José e a todas as famílias camponesas que resistem cotidianamente nos empreendimentos de Contrarreforma Agrária de Mercado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é mérito apenas meu, ele só pôde ser finalizado com o apoio de muitas pessoas, de familiares, amigos e professores, etc. Nesse sentido, venho neste espaço expor meus agradecimentos a estas pessoas. E já deixo de sobreaviso, àqueles que não estão presentes, não se preocupem.

Agradeço a meus pais, Eliana Marcia de Souza e José Barbosa de Lima, que sempre me apoiaram desde o ingresso no curso de Geografia, até o atual momento. Aos meus queridos avós. A meus padrinhos, que sempre acreditaram em mim. A minha irmã, Isabela, minhas primas, Natalia, Isabella e a Vera Lucia. E a todos os outros familiares que de alguma forma sempre me deram forças.

Aos amigos, João, Thiago, Cesar, Rogério, Tamiris, Victor (Mega), que apesar da distância, sempre que nos encontramos a amizade se renova e se fortalece. Aos camaradas da Moradia Estudantil, Tais Teles, Marina (Nina), Isac Rodrigues, Paulo Lopes, Luis Martins, Hideki, Lais Tubero, Mayara, Guilherme Santos, Giuglianna, Alex, Juliano, Jefferson, Paulo (Praxedes), Alexandre (H.U.), Ana Carla, Flávio (Tim), ao Bruno Bomfim, Jean Carlos, Pietro Mateus, Victor Arruda, Agda, Rodrigo Luiz, Ana Beatriz de Souza Marcondes. Ao Lucas Pauli (Gords), pelas discussões e pelo auxílio nos trabalhos de campo. Washington, que me ensinou quase tudo no movimento estudantil. Também a Agda de Queiroz, pelo apoio técnico. Da Geografia, Maria Beatriz, Edson Aguiar, Edson Sabatini, Nathalia, Lingberg (baiano), Eduardo (Dú), Anna Paula. Do NERA, Rubens (Rubão), Hellen, Lara, Danilo, Leandro, José Sobreiro Filho (Nino), Janaina, Pedro, Hugo Yuzo. Do CEGET Gerson, Fernando Heck, Diógenes, Tássio. Sidney Todescato Leal, quase um co-orientador e inestimável camarada. A todos da Comissão Permanente de Mobilização (CPM 26), permanecemos na luta por uma universidade paritária, democrática e do pensamento crítico! E a galera de todo o Levante Popular da Juventude, o movimento mais sensual deste país, em particular Franciele Valadão e Jane Rosa. E a tantos outros que não cabem aqui. São pessoas que sempre me ensinaram muitas coisas, lições que levei para o resto da vida e que de certa forma fortalecem o sonho de uma sociedade emancipada.

Agradeço aos professores Eduardo Paulon Girardi, Bernardo Mançano Fernandes, Eraldo da Silva Ramos Filho e Antonio Thomaz Jr. Ambos pelo espírito crítico, capacidade provocativa e pela grande capacidade de desemaranhar a lógica do metabolismo social do capital e apontar alternativas de mudança.

Ao meu amigo e orientador, camarada de luta, Ricardo Pires de Paula, que compartilhou comigo esta empreitada, sempre acreditando.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista da Faculdade de Ciências e Tecnologia, pelo apoio institucional.

E por fim, agradeço especialmente famílias da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José que me receberam tão bem em suas casas.

Dizem que somos sonhadores, mas os verdadeiros sonhadores são aqueles que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente da mesma forma. (...) Não somos sonhadores. Somos o despertar de um sonho que está a transformar-se num pesadelo.

Slavoj Zizek

ENTRE A INDEPENDÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA REFORMA AGRÁRIA PELO BANCO DA TERRA EM PRESIDENTE PRUDENTE(2001-2013)

Resumo: Frente à repercussão internacional, devido a forte repressão aos movimentos camponeses durante a década de 90, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) passou a implantar no país uma série de políticas fundiárias de cunho neoliberal, orientadas pelo Banco Mundial (BM). O discurso do BM era de que a reforma agrária estaria fadada ao fracasso, seria necessário uma política fundiária que fosse pacífica, eficaz, moderna e compatível com o mercado. Na prática, as políticas não democratizam a terra, favorecem fazendeiros que desejam se livrar de processos judiciais e do pagamento de dívidas, promovem políticas agrícolas incompletas e aprisionam as famílias camponesas a uma dívida impagável. Os movimentos camponeses e os estudiosos passam a chamar a política fundiária do Banco Mundial de Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM). Ignorando as críticas, o governo brasileiro cria um rol de programas e entre elas está o Banco da Terra (BT) em 1998. O BT chega ao Pontal do Paranapanema-SP em 2001, em meio a um intenso conflito entre camponeses e latifundiários. Principalmente devido ao apoio dos ruralistas, da mídia, e dos prefeitos da região, como uma solução para os conflitos por terra. O primeiro empreendimento é realizado na Fazenda São José, em Presidente Prudente, abrangendo 41 famílias. Os problemas deste modelo já começaram a aparecer logo na compra, pois se tratava de uma fazenda considerada devoluta. Além disto, as famílias até hoje vêm passando dificuldades para quitar a dívida. Situação que já levou a desistência de 11 famílias do empreendimento e a um processo de individualização da dívida. O presente trabalho pretende analisar este complexo território.

Palavras-chave: Banco da Terra; Contrarreforma Agrária de Mercado; Presidente Prudente; Território.

BETWEEN THE INDEPENDENCE AND THE DEBT: ANALYSIS OF LAND REFORM IN THE LAND BANK IN PRESIDENTE PRUDENTE (2001-2013)

Abstract: Faced with the international repercussions, due to strong repression of peasant movements during the 90s, the Fernando Henrique Cardoso (FHC) government now deploys in the country a series of neoliberal land policies, guided by the World Bank (WB). The WB speech was that agrarian reform would be doomed to failure, a land policy would need to be peaceful, effective, modern and compatible with the market. In practice, the policies do not democratize the land, favoring farmers who want to get rid of legal proceedings and the payment of debts, incomplete agricultural policies and imprison peasant families to an unpayable debt. Peasant movements and scholars come to call the World Bank land policy of Agrarian Counterreform of Market (CRAM). Ignoring the criticism, the Brazilian government creates a list of programs, and among them is the Land Bank (BT) in 1998. The BT comes to Pontal do Paranapanema in 2001, amid an intense conflict between peasants and landowners. Mainly due to the support of large farmers, the media, and the mayors of the region, as a solution to the conflicts over land. The first development is performed at Fazenda São José, in Presidente Prudente,

covering 41 families. The problems of this model have started to appear soon in the purchase, because it was a farm considered public land. In addition, families today are undergoing difficulties to pay off the debt. Situation which has resulted in the withdrawal of 11 families of the enterprise and to a individualization debt process. This paper aims to analyze this complex territory.

Key-words: Land Bank, Agrarian Counterreform of Market; Presidente Prudente; Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ocupações de terra no Brasil 1988-2012.....	45
Figura 2 – Pontal do Paranapanema.....	59
Figura 3 – Origem da grilagem no Pontal.....	61
Figura 4 - 2º Perímetro de Presidente Prudente... ..	66
Figura 5 – Situação Jurídico-dominial das Terras do Pontal do Paranapanema.....	67
Figura 6 – Concentração fundiária do Pontal do Paranapanema (2012).....	68
Figura 7 – Número de Ocupações entre 1988 e 2012.....	70
Figura 8 - Processos Judiciais Criminais no contra camponeses no Pontal do Paranapanema (1990-2009).....	71
Figura 9 - Mario Covas aprova o Banco da Terra em São Paulo.....	73
Figura 10 – Reunião de oficialização do BT no Pontal do Paranapanema.....	78
Figura 11 – Inscrição para o Banco da Terra em Presidente Prudente.....	80
Figura 12 – Liberação de recursos do Banco da Terra para famílias de Presidente Prudente.....	81
Figura 13 – Terras devolutas de Presidente Prudente.....	87
Figura 14 – Relações entre entidades.....	104

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Sede Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José.....	84
Foto 2 – Poço Caipira inutilizado.....	106
Foto 3 - Poço artesiano.....	107
Foto 4 – Rede Elétrica e estradas.....	107
Foto 5 – Moradias 1.....	107
Foto 6 – Moradias 2.....	108
Foto 7 – Moradias 3.....	108
Foto 8 – APP e Reserva Florestal.....	109
Foto 9 – Reserva Florestal à esquerda.....	110
Foto 10 – Reserva Florestal 1.....	110

Foto 11 – Reserva Florestal 2.....	111
Foto 12 – Reserva Florestal 3.....	111
Foto 13 – Horta da entrevistada 6.....	114
Foto 14 – Horta da entrevistada 5.....	115
Foto 15 – Plantação de mandioca.....	116
Foto 16 – Maracujá.....	117
Foto 17 – Chiqueiro.....	118
Foto 18 – Criação de aves da Entrevistada 6.....	119
Foto 19 – Igreja improvisada de evangélicos da Congregação.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estabelecimentos.....	37
Gráfico 2 - Área total por hectare.....	38
Gráfico 3 - Pessoal ocupado.....	38
Gráfico 4 – Crédito Agrícola.....	39
Gráfico 5 – Conflitos por terra (2004-2013).....	40
Gráfico 6 – Assassinatos no campo (2004-2013).....	40
Gráfico 7 – Conflitos trabalhistas (2004-2013).....	41
Gráfico 8 – Trabalho escravo (2004-2013)	42
Gráfico 9 - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário (1995-2006).....	53
Gráfico 10 – Mutuários que cultivam no lote.....	111
Gráfico 11 – Tipo de Cultura.....	113
Gráfico 12 – Mutuários que possuem criação.....	117
Gráfico 13 – Tipo de criação.....	118
Gráfico 14 – Local de Trabalho.....	120
Gráfico 15 – Principal renda dos mutuários.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empreendimentos de Crédito Fundiário em São Paulo (2000 – 2009)	75
Quadro 2 – Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema.....	83
Quadro 3 – Idade dos entrevistados.....	89
Quadro 4 – Quantidade de pessoas morando no lote.....	89
Quadro 5 – Projetos de infraestrutura.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação Jurídico-dominial do Pontal do Paranapanema.....67

LISTA DE SIGLAS

AAFFSJ = Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José
BM = Banco Mundial
BT = Banco da Terra
BIRD = Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAF = Consolidação da Agricultura Familiar
CFCPR = Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural
CONAB= Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT = Comissão Pastoral da Terra
CPR = Combate à Pobreza Rural
CRAM = Contrarreforma Agrária de Mercado
FHC =Fernando Henrique Cardoso
FMI = Fundo Monetário Internacional
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NERA = Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária
NPT = Nossa Primeira Terra
MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC = Organização Mundial do Comércio
PAA= Programa de Aquisição de Alimentos
PCA = Paradigma do Capitalismo Agrário
PCT = Projeto Cédula da Terra
PNCF = Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA = Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF= Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSJ = Projeto São José
PT = Partido dos Trabalhadores
RA = Reforma Agrária
STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TL = Terra Livre
UDR = União Democrática Ruralista
UNESP = Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA PROPOSTA DO BANCO MUNDIAL	21
1.1 Os conceitos de Reforma Agrária e Contrarreforma agrária de Mercado.....	25
1.2 À (re)criação do campesinato sob a reforma agrária e o crédito fundiário	27
1.3 Conflitos territoriais entre agronegócio e campesinato	34
2. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL.....	43
3. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO CHEGA AO PONTAL DO PARANAPANEMA	58
3.1 A ocupação do Pontal do Paranapanema.....	59
3.2 A luta dos camponeses no Pontal do Paranapanema	66
3.3 Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema.....	73
4. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ: ENTRE A DÍVIDA E A EMANCIPAÇÃO	84
4.1. Do sonho da terra à prisão da dívida	88
4.2. Legalização do grilo e individualização da dívida: relações entre a Associação, Procuradoria e o Banco do Brasil	93
4.2.1. Devolutibilidade.....	94
4.2.2. Renegociação e Individualização.....	101
4.3. A infra-estrutura do empreendimento.....	104
4.4. O meio ambiente	108
4.5. As estratégias de (re)produção camponesa: subordinação e resistência dos mutuários.....	112
4.5.1 A produção.....	112
4.5.2. Assalariamento	120

4.6. Fragmentação territorial e novos ordenamentos territoriais	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS.....	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Entre a independência e o endividamento: análise da reforma agrária pelo banco da terra em Presidente Prudente(2001-2013)” subsidiada pela FAPESP. Iniciada em dezembro de 2013 e finalizada agora em janeiro de 2015.

Propomo-nos a estudar um empreendimento do Banco da Terra (BT) em Presidente Prudente na fazenda São José, organizada pela Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José (AAFSJ). O empreendimento abriga 41 famílias, em uma área de 253,400 hectares. O valor total do investimento foi de R\$ 1.172.000,00, financiado pelo Banco do Brasil.

Os problemas desse empreendimento vieram à tona logo no processo de aquisição. Tratava-se de uma fazenda incrustada no 2º perímetro da comarca de Presidente Prudente, área julgada devoluta. A escolha e a seleção das terras eram feita pelo gerente do BT regional e de técnicos do programa, restou aos mutuários escolher a área. No fim, quem ficou com as penalidades? Os camponeses da AAFSJ. O gerente e os técnicos saíram sem nenhuma acusação e o estado financiou a compra de terras de devolutas.

Além disto, houve um envolvimento dos ruralistas na vinda do BT para a região. A União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) era presidida pelo prefeito de Presidente Prudente e latifundiário, Agripino Lima, um forte opositor do MST na região, ligado ao setor ruralista e proprietário de um dos meios de comunicação impressos mais influentes do Pontal, o Oeste Notícias.

Os mutuários vêm passando por muitas dificuldades para liquidarem a dívida. A situação chegou ao ponto de 11 famílias saírem do empreendimento. A primeira parcela venceu em 2005 e hoje a dívida está em torno de R\$ 2.886.254,35. Também há problemas com a legalização das terras devolutas, tanto por parte do município como do Estado.

Diante dessa situação, propomo-nos a investigar a atuação dos sujeitos envolvidos e os problemas decorrentes desse modelo de reforma agrária pautado pelas políticas do Banco Mundial.

O primeiro capítulo dissertará sobre as concepções teóricas que sustentam o que chamamos de Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM), pois ela influenciou diretamente as políticas fundiárias neoliberais no Brasil. Primeiramente, abordaremos como estas concepções surgem no Banco Mundial (BM) e suas intencionalidades. Em seguida vamos distinguir a Reforma Agrária (RA) da CRAM (subcapítulo 1.1). Quando estamos falando na criação de um assentamento ou de um empreendimento, estamos falando do dimensionamento de um território, em formas de (re)criação do campesinato. Portanto, também vamos discutir este importante conceito da geografia e os processos de espacialização e territorialização da RA e da CRAM (subcapítulo 1,2). Finalizando o capítulo, abordaremos os conflitos territoriais tanto no sentido de formas de (re)produção social como a importância da luta pela reforma agrária (subcapítulo 1.3).

No capítulo 2, a discussão realizada tange a territorialização da CRAM no Brasil. O primeiro a implementar o modelo do Banco Mundial é o governo Fernando Henrique Cardoso, um governo fortemente ligado aos interesses do capital e de aspirações neoliberais. Em seguida, o governo Lula dá continuidade e expande este tipo de política fundiária para todo o país.

O capítulo 3 pretende abordar a territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema. Para isto, no entanto, é necessário entender o processo de ocupação da região, a conformação das terras devolutas apropriadas pelos fazendeiros (subcapítulo 3.1) assim como o processo de conflitos territoriais entre fazendeiros e movimentos socioterritoriais (3.2), como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Frente à intensificação da luta pela terra na viragem do século XX para o XXI, os latifundiários vão se apropriar de diversas estratégias para enfraquecer o movimento e encontram no BT uma das ferramentas. Analisaremos os processos de criação do espaço jurídico-político, e de um território imaterial para legitimar o BT como uma alternativa para a reforma agrária na região.

O último capítulo desta monografia discorre sobre o empreendimento em foco. Com o esforço de identificar os sujeitos sociais em questão, abordaremos as diferentes trajetórias dos mutuários, até sua inserção no empreendimento São José (subcapítulo 4.1). Em seguida (subcapítulo 4.2), a

discussão pretende evidenciar o processo de legalização das terras devolutas, das negociações em torno do pagamento da dívida e da individualização das dívidas. No subcapítulo 4.3, discorrerá sobre a infraestrutura instalada no empreendimento. No subcapítulo seguinte(4.4), o enfoque será sobre a questão do meio ambiente no empreendimento. Em seguida (subcapítulo 4.5) a abordagem será sobre as formas de (re)produção da família camponesa por meio do trabalho na terra. Notaremos que muitas famílias tem que recorrer a formas de assalariamento para manter algumas condições necessárias para a (re)produção familiar. Por fim (subcapítulo 4.6), refletiremos como a individualização da dívida está levando a uma fragmentação do território, tanto no sentido jurídico como no sentido simbólico. Ao mesmo tempo, a territorialidade construída pelos mutuários não está levando a uma fragmentação total, mas novos ordenamentos territoriais, uma vez que a permanência da associação, a solidariedade e a articulação entre algumas famílias tendem a continuar.

Por fim, encaminhamos o leitor para as considerações finais deste trabalho, apontando para os desafios e as necessidades de continuar a pesquisa sobre a CRAM no Pontal do Paranapanema e a situação concreta das famílias mutuaristas nos empreendimentos.

Para a realização desta pesquisa utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; levantamento documental e entrevistas. O levantamento biográfico buscou na produção acadêmica os temas que tangem nossa pesquisa, como: a questão agrária, Reforma Agrária, Contrarreforma Agrária de Mercado; neoliberalismo; Banco Mundial; espaço; território; desenvolvimento territorial; movimentos socioterritoriais; questão agrária no Pontal do Paranapanema e em São Paulo, etc.

A pesquisa documental foi produto do material jornalístico encontrado no Centro de Memória do Pontal do Paranapanema (CMPP) e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Procuramos e analisamos os jornais com maior abrangência da região, “O Imparcial” e o “Oeste Notícias”. Encontramos no total 29 notícias relacionadas à CRAM. Sendo duas do “Editorial” onde o jornal expressa diretamente sua opinião sobre o assunto.

O levantamento de dados secundários que fundamentam nossa pesquisa foi realizado também em sites, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário, no site do Governo do Estado de São Paulo, na página da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema, da Prefeitura de Presidente Prudente, do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Com o objetivo de produzir informação empírica realizamos trabalhos de campo e entrevistas. A entrevista é um importante mecanismo, pois é de “um processo de interação social(...) a obtenções de informações por parte do entrevistador” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.143). Optamos pela entrevista semi-estruturada, de forma oral e individual. Apesar de nossa pretensão ter sido a realização de entrevistas individuais, em muitos casos havia a interferência de um membro da família, o que foi positivo, uma vez que enriqueceu os relatos e apontou novos aspectos.

Levantamos 9 entrevistas entre os mutuários, utilizando um modelo de roteiro previamente estabelecido. Entre uma das entrevistas está a Presidente da Associação. Para melhor dinâmica da entrevista algumas questões eram acrescentadas de acordo com a necessidade e oportunidade. O nome pessoal dos entrevistados foi omitido e substituído pelo termo “Entrevistado” ou “Entrevistada” para manter a privacidade do mutuário. Após a coleta das entrevistas, elas foram transcritas.

Após a coleta dos dados primários e secundários, as informações foram tabuladas em planilhas utilizando o software Microsoft Excel 2010 . Os resultados foram apresentados por meio de gráficos, mapas e tabelas que enriquecem a análise aqui apresentada.

1. CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA PROPOSTA DO BANCO MUNDIAL

Até a década de noventa a palavra Reforma Agrária era de certa forma estigmatizada em muitos países, pois suscitava aspirações revolucionárias, ligadas aos movimentos comunistas. Com a crise do regime socialista e a crise dos países pobres, os organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a aumentar a sua influência nos países pobres (RAMOS FILHO, 2009, p.250). Os organismos multilaterais começam a adotar medidas de ajustes estruturais para estes países pobres, fazendo-os adotar um padrão liberal, no sentido de pagar as dívidas externas e financiá-los em megaprojetos. Vários governos, inclusive na América Latina, se comprometem com a agenda neoliberal, promovendo os ajustes estruturais (PEREIRA, 2006, p.14).

Os impactos desses programas foram devastadores, gerando uma série de conflitos e tensões sociais. Como exemplo, no México, país considerado um dos mais fiéis seguidores do FMI e do BM, o impacto do levante zapatista em 1994 e a grave crise financeira “arranharam a confiança do *stablishment* capitalista” (PEREIRA, 2006, p.14). Além disso, “os países que haviam adotado as receitas dominantes padeciam de baixo crescimento, quando não de estagnação ou franca recessão” (PEREIRA, 2006, p.14). Tendo recebido críticas de vários setores da sociedade, “o BM viu-se na necessidade de controlar as pressões e os movimentos sociais, bem como aprofundar a implementação do modelo neoliberal” (RAMOS FILHO, 2008, p.245). Em outras palavras: até os liberais foram obrigados a olhar para baixo e admitir que havia um abismo sob seus pés.

Nesta segunda onda de reformas estruturais a questão da terra tem um papel central. Baseando-nos em Pereira (2006), que estudou de forma aprofundada o assunto, vamos discorrer sobre estas novas estratégias adotadas pelo BM.

O Banco Mundial por meio do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) passou a adotar a retórica de uma nova agenda de desenvolvimento, baseada na ideia da “complementariedade entre Estado e mercado”. O Estado deveria ser eficaz; e se comprometer

com a diminuição da pobreza, etc. O mesmo grupo que incentivou a reestruturação neoliberal passa agora a definir quais eram as alternativas à crise.

Ainda segundo o autor (2006, p.15), a estratégia do BIRD realizada entre 1996-1998 para a América Latina, consistia em realizar uma reforma do Estado, visando aprofundar as reformas neoliberais. Quer dizer, promover o enxugamento do funcionalismo público, diminuir os direitos trabalhistas, descentralização administrativa, privatizações, etc.; também previa o combate à pobreza, criando projetos para reduzi-la, mas nunca eliminá-la. E por fim, de liberalizar o acesso a terra, ao trabalho e ao crédito.

No que tange a liberalização de terras, o BIRD tinha o interesse de adequá-la “à agenda macroeconômica e política então em curso” (Idem, 2006, p.17). Esta ação tinha dois eixos, o primeiro tinha a ver com a mercantilização total do acesso à terra, que segundo Pereira (2006, p.17) tinha um objetivo claro:

Elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial-financeira.

O outro eixo consistia em promover programas paliativos de redução da pobreza de maneira pontual e aliviar pressões sociais.

Neste sentido o BIRD passava a ter uma política agrária que, como já dito anteriormente, visava incluir a liberalização das terras na agenda macroeconômica. Pois bem, a política agrária do BIRD tem quatro elementos centrais: estimular as relações de arrendamento; incentivar as relações de compra e venda; privatizar fazendas coletivas e/ou estatais; acelerar a privatização de terras públicas e/ou comunais. Para o BM, se estas políticas fossem implementadas, o mercado seria responsável pela substituição dos produtores “menos eficientes” pelos “mais eficientes”. No entanto, concordamos com a consideração de Ramos Filho (2008, p.246).

Não será a lei da oferta e procura, que rege o mercado, que criará as condições necessárias para que os mais pobres

acessem a terra em quantidade e qualidade suficiente para a subsistência familiar e o abastecimento alimentar. O mercado é um território do capital cujos fundamentos são o dinheiro e o lucro. Sugerir-lo como possibilidade para a recriação do campesinato, expressa a intencionalidade de promover a sua subordinação ou manter sua exclusão, em detrimento da promoção da vida com dignidade essencial para a classe.

No sentido de dar viabilidade ao programa, segundo Pereira (2006, p.21) o BIRD promoveu duas iniciativas: a reforma do aparato institucional do Estado para a *administração de terras*; e por outro lado, propondo outro modelo à política de distribuição de terras.

A *administração de terras* se trata de promover um aparato “político institucional” que vise à garantia da titulação segura da terra; formalizar os mercados fundiários; fazer um levantamento da situação legal e da distribuição das terras; garantir o direito de compra, venda, aluguel ou hipotecar a terra.

A segunda iniciativa é a Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM). Realizam uma crítica ao modelo redistributivo, que eles chamam de Reforma Agrária *conduzida pelo Estado*, ou *reforma agrária tradicional*, que se baseia na redistribuição de terras. E apresentando a proposta como se fosse uma nova modalidade de reforma agrária mais eficiente, sem conflitos, menos onerosa, por meio da relação de compra e venda (PEREIRA, 2006, p.23).

Para o BIRD a Reforma Agrária redistributiva já estaria esgotada e a CRAM seria seu substituto. Ela substituiria “algo que teria deixado de ser viável na atual fase do capitalismo” (PEREIRA, 2006, p.23). Os argumentos do BIRD sobre a inviabilidade da RA consiste em: ela é conflituosa; seria insustentável financeiramente, uma vez que os custos das desapropriações seriam muito altos; como funciona por meio das desapropriações ela seria um instrumento coercitivo o que gera contestações jurídicas por parte dos proprietários, retardando todo o processo; como é pautada no conflito o Estado só realiza a desapropriação após a ocupação da terra; não realiza um planejamento prévio das atividades que serão desenvolvidas posteriormente; seria um modelo “centralizado, estatista e burocrático, que desestimula a participação social” (PEREIRA, 2006, p.24); e ainda não teria reduzido a pobreza rural e promovido o desenvolvimento. Ela seria

impossível de ser realizada, já que os proprietários de terra resistem a sua implantação, porém a alternativa do banco é não “incomodar as elites com as ações desapropriatórias, mas comprar as terras daqueles que estão dispostos a vendê-las pelo preço que pedirem” (RAMOS FILHO, 2007, p.52).

Em síntese, a CRAM se posta como “um constructo inteiramente baseado na crítica e na desqualificação de outro tipo de ação fundiária, considerada inviável e crônico na fase atual do capitalismo” (PEREIRA, 2006, p.24).

Pereira (2006, p.24-25) define a CRAM como uma “relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infra-estrutura socioproductiva e contratação de serviços privados de assistência técnica”, nesse sentido, “são os agentes financeiros e o Estado que definem, preliminarmente, o quantitativo de área e famílias a ser incorporado ao programa” (RAMOS FILHO, 2008, p.380-381). Os proprietários vendedores recebem previamente em dinheiro a preço de mercado, já os compradores, camponeses pobres, ficam tanto com os custos da aquisição como os custos da transição (PEREIRA, 2006, p.25).

Conforme Sauer nos evidencia (2006, p.287-293), um dos argumentos amplamente utilizado para legitimar seus projetos, é que existe uma ampla participação da sociedade civil, como ONG's e outras organizações da sociedade. Esta assertiva passou a fazer parte dos manuais do BM, “ênfatizando as vantagens de contar com o apoio da sociedade civil organizada” (SAUER, 2006, p.287). Existem inúmeras críticas aos mecanismos de participação do BM. Uma delas é que existe quase a inexistência de participação dos movimentos sociais e entidades nacionais, o banco desqualifica-os como se fossem tendenciosos, de caráter puramente filosófico, descolados da realidade.

Como exemplo, no Brasil, as críticas formuladas pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo foram completamente negadas, e mesmo assim um novo empréstimo foi aprovado (Pedido de empréstimo nº7037, de 30 de novembro de 2000). O BM nega o conflito de interesses na implementação de políticas, ao mesmo tempo promove o distanciamento entre “a retórica sobre a importância da participação e da transparência e a

prática que impede qualquer protagonismo popular” (Idem, 2006, p. 293-294).

A CRAM é chamada pelo BM de *reforma agrária dirigida pelo mercado*, *reforma agrária assistida pelo mercado* ou *reforma agrária baseada na comunidade*. Independente do nome adotado, segundo Sauer (2010, p.118) e Ramos Filho (2007, p.52), é o mercado que assume o papel central na execução e a terra é vista como uma mercadoria qualquer.

Os argumentos utilizados pelos teóricos do BM para dizer que a CRAM é superior a RA “tradicional” são variados, mas em síntese, podemos elencá-los nos seguintes aspectos (PEREIRA, 2006, p.25): é menos oneroso ao Estado, já que evita que os proprietários recorram à processos judiciais; o acesso à terra via mercado, onde agentes privados são ressarcidos pelos empréstimos concedidos; é voluntário, e conduzido pela demanda; não onera os proprietários de terra; estimula a cooperação; dinamiza o mercado de terras; estimula os mercados financeiros; seria pouco burocrático e inviabiliza a corrupção.

Estas políticas agrárias foram implementadas em vários países do mundo (2006, p.31), assim como na América Latina, o Brasil, Colômbia, México, Guatemala, El Salvador, África do Sul, Zimbábue, Indonésia, Tailândia. As críticas ao programa foram muitas, fizeram com que os gestores do BIRD realizassem modificações no programa e também que houvesse um fortalecimento das articulações políticas entre os movimentos sociais, ONG’s e pesquisadores

1.1 Os conceitos de Reforma Agrária e Contrarreforma agrária de mercado

Há um claro contraste entre a Reforma Agrária e a Contrarreforma Agrária de mercado. A primeira, a RA, tem um caráter multidimensional (político, econômico, social, etc.), que visa atender “todas as dimensões inerentes ao território” (RAMOS FILHO, 2008, p.378). O seu principal objetivo é democratizar o acesso a terra, promover o desenvolvimento nacional, “transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária” (PEREIRA, 2006, p.31).

A Reforma Agrária é conceituada por Ramos Filho (2007, p.51) como:

uma política pública, de competência do Estado, expressa por meio de um plano, que visa a desconcentração fundiária, tendo a obtenção de terra prioritariamente por meio da desapropriação, para a criação ou recriação do campesinato, garantindo o acesso à terra.

Para a realização da RA é necessário um duplo mecanismo, indissociável e concomitante: uma política fundiária e uma política Agrícola. Nesse sentido, Oliveira (2007, p.70-71) nos explicita que:

- Política Fundiária: trata-se de um conjunto de ações que visam definir o que seria justo ou aceitável para a apropriação privada da terra. Definindo tributos para o uso privado da terra e planejamento para financiamento de terras.
- Política Agrícola: Trata-se de uma ampla política que visa a criação de assentamentos rurais, promoção de assistência técnica, fomentando a produção e a comercialização. Incluem também incentivos a educação, saúde, assistência financeira, infra-estrutura, e demais subsídios.

Portanto a RA deve ser uma política que visa transformar a estrutura de poder que favorece os grandes proprietários, o capital financeiro e as grandes empresas, servindo como uma ferramenta para a reprodução social do campesinato (PEREIRA, 2006, p.32). Porém, nem sempre elas são aplicadas conforme as intenções dos movimentos socioterritoriais, elas podem ser apenas uma política de assentamentos, ou apropriadas por outros agentes contrários a sua realização, ou não ser realizada. Conforme a tese de Ramos Filho (2008)

Já na CRAM a terra é vista como uma mercadoria, um fator da produção, onde é o mercado que determina “o tempo, o espaço e a dimensão da implantação da RAM” (RAMOS FILHO, 2008, p.381). Os proprietários de terra se favorecem por receberem renda absoluta da terra e o capital financeiro ao receber os juros pagos pelos mutuários. Já os mutuários ficam com a dívida, sendo obrigados a pagar as anuidades, eles “apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra.” (RAMOS FILHO, 2008, p.382).

A (re)criação do campesinato pela via do mercado segue um rumo diferenciado, onde outros mecanismos estão atuando. Podemos elencar alguns elementos (RAMOS FILHO, 2008, p.81-92): a) as associações são criadas previamente a entrada na terra; b) o mercado determina o perfil dos mutuários que vão ingressar no crédito fundiário, por este fato eles devem adimplentes comprovados, fazendo com que o programa se distancie ainda mais do caráter de justiça social se aproximando de um caráter semelhante a um programa imobiliário; c) esvaziamento da importância política da luta social por direitos e justiça social, uma vez que os gestores do programa tentam forjar um ideário de que a formação das associações e a realização dos procedimentos burocráticos são uma verdadeira “luta”; d) Quem decide a composição da associação são os agentes financeiros e os gestores do programa, quer dizer “o reconhecimento da associação se dá por sua capacidade de ingressar no mercado financeiro e não por sua competência política ou produtiva” (RAMOS FILHO, 2008, p.92, grifo nosso); e) A quantidade de famílias destinadas ao empreendimento é definida, de certa forma, pelo fazendeiro, e pelo preço estipulado.

A dimensão do desenvolvimento valorizado pelo crédito fundiário é o econômico. Preocupa-se com a compra e venda de terras, com o favorecimento dos latifundiários. Trata-se de um mecanismo de (re)criação do campesinato pelo território do capital rentista, podemos dizer que: pretende-se a (re)produção da família camponesa de forma subordinada ao capital.

1.2 A (re)criação do campesinato sob a reforma agrária e o crédito fundiário

Como dito alhures, as políticas fundiárias podem ser formas de (re)criação do campesinato, no entanto, apresentam formas-conteúdo distintas. A ação fundiária permite a territorialização do campesinato. A territorialização de um assentamento ou empreendimento são sempre antecidos por processos de espacialização. Antes de nos debruçarmos especificamente sobre esta temática, iremos nos desdobrar sobre os conceitos de espaço e território que fundamentam nossa argumentação.

O espaço pode ser entendido enquanto um conjunto indissociável e contraditório de um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2006, p.32). Os sistemas de objetos e o sistema de ações, segundo o autor, não podem ser entendidos separadamente, mas em suas interações e articulações, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2006, p.39).

Santos entende que o conjunto de objetos construídos pela sociedade, exteriorizados pelo trabalho humano, como cidades, carros, barragens, etc. O autor nos alerta que a criação dos objetos não é atemporal e muito menos igual ao longo do tempo, “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (2006, p.43). Entende o conjunto de objetos construídos pelos humanos como um sistema, portanto, um sistema de objetos.

As ações produzem o espaço e produzem objetos. A ação é uma intervenção no espaço, sempre mediada pela intencionalidade, “à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.” (SANTOS, 2006, p.60). Entendido como totalidade, o espaço é “é *locus* da reprodução das relações sociais de produção” (CORRÊA, 2000, p.25).

Para Raffestin (2011) a construção do território parte da apropriação/dominação do espaço por meio de um ator sintagmático (que possui um programa), a partir de relações de poder. Quer dizer, ocorre uma fragmentação do espaço, ao “se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. (2011, p. 143).

Existe uma multiplicidade de abordagens de território, Haesbaert (2012, p.40) elenca algumas correntes de pensamento que ora privilegiam uma dimensão da realidade, ora outra:

- Jurídico-político: A abordagem política na baseia na ideia de dominação e controle de determinada área. Normalmente esta corrente aborda o território como área de controle do Estado.

- Econômica: Privilegia as relações econômicas no espaço. O território é as fontes de estoques de recursos, e do embate entre as classes sociais.
- Cultural: Define-se enquanto a dimensão simbólica e subjetiva, ou seja, da apropriação simbólica do espaço. Valorização do aspecto vivido do espaço.

Haesbaert aposta numa visão multidimensional do território. Ou seja, o território é uma totalidade que incorporada todas as dimensões da vida, como a política, a ambiental, a cultura e a economia. Define-o enquanto “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico de ordem mais estritamente cultural” (2012, p.79).

Também devemos ressaltar a multiescalaridade. Trata-se de compreender o território em todas as escalas. Para Fernandes “Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades” (2008a, p.279).

A multidimensionalidade e multiescalaridade nos permite entender a multiterritorialidade, “cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos mostram a múltiplas territorialidades” (2008a, p.279).

Fernandes defende que ao adotarmos o território apenas como espaço de governança, abstrai-se os diferentes territórios, servindo apenas aos interesses do capital. Desse modo, as políticas de desenvolvimento fortalecem apenas ao capital, em detrimento dos camponeses (2008a, p.280):

Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para expandir.

Os territórios camponeses são diferentes dos territórios do capital, são “distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações

sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento” (2008a, p.280) portanto, conflitos territoriais entre as diferentes classes sociais.

Os territórios são fixos e fluxos, ou seja, compreende-o como área, ou mais fluído como as redes. Fernandes propõe os seguintes tipos de território:

- Primeiro território: São os espaços de governança. Os Estado-Nação, prédios do governo, etc, compõem este território.
- Segundo território: Define-os enquanto as propriedades, como as casas, uma fábrica, um assentamento. Compreende-o como produto de diferentes relações sociais. A territorialização de relações capitalistas confere à propriedade tal especificidade. O campesinato em um assentamento produz um território não capitalista.
- Terceiro território: é o território relacional, reunindo todos os tipos de territórios.

Todo território é material e imaterial (FERNANDES, 2008a, p.282). Estas duas dimensões são intrínsecas e não podem ser entendidas separadamente. O material são os espaços físicos, as áreas. O componente imaterial é o pensamento, a ideologia, a relação simbólica com o território.

Podemos dizer que o território é uma apropriação/dominação do espaço por meio de uma relação de poder, que tange a todas as dimensões da realidade (cultura, ambiente, economia, política), tanto em material como imaterial, se articulando em todas as escalas.

Entendemos a territorialização da RA como um (RAMOS FILHO, 2008, p.378):

movimento sobre o espaço da democratização da propriedade da terra com vistas a romper com o rentismo fundiário, acompanhado de um conjunto de políticas agrícolas, sociais e previdenciárias, que garantam a produção do espaço rural sob as bases mais equânimes.

Os movimentos socioterritoriais têm um papel fundamental, disputando políticas junto ao Estado para a implementação destas políticas.

Os movimentos socioterritoriais criam espaços de socialização política, concretizando-se na luta pela terra, onde a territorialização vai ser dar por meio da conquista do território camponês.

O espaço de socialização política é multidimensional. É nesse “processo onde a luta em movimento constrói e transforma o seu próprio espaço por meio do seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência” (FERNANDES, 1999, p.169). Este conceito é constituído por três elementos, o espaço comunicativo, o espaço interativo e o espaço de luta e resistência. Nesse sentido, baseando-se em Fernandes (1999), Ramos Filho sistematiza os elementos que constituem os espaços de socialização política:

O espaço de socialização política é constituído de três dimensões. O espaço comunicativo constitui a primeira dimensão. Caracteriza-se pela apresentação, pelo reconhecimento da(s) entidade(s) mais engajada(s) na luta, pelo auto-reconhecimento, bem como, pela definição dos objetivos. A segunda dimensão é o espaço interativo, no qual as famílias, a partir do resgate e troca de suas experiências vividas, constroem uma identidade política, fazem articulações, relações e alianças. Por fim, o espaço de luta e resistência seria a terceira dimensão, identificada pelo autor como o acampamento em si, o qual os trabalhadores partem, diretamente, para o conflito contra o latifundiário. (RAMOS FILHO, 2008,p.79, grifo nosso)

São espaços onde “os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade” (FERNANDES, 1999, p.169). É partindo da espacialização que vai se promover a territorialização do assentamento. Vão forjar territórios onde suas formas-conteúdo terão como elementos

o um conjunto de características que poderão contribuir para a permanência na terra e a conquista de outros direitos, ou, até mesmo, ao enfraquecimento destas possibilidades, aprofundamento da subordinação e, em alguns casos, para a evasão da terra.(RAMOS FILHO, 2008, p.78)

O território da RA tem em sua essência a dimensão política como a mais evidente, onde no “tecido cotidiano, emanado das relações sociais que

buscam a construção da liberdade”. Em outras palavras, a RA é um território de disputa para a construção da liberdade.

Portanto assim como a RA, um empreendimento de crédito fundiário se espacializa e se territorializa. Porém, a forma-conteúdo do território é diferente. No processo de espacialização, cria-se o espaço jurídico-institucional e o espaço da subalternidade:

A espacialização é formada por duas dimensões distintas, articuladas e complementares que sucedem a deliberação da amplitude e regras de funcionamento do Programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado. A primeira dimensão que conta com a participação dos camponeses é o espaço jurídico-institucional, no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado.

Para que as diretrizes e metas definidas se concretizem, é necessário que um conjunto de condições seja criado, como: a disponibilidade de recursos financeiros, a criação de ambiente institucional favorável à sua utilização, bem como, a existência de uma conjuntura política propícia à implantação do Programa.

Nesse sentido, os gestores públicos, em níveis federal e estadual, políticos locais, associações comunitárias pré-existentes e/ou líderes comunitários dimensionam o espaço da subalternidade, cuja intencionalidade é forjar um imaginário coletivo favorável à proposta. Realizam reuniões de planejamento e/ou de capacitação com o intuito de capturar a forma de interpretar e atuar diante destes programas, ou seja, busca o controle do pensamento e ação dos sujeitos, forjando territórios imateriais. (RAMOS FILHO, 2008, p.116-177, grifo nosso)

Basicamente, o autor entende a espacialização da CRAM em duas dimensões distintas e articuladas. A primeira é o espaço jurídico-institucional, onde estão presentes os representantes do governo, os conselhos de desenvolvimento rural, entidades sindicais e os camponeses. Tem vistas a operacionalizar o programa delimitado pelas instituições financeiras e pelo Estado. Estes agentes sociais passam a formar o espaço da subalternidade, que tem como intencionalidade a captura da subjetividade dos camponeses. Pretende-se forjar territórios imateriais com o objetivo de criar um consenso favorável em torno do programa.

A territorialização da CRAM só é possível após a criação do espaço jurídico-institucional e do espaço da subalternidade.

A territorialização da RAM ocorre após o dimensionamento do espaço jurídico-institucional e do espaço da subalternidade, condiz com a contratação de empréstimos bancários, destinados, especificamente, à aquisição de um imóvel que originará o assentamento. (...) o campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra (...) o sujeito que detém o controle efetivo da criação e da recriação do campesinato e do território, até que o camponês integralize o pagamento de todas as parcelas do financiamento, é o capital financeiro.(...) Portanto, é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros. (RAMOS FILHO, 2008, p.117-118, grifo nosso)

Portanto, é após o dimensionamento dos dois espaços aqui já citados que vai garantir a territorialização do capital (rentista e financeiro) por meio da CRAM, e tomar o controle da criação e recriação do campesinato até que a dívida seja paga.

Há a (re)territorialização do campesinato por meio da compra de fração do território do capitalista. No espaço jurídico-institucional, definem-se o quantitativo de assentados, dimensão da área, etc. porém o poder está na mão dos agentes multilaterais, do governo, dos agentes financeiros. “Na RAM, por sua vez, as famílias precisam ser convencidas por agentes externos da possibilidade e benefícios de tomar empréstimos bancários, além de receberem uma capacitação no espaço da subalternidade.” (RAMOS FILHO, 2008, p.118).

A territorialização da CRAM se concretiza com a implantação dos empreendimentos de créditos fundiários em diferentes regiões do país. Forja-se “concomitante, de territórios imateriais delimitados com o intuito de disseminar esse ideário de reforma agrária mercantil como única alternativa”. (RAMOS FILHO, 2009, p.258).

A RA e a CRAM estão disputando territórios. As disputas territoriais, para o autor, estão presentes entre as diferentes propostas de desenvolvimento para o campo no plano indissociável da territorialização material e imaterial, onde de um lado está o governo e do outro estão às organizações camponesas (Idem, 2009, p.257). O governo se esforça para transformar a CRAM em um consenso. Em um duplo movimento, cria o

território material, que se trata da “implantação dos milhares de empreendimentos de crédito fundiários financiados nas diferentes regiões do país” (Idem, 2009, p.258). E concomitantemente, o território imaterial, no sentido de tentar convencer a sociedade.

a implantação dos milhares de empreendimentos de crédito fundiários financiados nas diferentes regiões do país, e está relacionada com a construção, concomitante, de territórios imateriais delimitados com o intuito de disseminar esse ideário de reforma agrária mercantil como única alternativa. (Idem, 2009, p.258).

E os movimentos camponeses produzem outro território imaterial, para contestar “a territorialização material da RAM” (Idem, 2009, p.258). O território material vai se realizar por meio “mediante a intensificação da luta pela reforma agrária”, o imaterial,” formulando pensamento ofensivo ao referido mecanismo fundiário.” (RAMOS FILHO, 2007, p.60).

Entendemos que existe “disputa territorial entre governo e organizações camponesas ligadas à Via Campesina” (RAMOS FILHO, 2007, 2007, p.60). Neste sentido estas políticas vão conter diferentes intencionalidades, uma vez que sujeitos diferentes estão disputando-as. Na CRAM os fazendeiros podem sugerir a venda de suas terras em casos de conflitos agrários, fragmentar sua fazenda, fugir de processos desapropriatórios, negociar terras públicas, etc. Ou seja, conforme nos indica Ramos Filho (2008, p.118), as dinâmicas territoriais que caracterizam a CRAM se inscrevem como uma estratégia de contra-reforma agrária e não como uma Reforma Agrária legítima que objetiva a reprodução do social do campesinato de forma a representar seus anseios históricos vinculados à autonomia e ao trabalho familiar.

1.3 Conflitos territoriais entre agronegócio e campesinato

No capitalismo a conflitualidade é inerente ao território. Segundo Fernandes, “Uma classe não se realiza no território de outra classe” (FERNANDES, 2008a, 285), culminando nos conflitos territoriais entre campesinato e agronegócio.

A conflitualidade é parte constitutiva, inerente da questão agrária. Para Fernandes (2008c, p.6), a conflitualidade é a espacialidade e a historicidade dos conflitos entre campesinato e o agronegócio. O conflito não deve ser entendido em uma situação pontual, atemporal, mas em seu processo geográfico e histórico.

O capital, ao se territorializar, por meio do agronegócio, impõe sobre o espaço relações capitalistas, baseadas no lucro e na extração de mais-valia, expropriando o campesinato, ou seja, promove o conflito. A agricultura camponesa, ao se realizar por meio da conquista de um assentamento, expropriação o capitalista (FERNANDES, 2008c, p.6).

A própria essência do capital no campo ao mesmo tempo em que destrói, recria o campesinato. Estamos falando de um modo de produção que o desenvolvimento é desigual, contraditório e combinado (OLIVEIRA, 2001, p.18). É desigual, uma vez que ao mesmo tempo em que se desenvolve, gera riqueza em determinadas localidades, porém promove a pobreza e a exclusão em uma escala ainda maior. Contraditório, pois promove as formas tipicamente capitalistas de produção, caracterizadas pela exploração do trabalho assalariado, assim com as formas não-capitalistas de produção, como a camponesa, em espaço e tempo diferentes. Estes processos ocorrem de forma combinada, ao mesmo tempo.

Para entender a dinâmica do capitalismo no campo, sob um viés geográfico, Oliveira (2001), ao analisar o movimento do real, elaborou dois conceitos fundamentais. O capitalista possuidor de terras se utiliza do trabalho assalariado, dos boias-frias, para trabalhar na agricultura e/ou na agroindústria. Portanto, trata-se do “processo de territorialização do capital monopolista na agricultura” (2001, p.24), controle do território pelo capital, baseando-se em relações tipicamente capitalistas.

O segundo conceito é o processo pelo qual o capital monopoliza o território sem territorializar-se, sujeita o camponês à sua lógica. Ou seja, a monopolização do território camponês pelo capital. Segundo o autor este processo se dá, tanto pela sujeição da terra ao capital rentista (proprietário-rentista) e/ou pelo capitalista industrial, arrendando as terras e se utilizando do trabalho camponês. (OLIVEIRA, 2001, p.24-25).

Quando ocorre a sujeição do camponês, do trabalho familiar, sem expropriá-lo dos meios de produção, ou seja, sem a sujeição real ou formal do trabalho, ocorre o processo de *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1995, p.175). (Re)cria-se o campesinato por meio de uma condição de subalternidade, de uma dependência econômica, do capital.

A luta pela terra é uma estratégia de (re)produção do campesinato também, “(...) A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista” (2008c, p.7) (re)criação do campesinato. Devemos nos posicionar levando em consideração a dialética de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital e do campesinato (FERNANDES, 2008c, p.8).

A territorialização do capital, a criação de um território capitalista promove a desterritorialização do campesinato aumentando a desigualdade, a pobreza e a concentração da terra. A reterritorialização do campesinato, por meio da luta pela terra, ao mesmo tempo significa a criação de um território camponês baseado no trabalho familiar, desconcentrando a propriedade da terra, promove a desterritorialização do capitalista, obrigando-o a se reterritorializar em outra atividade produtiva ou outra localidade. A disputa territorial, fruto do desenvolvimento do capitalismo, gera a conflitualidade e ao mesmo tempo desenvolvimento. As diferentes classes sociais buscam disputar territórios e políticas de desenvolvimento, “A reprodução de ambas formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos” (FERNANDES, 2008c, p.9).

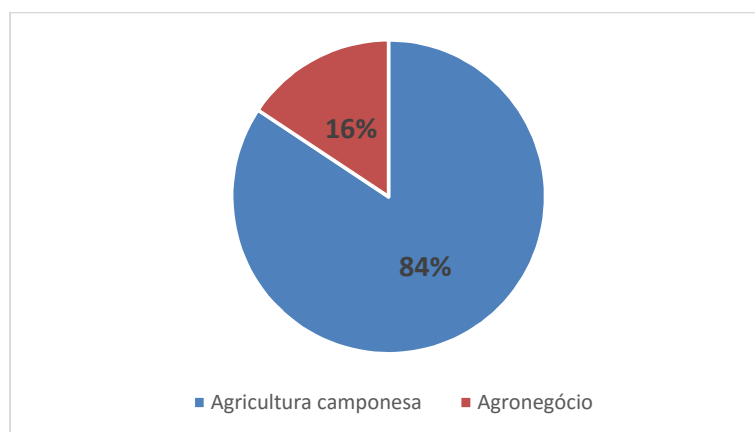
O capital, representado pelos ruralistas, disputa no Estado políticas de desenvolvimento para o agronegócio. O que Thomaz Jr. (2009) chama de agrohídronegócio, domina as terras mais férteis, os recursos naturais e a água, consolida o poder de classe burguês sobre esses territórios. Esse domínio faz com que as políticas do Estado favoreçam o capital, em prejuízo dos camponeses pelo Brasil (FERNANDES; WELCH, GONÇALVES, 2014). Somente a pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais é que

mobiliza o Estado para reconhecer e dispor de ações nos territórios camponeses e indígenas.

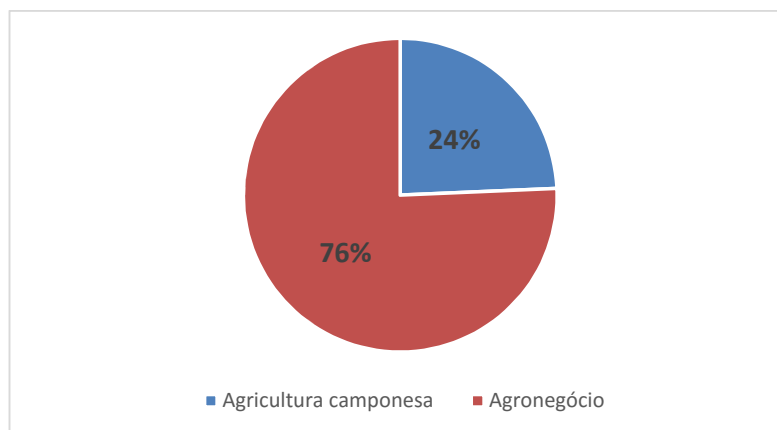
O Brasil possui um índice de gini de 0,854, um dos maiores do mundo. Quando observamos os dados do censo agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2006 ficamos estarecidos com o grau de concentração da terra na mão de latifundiários e de sua improdutividade, em contraposição à agricultura camponesa.

Quer dizer, mesmo possuindo 84,4% (4.367.902) dos estabelecimentos e o agronegócio 15% (805.587), como podemos ver no gráfico 1, quando observamos a área destes estabelecimentos não há como não se impressionar. O agronegócio possui 75,67% (249.690.940) da área, enquanto a agricultura camponesa apenas 24,33% (80.250.453), como ilustrado no gráfico 2:

Gráfico 1 – Estabelecimentos



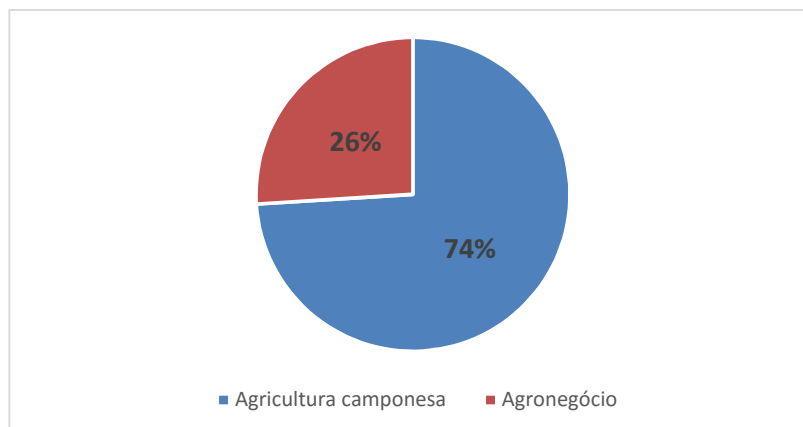
Fonte: IBGE, 2006

Gráfico 2 - Área total por hectare

Fonte: IBGE, 2006.

Mesmo assim, o agronegócio utilizando 76% da área para a agricultura, o valor bruto da produção foi de 89 bilhões de reais, ou 62%. Já os camponeses foram responsáveis por 38%, ou 54 bilhões.

Além disso nota-se que sob a agricultura capitalista temos apenas 26%, ou 4.235.319, do pessoal ocupado. Quer dizer, mesmo tendo menos terra a disposição, a agricultura camponesa ocupa 74% do pessoal, 12.322.225 pessoas. Como na gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 - Pessoal ocupado

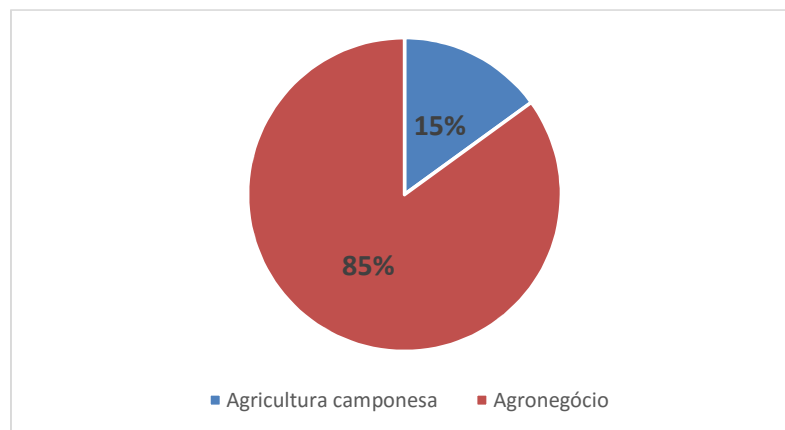
Fonte: IBGE, 2006.

Nesse sentido, como nos revela Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p.18), enquanto no agronegócio predomina um deserto de “gente”,

com duas pessoas para cem hectares, na agricultura camponesa temos quinze pessoas para cada cem hectares.

A hegemonia do agronegócio se reflete no crédito disponibilizado pelo governo para a agricultura. Apesar dos dados expostos acima, o agronegócio tem a sua disposição 85% dos créditos. Os camponeses, ficam com apenas 15% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Crédito Agrícola



Fonte: IBGE, 2006.

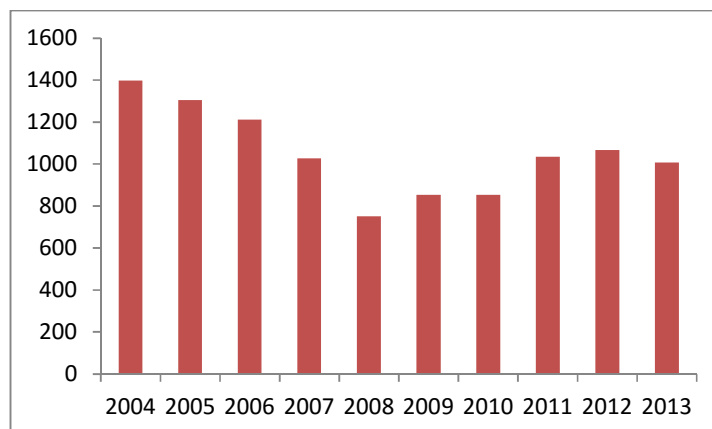
Como já discutimos, são distintas formas de uso do território. A agricultura capitalista preocupa-se com a extração de lucro por meio de trabalho não pago, e a terra como uma mercadoria, local de produção. O campesinato tem o território como um local de moradia, de trabalho, de sonhos e liberdade.

Como Oliveira (2003) nos diz, o agronegócio é a contradição, é “Barbárie e a Modernidade”, “o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outra, está o campo em conflito” (OLIVEIRA, 2003, p.115).

Neste bojo, a barbárie do campo se expressa por meio das formas de repressão que os camponeses sofrem. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos fornece alguns dados importantes para visualizar a realidade agrária do país. Segundo o Relatório Conflitos no Campo Brasil 2013 (CPT, 2014), houve durante o período de 2004 à 2013, um quantitativo de 10.508 conflitos

por terra. Estamos falando de conflitos armados, ocupações, desapropriações e acampamentos. Como podemos observar na Gráfico 5:

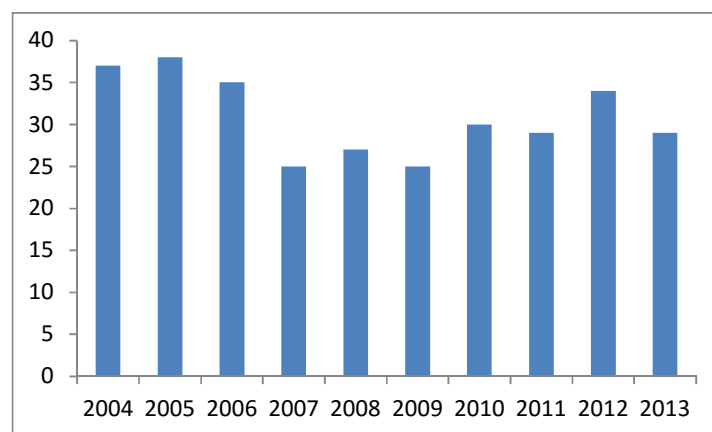
Gráfico 5 – Conflitos por terra (2004-2013)



Fonte: CPT, 2014.

Muitas vezes o conflito atinge a vida do camponês e do indígena, tirando-lhe a vida. Neste período foram 309 assassinatos, sendo que só em 2013 foram 29 assassinatos. Os números em todo o período são altos, mantêm-se em torno de 35 entre 2004 e 2006, cai em 2007 e 2009, mas volta a crescer entre 2010 e 2013. Podemos observar melhor no gráfico 6:

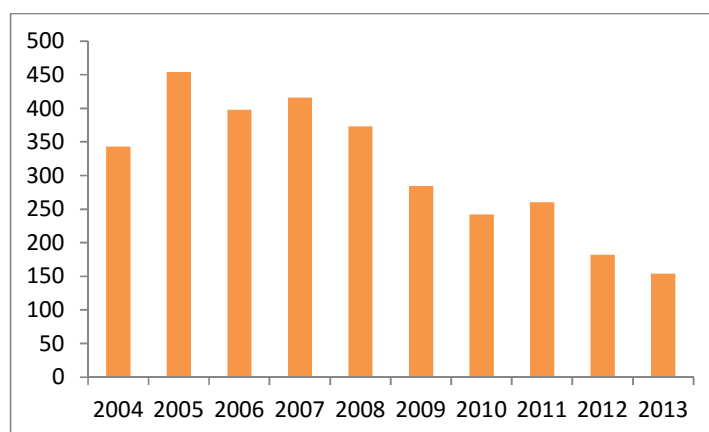
Gráfico 6 – Assassinatos no campo (2004-2013)



Fonte: CPT, 2014

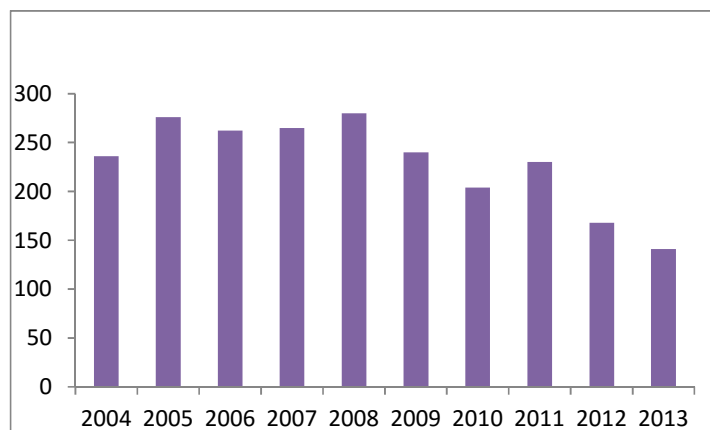
A barbárie ocorre dentro do território capitalista. A exploração do trabalho em busca da extração de mais-valia transforma o trabalho em mero fator de produção (ANTUNES, 2009, p.21-36). Insere no tecido social elementos fetichizantes e alienantes de controle social. O trabalho, segundo Antunes, que é a condição ontológica de realização do ser social, torna-se sob o metabolismo social do capital estranhado e alienado. Os impactos do processo produtivo no trabalhador são devastadores. No campo, no período observado foram 3.107 conflitos trabalhistas (gráfico 7). São casos de superexploração, trabalho escravo, assassinatos, entre outros. Como podemos observar no gráfico, há uma oscilação dos conflitos trabalhistas, com uma tendência declinante de 2005 para 2013. No entanto os números ainda são altos, só em 2013 foram 154 ocorrências.

Gráfico 7 – Conflitos trabalhistas (2004-2013)



Fonte: CPT, 2014

O trabalho escravo, longe de acabar no Brasil, ainda é uma constante no campo brasileiro. Segundo a CPT foram 2.302 casos de trabalho escravo entre 2003 e 2014 (Gráfico 8). Estes números aterradores são reveladores, mostram a barbárie por trás da modernidade do agronegócio brasileiro.

Gráfico 8 – Trabalho escravo (2004-2013)

Fonte: CPT, 2014.

O avassalador avanço do agronegócio evidência ainda mais a importância de se destinar políticas públicas para o campesinato baseadas em seu modo de (re)produção e fazer frente ao agronegócio. A precariedade das políticas de desenvolvimento para o campesinato contrasta com os vultuosos recursos que o agronegócio recebe. Reforçando a necessidade de se pensar e implementar uma política de desenvolvimento tendo como base a agricultura camponesa, a soberania alimentar, agroecológica e a reforma agrária.

2. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL

A CRAM foi implantada no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em seus oito anos de mandato, o projeto neoliberal que havia começado com Fernando Collor de Mello toma outras proporções. Agora, “não mais de forma aventureira, mas dotada de clara racionalidade burguesa” (ANTUNES, 2011, p.140). Fortemente sintonizado ao Consenso de Washington, o país se subordina ainda mais ao capital estrangeiro e aos interesses financeiros internacionais (ANTUNES, 2011, p.140).

Somando reestruturação produtiva do capital e neoliberalismo, o modelo hegemônico do agronegócio se expandiu no campo (TEIXEIRA, 2013, p.15). Por meio do modelo agroexportador dos conglomerados agroalimentares, fortemente vinculados a instituições internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (THOMAZ Jr, 2006, p.137). Esse modelo, segundo Thomaz jr. (2006, p.137) vem “devastando social, econômica e territorialmente os povos e as comunidades tradicionais (camponeses, indígenas, nativos)”. Ao mesmo tempo se impõe como o único modelo de desenvolvimento possível para a sociedade, fortemente relacionado aos interesses das classes dominantes por meio do agronegócio, do capital bancário e financeiro (THOMAZ, Jr., 2006, p.137).

Para os ideólogos do agronegócio a reforma agrária é um mecanismo de desenvolvimento retrógrado, incompatível com o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo no campo. Como Zander Navarro, autor que afirma que a RA não é possível em países democráticos e seu potencial de crescimento é irrisório. O autor chega a afirmar que “a reforma agrária, afirmada cruamente e sem meias palavras, é política pública que também acabou” (2014, p.700). Tal discurso pretende defender o agronegócio como o único modelo de desenvolvimento para o campo.

O debate sobre a RA se torna intenso no Brasil e toma grandes proporções devido, principalmente, a intensa luta dos movimentos socioterritoriais, capitaneados principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Longe de aceitar o agronegócio

como único, os movimentos socioterritoriais recolocam a RA na agenda do governo.

Nas eleições presidenciais de 1994 o tema da reforma agrária teve pouco impacto. Principalmente devido às derrotas das propostas de reforma agrária na “Nova República”, para as elites este tema era retrógrado (PEREIRA; SAUER, 2006, p.174). O primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), coordenado por José Gomes da Silva, foi apresentado em 1985 no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Previa-se a criação de assentamentos para 1.400.000 famílias, desapropriando 43.090.000 hectares entre 1985 e 1989. Segundo Oliveira (2007, p.126) este programa foi fortemente combatido pelos latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR). Ou seja, na disputa política entre os latifundiários e os camponeses, o governo Sarney opta pelos ruralistas, “Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da ‘Nova República’” (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

O governo Sarney fazia uma propaganda política prometendo a reforma agrária, mas em dois anos o governo não tinha cumprido 10% das metas estabelecidas pelo I PNRA. Para Oliveira (2007, p.127) os motivos são “a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR”.

Já Fernando Collor de Mello, na década de 90, havia prometido assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994, no entanto em dois anos tinha assentado cerca de 30 mil famílias, “revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil.” (OLIVEIRA, 2007, p.127).

O I PNRA tinha sido abandonado por estes governos. Com FHC não foi diferente, uma vez que, em 1995, a proposta do governo era assentar 280 mil famílias até 1998, demonstrando que “as metas do I PNRA estavam enterradas e com uma pá de cal em cima.” (RAMOS FILHO, 2008, p.212). O entendimento do governo sobre a reforma agrária tinha um caráter assistencialista, tratava-se “de ações pontuais de alívio à pobreza rural, sem

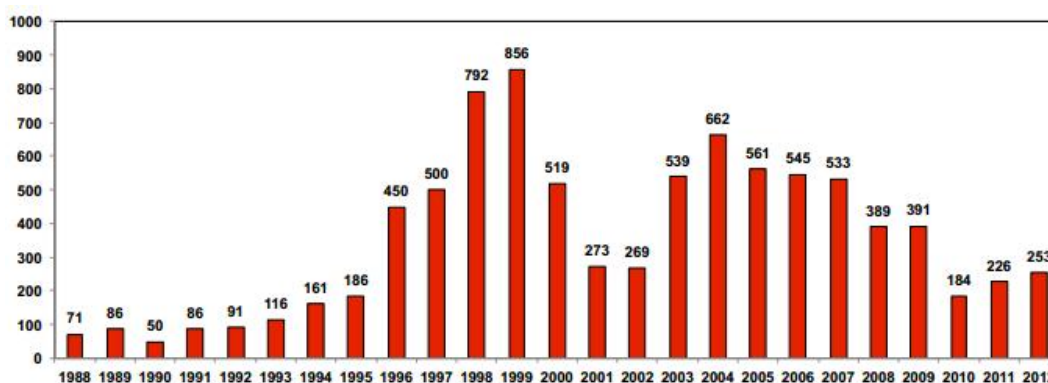
qualquer intencionalidade redistributiva” e redução das pressões sociais (PEREIRA, 2009, p.283).

Num primeiro momento, durante a sua primeira gestão “apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos.” (FERNANDES, 2008b, p.78). De fato, até então o governo FHC foi o governo que mais criou assentamentos. A primeira gestão (1995-1998) criou 2.345 assentamentos, e no segundo (1999-2002) criou 1.965 assentamentos (DATALUTA, 2013). Mas, o que fez o tema “reforma agrária” entrar realmente na pauta do governo?

Dentre outros fatores, os que se destacam são:

- 1) Nos anos 90 o MST se torna o movimento social mais importante do país, superando o papel da CONTAG, que teve sua base minada durante o governo Collor (RAMOS FILHO, 2008, p.212). A luta pela terra aumenta durante a gestão FHC, segundo o Relatório Dataluta 2012 (2013) o número de ocupações sobe de 1995 à 1999, indo de 186 em 1995, 450 em 1996, 500 em 1997, 792 em 1998 e 856 em 1999, conforme a figura 1 a baixo. Segundo Fernandes (1999), as ocupações são fortes instrumentos para o acesso a terra, exercendo pressão sobre os governantes para a criação de assentamentos. Conforme as ocupações aumentam o número de assentamentos também aumenta. Entre 1995 e 1999 (DATALUTA, 2013), foram criados 3.015 assentamentos de reforma agrária.

Figura 1 – Ocupações de terra no Brasil 1988-2012



Fonte: Dataluta, 2013

2) O massacre dos camponeses em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) teve uma ampla repercussão internacional.

3) A situação de tensão social no Pontal do Paranapanema.

4) A realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” realizada pelo MST.

Esses acontecimentos “impuseram ao governo federal o reconhecimento da existência de uma problemática agrária grave no país, trazendo de volta o tema da ‘reforma agrária” (PEREIRA; SAUER, 2006, p.174).

A estratégia adotada pelo governo foi uma sequência de políticas que, por meio do então recém criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) visava (PEREIRA; SAUER, 2006, p.175): 1) reduzir os custos das desapropriações; 2) criminalizar as ocupações, resultando no aumento da violência no campo; 3) realizar uma campanha favorável ao governo e negativa dos movimentos sociais e das ocupações de terra, junto aos meios de comunicação; 4) promover uma descentralização administrativa das políticas fundiárias para a esfera estadual, ignorando a plataforma dos movimentos sociais organizados no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo; 5) Uma aproximação com as políticas fundiárias do Banco Mundial, “visando implantar uma autêntica contra reforma agrária via mercado” (OLIVEIRA, 2007, p.144), trata-se da aplicação da CRAM.

O governo optou por uma política de (re)criação do campesinato baseado nas políticas fundiárias do BM (RAMOS FILHO, 2008, p.215), sob os mesmos argumentos/justificativas do próprio BM, ou seja (PEREIRA; SAUER, 2006, p.176-177): 1) a desapropriação seria um mecanismo centralizador, lento e anacrônico, portanto, um mecanismo centrado no mercado, por meio dos agentes privados, seria mais eficiente; 2) Era um meio mais barato e serviria para desonerar o Estado; 3) As ações do MST e de outros movimentos socioterritoriais estariam conduzindo a implantação dos assentamentos rurais, deste modo, seria necessário diminuir as pressões sociais “introduzindo um mecanismo que pudesse disputar, pela base, a adesão dos movimentos sociais.

A primeira experiência de RAM no Brasil acontece no Ceará em agosto de 1996, por meio do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Ceará (PCPRC) “Reforma Agrária Solidária”, ou “São José”, introduzindo um componente fundiário neste programa (PEREIRA, 2005, p.95). Em fevereiro de 2007 aprova-se o primeiro empréstimo e com um orçamento de R\$ 4.165.600,00 do Estado do Ceará e mais R\$ 6.000.000,00 do BM, e abrangeu 694 famílias, 44 imóveis, em 27 municípios (PEREIRA, 2005, p.96).

Rapidamente após o início deste programa, o governo cria o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, conhecido como o Projeto Cédula da Terra (PCT). O PCT contava com um empréstimo inicial do BM de U\$90.000.000,00, e acabou tomando no total U\$190.000.000,00, do governo federal U\$45.000.000,00 e dos governos estaduais de U\$9.000.000,00 (SAUER, 2010, p.102-103). A intenção do programa era assentar 800 famílias em 1999 e financiar a compra de 40 mil hectares (PEREIRA, 2005, p.96). O programa foi se territorializando nos estados de CE, PE, MA, BA e norte de MG (PEREIRA, 2005, p.96).

Os dois maiores movimentos camponeses, a CONTAG e o MST e outros movimentos sociais e sindicais, colocam-se contrários ao PCT. Mesmo frente a esta oposição antes de se avaliar o projeto, como prevê o BM, aprova-se Fundo de Terras, ou Banco da Terra(BT), pela Lei Complementar N°93, de 4 de Fevereiro de 1998. Com um orçamento de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) do BIRD e mais R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) do governo Federal (RAMOS FILHO, 2007, p.56).

A criação do Banco da Terra sem dúvida representou uma mudança do aparato público administrativo, mas o fez em favor do braço de sustentação mais antigo do pacto de dominação que conforma o Estado brasileiro, qual seja, a preservação do poder social dos grandes proprietários de terra. (PEREIRA, 2005, p.100)

O BT entra no rol de políticas fundiárias permanentes do Estado, se tornado “um fundo capaz de captar recursos de diversas fontes exclusivamente voltados para financiar a compra de terras a trabalhadores

rurais potencialmente em todo o território nacional” (PEREIRA, 2009, p.289). A CRAM expande a sua territorialização, passando agora a abarcar os estados Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais (RAMOS FILHO, 2009, p.264).

De acordo com Manual do Banco da Terra, poderia acessar o programa todo trabalhador rural com, no mínimo, 5 anos de experiência comprovada na atividade rural; com renda de R\$15.000,00 ou menos e um patrimônio inferior a R\$30.000,00; desde que organizado em associações ou cooperativas. O pagamento do financiamento deve se dar em até 20 anos, com três anos de carência. O imóvel fica hipotecado até a liquidação do financiamento. Os juros eram pré-fixados, funcionavam da seguinte forma:

I – Até R\$15. 000,00 – 6%ao ano.

II – Acima de R\$15.000,00 até R\$30.000,00 – 8% ao ano

III – Acima de R\$30.000,00 até R\$ 40.000,00 – 10% ao ano.

Podendo haver um rebate de até 50%, se as famílias pagarem cada parcela nos prazos estipulados.

Os mais de 40 movimentos sociais organizados no “Fórum nacional pela reforma agrária e pela justiça no campo”, entendiam que a criação do BT significava um processo de substituição da RA pelo mecanismo de mercado. Nesse sentido, estariam dispostas a combater o PCT e o BT, entendidos como referências de luta contra as políticas neoliberais (PEREIRA, 2009, p.291).

Por meio do Fórum as organizações pretendiam (PEREIRA, 2009, p.291-292): em âmbito nacional, denunciar ao Ministério Público Federal as suspeitas de superfaturamento, corrupção no PCT e no BT. Ao mesmo fazer uma campanha crítica aos programas e no plano internacional fazer um pedido de solicitação ao BM de um Painel de Inspeção¹.

O Painel acatou o pedido e enviou uma comissão para averiguar. Porém

¹ O Painel de Inspeção é uma janela que permite aos setores da sociedade civil se posicionar perante projetos do BM, fazendo críticas e propondo mudanças. É uma das ferramentas da chamada “participação popular” nos projetos do banco.

(...)após consultas com os órgãos governamentais e entidades do Fórum, decidiu pela não recomendação da investigação à diretoria do BIRD. O Painel não recomendou a abertura oficial do processo junto ao BIRD (SAUER, 2010, p.106).

O BM, além de negar as denúncias, ainda criticou os apontamentos do Fórum, sob a alegação que elas eram apenas de cunho filosófico.

Conforme nos revela Pereira (2009, p.292), em resposta, o Fórum em 1999 tinha em mãos os documentos liberados pelo Painel de Inspeção. Este documento possuía informações que denunciavam desde compra de terras passíveis de desapropriação; valorização das terras onde os programas haviam implantando empreendimentos; má qualidade das terras, entre outros aspectos. Assim, o Fórum realizou outro pedido ao Painel de Inspeção. No entanto receberam uma nova resposta negativa “questionando os méritos do argumento” (PEREIRA, 2009, p.292) apesar de estar bem fundamentado, segundo o autor.

No segundo mandato de FHC, em março de 1999, de acordo com Pereira (2009, p.290), após a transformação do MEPF em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Raul Jungmann, o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, apresenta programa *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, mais conhecido como Novo Mundo Rural. Este documento mostrava as novas bases teóricas do governo baseadas no Banco Mundial, e institucionalizava as políticas fundiárias neoliberais (RAMOS FILHO, 2008, p.218).

Implementou um conjunto de programas centrados na inserção dos pequenos e médios agricultores no mercado globalizado, mediante: os incentivos à sua integração à agroindústria; a valorização das atividades não-agrícolas, como moradia, turismo e prestação de serviços no campo; a alteração da política de financiamento da produção. (RAMOS FILHO, 2008, p.218)

Nesse segundo mandato também aumentou a criminalização das ocupações (FERNANDES, 2008b, p.79), fazendo com que o número de famílias nas ocupações diminuíssem.

Frente às pressões dos movimentos e do Fórum, o empréstimo do BIRD de US\$202.000.000,00 foi atrasado em dois anos. Essa quantia viria com o novo programa de CRAM do governo. Tratava-se do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCPR), que segundo Ramos Filho (2007, p.57), foi criado em 2001, com um orçamento de € 218.000.000,00 do BM, € 174.000.000,00 do Fundo de Terras e Reforma Agrária, e mais €21.800.000,00 dos governos estaduais.

A intenção era substituir o BT, realizando algumas alterações contratuais, reduzir o valor financiável ao beneficiário, “financiamento a fundo perdido para projetos de investimentos comunitários complementares (produtivos, sociais e infra-estrutura,)” (RAMOS FILHO, 2007,p.58).

A CONTAG opta por apoiar o CFCPR. O governo há anos queria esse apoio para legitimar os programas de CRAM. Agora o governo se apossava da argumentação de que contaria com a participação da sociedade civil nos programas.

Essa mudança de posição é explicada por Pereira(2009, p.294-295) pelos seguintes elementos: 1) As críticas da CONTAG à RAM eram vinculadas a sua forma de implantação e não ao seu caráter mercantil; 2) A CONTAG já reivindicava um programa de crédito fundiário complementar à RA; 3) A existência de uma “cultura sindical” em torno das negociações da participação em projetos no Nordeste; 4) Houve uma reorientação das opções políticas/teóricas da CONTAG, se alinhando ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)², na defesa da “agricultura familiar”³.

² O PCA é um modelo explicativo que tenta entender a questão agrária a partir de determinadas características teórico-metodológicas. Nesse sentido, o PCA se baseia no entendimento de que a agricultura familiar que existe no capitalismo, deve se adequar ao mercado, adotar pacotes tecnológicos, etc. Para o PCA não há questão agrária, o capitalismo pode ser humanizado por meio da intervenção estatal. Em contraposição, existe o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que está ligado a uma vertente crítica radical de base teórico-metodológico marxista. Estes dois paradigmas estão sempre disputando modelos explicativos. Para mais, consultar Fernandes (2008), Ramos Filho (2008).

³ “Agricultor Familiar” é um conceito desenvolvido pelos teóricos do PCA para desvincular o conteúdo político e revolucionário que carrega o conceito de

Estes projetos de CRAM: o PCT, BT e o CFCPR vão marcar a experiência do governo Fernando Henrique Cardoso na aplicação da Contrarreforma Agrária de Mercado no Brasil.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) reacendeu a esperança dos movimentos socioterritoriais de que a RA seria enfim, realizada. A reforma agrária, conforme Coca (2011, p.86) nos lembra, era uma bandeira histórica do partido.

No início do governo, um grupo coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, junto a um conjunto de intelectuais ligados a causa agrária e aos movimentos socioterritoriais, tinha o interesse de formular outro Plano Nacional de Reforma Agrária. O II PNRA, com a meta assentar um milhão de famílias (RAMOS FILHO, 2008, p.225).

A correlação de forças que compunha o governo não se alterou muito. O PT havia feito alianças junto a partidos conservadores da direita, como o Partido Liberal. Isto fez com que o governo rejeitasse o plano Plínio, “substituindo-o por uma proposta mais tímida, de formulação teórico-conceitual alinhada com princípios liberais.” (RAMOS FILHO, 2008, p.226).

O intitulado *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural* (II PNRA), elaborado pelos técnicos do governo, rompe com a prática dos governos anteriores estabelecendo metas para o primeiro mandato. Dentre as metas estabelecidas pelo governo, temos aquelas relativas à (re)criação do campesinato (RAMOS FILHO, 2008, p.230): assentar 400 mil famílias em assentamentos de reforma agrária; a regularização fundiária para 500 mil famílias; e assentar 130 mil pelo Crédito Fundiário.

Frente aos caminhos que a reforma agrária havia tomado, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se posicionaram veementemente contrários. Coca (2011, p.87), por meio de ações como a Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça, no Campo Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em 2004 e a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 2005.

“Camponês”. Tratando-os como retrógrados, atrasados, onde no capitalismo moderno o camponês deve se adequar à lógica empresarial e se tornar um agricultor familiar. Ver mais em Fernandes (2008) e Ramos Filho (2008).

No que tange a criação de assentamentos de RA, o governo optou não pela desapropriação, mas pela regularização fundiária. Em seus dois mandatos o governo Lula cumpriu 37% da meta do II PNRA, “A regularização fundiária respondeu por 74% da área dos assentamentos, a desapropriação representou 11%, o restante ficou com outras modalidades de obtenção de terras como compra, reconhecimento etc.” (FERNANDES, 2013, p.194).

Outra característica importante é a incorporação da CRAM. E ainda teve a intencionalidade de ampliar o programa, aumentando o número de famílias atingidas. Sendo realizados ainda mais empréstimos junto ao BM, com juros a preço de mercado internacional (RAMOS FILHO, 2009, p.260).

Cria-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), “incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo” (RAMOS FILHO, 2007, p.58), que se executa por meio de novos empréstimos junto ao BM. Funcionaria como “uma fonte financiadora de todos os programas de ‘crédito fundiário”, atuado como uma “grande imobiliária pública” (PEREIRA; SAUER, 2006, p.200).

Conforme nos revela Pereira e Sauer (2006, p.198) e Ramos Filho (2007, p.59), o que ocorre com as políticas de CRAM a partir do PNCF: O BT permanece, passando por pequenas modificações, e modificando o nome, chamando-se agora de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); O PFCPR e o PCT passam a se chamar Combate à Pobreza Rural (PCR), onde o ingresso é por meio de associações; criação do Nossa Primeira Terra (NPT), para jovens agricultores entre 28 a 24 anos; e o Terra Negra Brasil (TNB) e o Terra Para Liberdade (TL), que visa atender quilombolas, trabalhadores resgatados de situações análogas ao trabalho escravo.

Tanto o TNB e o TL revelam a intencionalidade do governo em abranger grupos sociais historicamente excluídos e subordinados, com potencialidade de entrar na luta pela terra, capturando-os por meio da lógica mercantil (PEREIRA; SAUER, 2006, p.201 e RAMOS FILHO, 2007, p.59). Dificilmente estes programas conseguirão trazer a emancipação destas comunidades ao apostar no mercado capitalista como estratégia.

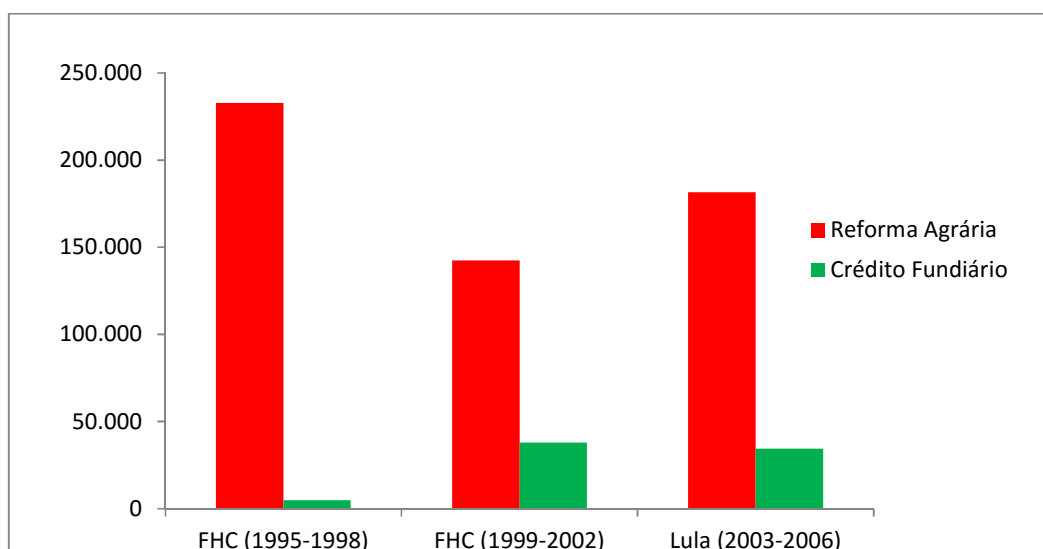
Em sua gestão, FHC (COCA, 2011, p.82) criou 3.575 empreendimentos de RAM, abrangendo 34. 648 famílias em uma área de

773.919 hectares. A RAM, em seu governo, se territorializou pelos estados de Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo. Na gestão Lula, ela se territorializa também pelos estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia (RAMOS FILHO, 2008, p.238). Cria-se até 2008, 14.176 empreendimentos de RAM, abrangendo 54.076 famílias em uma área de 985.553 hectares.

Nesse sentido, conforme nos revela Ramos Filho (2008, p.239), FHC foi o maior articulador espacial da CRAM, ou seja, expandiu o programa em vários estados. E Lula complementa, em seu 2º mandato, a territorialização por todo Brasil. O governo Lula foi mais expressivo quantitativamente.

Como podemos observar na Gráfico 9 abaixo, podemos notar que FHC foi o que mais criou assentamentos de RA, ao mesmo tempo que inaugura a CRAM. Em seu segundo mandato, ocorre uma diminuição da criação dos assentamentos e um crescimento dos empreendimentos do crédito fundiário. Já Lula dá continuidade ao crédito fundiário e aumenta a criação de assentamentos, mesmo que com as considerações já feitas acima.

Gráfico 9 - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário (1995-2006)



Fonte: RAMOS FILHO, 2013, p.65 Org. Lima, Rodolfo de Souza

O governo brasileiro mobiliza-se para forjar um território imaterial favorável ao programa. Podemos usar o exemplo do documento “Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo” (SPAROVECK, 2005). Foi formulado por pesquisadores vinculados Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003. Foi um estudo que abrangeu 174 empreendimentos, e visava avaliar a realidade do CFCPR.

Revelou-se que a idade média dos mutuários é de 39 anos. A média da família é alta, são 6 membros, nos quais 3,6 estão ocupadas com as atividades produtivas. Apenas 1/3 das famílias moram nas áreas. A compra da terra é relativamente rápida, dura em média 15 meses e as famílias passam a ocupar os lotes assim que a infra-estrutura termina, no entanto 57% ainda não mora no empreendimento. Normalmente os empreendimentos estão próximos de um município e os mutuários nasceram perto do empreendimento. O documento ainda afirma que existe a participação dos sindicatos na associação, assim como dos técnicos do CFCPR. No entanto, revela que a assistência técnica atenda somente 1/3 dos empreendimentos. A escolaridade é extremamente baixa, vai entre a 1ª a 4ª. A definição do preço da terra na maior parte (42%) dos empreendimentos foram feitos por agentes externos, vinculados ao CFCPR e não pelos mutuários.

O documento ao fazer alusão às atividades de produção revela que a maioria dos projetos ainda não se iniciou, e que “tende a se concentrar nos sistemas individuais” (SPAROVECK, 2005, p.6). Praticamente não há mudança na renda das famílias antes e depois de ingressar no empreendimento, está em torno de R\$ 2.200,00. Considerando uma família de 6 pessoas, temos uma renda per capita de R\$366,00, bem menos de que um salário mínimo. Revelando ainda que 2/3 é produto do trabalho rural e 1/3 de benefícios e direitos, como bolsa alimentação, vale-gás, etc. Ainda, que 20% é composta de salário, mostrando o grau de proletarização nos empreendimentos. Os que abandonaram os empreendimentos, na maioria dos casos (37%) argumentaram que foi pretendia buscar melhores condições de trabalho. Boa parte das famílias, 16% afirmaram que o

tamanho da propriedade era insuficiente e 9% alegaram renda insuficiente (SPAROVECK, 2005).

Apesar de se posicionarem favoráveis ao programa, os pesquisadores não puderam deixar de lado aspectos preocupantes. A baixa renda, a falta de assistência, a proletarização são aspectos que não puderam ser escondidos pelos pesquisadores.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais articulados junto a Via Campesina – MST, Comissão Pastoral da Terra, Movimento Mulheres Camponesas, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Pastoral da Juventude e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, por meio da Rede Terra de Pesquisa popular, somam-se para construir um território imaterial contrário ao crédito fundiário. Um exemplo disto é construção da cartilha “Armadilha do Crédito Fundiário do Banco Mundial”, pública em 2006. Que visou realizar um detalhado estudo nos empreendimentos, e dimensionar um território imaterial contrário a CRAM.

Formulam um estudo em 161 municípios, 13 estados da federação, com um total de 1.677 entrevistas, em 60 mil famílias. Foi nos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Coletados em 2005, a pesquisa abrange os empreendimentos do CT, BT, Crédito Fundiário e NPT, criados entre 1997 a 2005.

Os dados disponibilizados pela cartilha são reveladores das condições de implantação, de desenvolvimento e da vida que estes mutuários estão vivendo. A pesquisa revelou que 35% das famílias não escolheram a terra que compraram, ou seja, contradiz o argumento do governo e do BM de controle social das associações. Praticamente metade das famílias, 41% não participaram da negociação da compra da terra, quer dizer quem estipula o preço da terra é o capitalista e os gestores do programa e os mutuários estão fora do processo. Os casos de corrupção afligem 16% dos processos de compra da terra, contrapondo o argumento do BM de que o mecanismo mercantil não seria suscetível corrupção, como desvios de verbas para o financiamento de infraestrutura, na compra da

terra, etc.. 48% foram terras improdutivas ou ociosas, os latifundiários podem vender suas terras que estavam ociosas, o prejuízo fica para os mutuários. 54% não tiveram acesso ao contrato de compra e venda, não era pra ser um processo transparente?

A falta de informação disponibilizada para os mutuários é latente, 48% desconhecem as penalidades se não pagarem a terra, 36% não sabem quantas prestações financiaram a terra, 81% não sabem o valor dos juros.

Um dado importante, 36% não receberam o financiamento para iniciar suas atividades na terra, apesar da agilidade para se comprar a terra e endividar os mutuários, para se aplicar em políticas agrícolas o programa não é tão eficiente. Além disso, 74% não tem água para a produção, 86% não tem assistência técnica com regularidade e 40% nunca receberam. 15% citaram casos de desvio de recursos para investimentos em benfeitorias ou produção

Em 76% dos empreendimento não tem postos de saúde, 72% não tem ambulância em caso de emergência. 48% não tem acesso a escolas ou creches. 27% não tem água potável, 20% não tem energia elétrica. É inconcebível que uma política que se pretenda como a solução dos problemas para o campesinato e para os latifundiários coloque os mutuários em tal situação de faltar o básico.

A situação ainda piora quando notamos que 46% não tem o suficiente para o próprio sustento e 47% não produzem o suficiente para pagar o financiamento da terra. Em 19% das famílias que estão há mais de um ano nas áreas passam ou já passaram fome, desde que ingressaram.

O que vemos aqui é uma contradição clara entre o discurso e a prática. No discurso a CRAM se propõe como inovadora, sem conflitos, pacífica, eficiente, sem corrupção. Isto é justificado no discurso oficial apresentado no documento “Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo, “Assumindo os riscos de uma conclusão pessoal, para mim ficou a certeza de que ainda há muita coisa para se fazer, mas que o balanço é positivo. O CF-CPR cumpre seus objetivos primários” (2005, p.55). Na prática, como evidenciado pelos movimentos articulados junto a Via Campesina, o que os dados mostram é uma situação extremamente preocupante, o avesso do discurso.

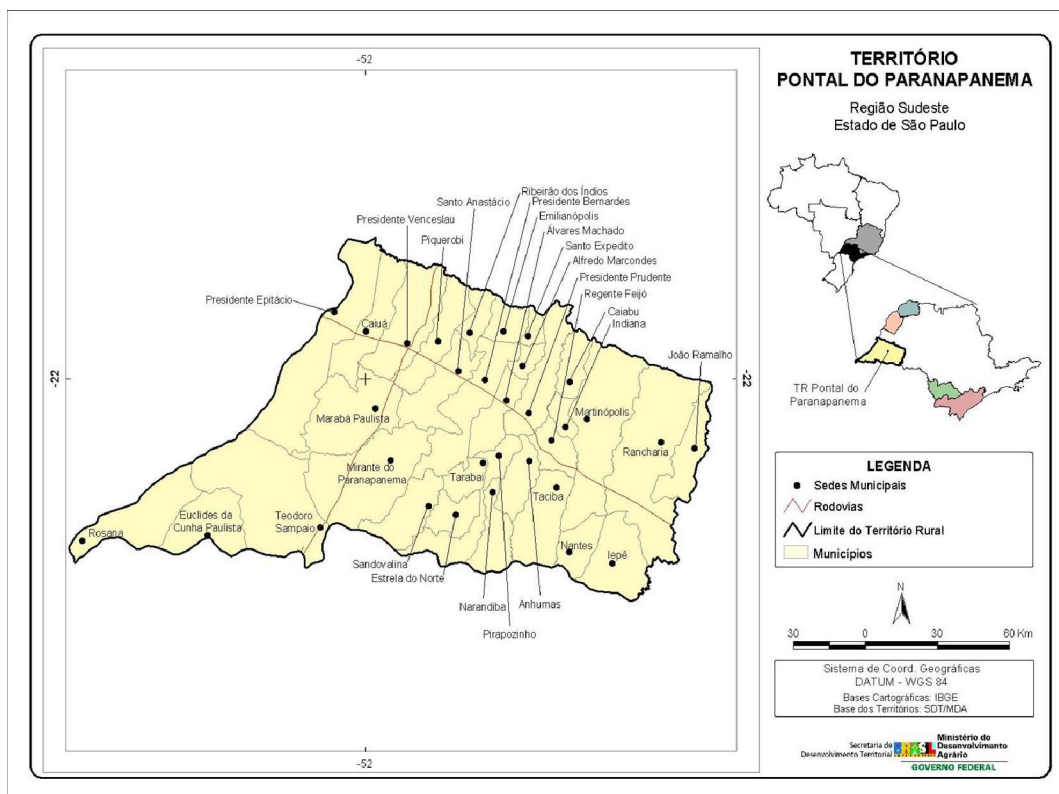
3. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO CHEGA AO PONTAL DO PARANAPANEMA

Neste item vamos discorrer sobre o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, que irá nos dar as bases iniciais dos ordenamentos espaciais e territoriais da região. A constituição e fragmentação do grilo Pirapó-Santo Anastácio e a luta pela terra vão compor os elementos da questão agrária regional. A partir do conflito entre campesinato e os latifundiários, os movimentos socioterritoriais passam a (re)conquistar parte deste território até então controlado pelo capital, no movimento indissociável de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

É no auge do conflito, durante a viragem do século XX para o XXI, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os grileiros da região estarão disputando o território, que surge o Banco da Terra, propondo um tipo de reforma agrária “moderna”, “sem conflitos”. Os governantes, a imprensa, os latifundiários, ou seja, os principais opositores do MST vão apoiar a territorialização da RAM na região.

Nosso recorte territorial (Figura 2) compõe 32 municípios que compõem a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL): Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Fei jó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Teodoro Sampaio, Caiabu, Indiana, Tarabai e Estrela do Norte.

Figura 2 – Pontal do Paranapanema



Fonte: Secretária do Desenvolvimento Territorial

3.1 A ocupação do Pontal do Paranapanema

A região hoje conhecida como Pontal do Paranapanema fazia parte de uma posse de terras, chamada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e da Fazenda Boa Esperança do Água-Pehy (LEITE, 1998, p. 38).

Os pioneiros realizaram o primeiro avanço sobre a região, dizimando os índios e realizando os grilos jurídicos, concentrando a terra e abrindo caminho para o cultivo de café (ABREU, 1972, p.25). Os grileiros utilizavam a terra majoritariamente não para a produção, mas para a especulação, aproveitando a valorização trazida pelo café. Segundo Abreu (1972, p.36), esta segunda etapa da colonização era promovida pelos cafeicultores, que buscavam novas terras devido à boa situação do café; e pelo especulador. Ambos utilizando métodos legais e ilegais. A Estrada de Ferro Sorocabana teve um papel fundamental para o escoamento da produção do café, para a valorização das terras e a multiplicação dos núcleos urbanos.

Sabia-se da presença de índios, “Pertenciam ao grupo dos Guarani, também designados Cainguá ou Caiuá, Tupiniquim, Xavante e Caingang, estes últimos também chamados de Coroados a partir do século XVII” (ABREU, 1972, p.15). Mas conforme nos aponta Sobreiro Filho, os índios eram vistos como um entrave ao desenvolvimento, verdadeiros inimigos do progresso, “havia ali populações que não estavam inclusas na lógica metabólica do capital e, portanto, para que não freasse sua expansão deveriam ser integrados, expropriados ou exterminados.” (SOBREIRO FILHO, 2013, p.64). Nesse sentido, a ocupação do oeste paulista foi marcada pelo extermínio das populações indígenas, os pioneiros José Teodoro de Souza, o primeiro desbravador, que também participou do extermínio, assim como, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes (SOBREIRO FILHO, 2013, p.62).

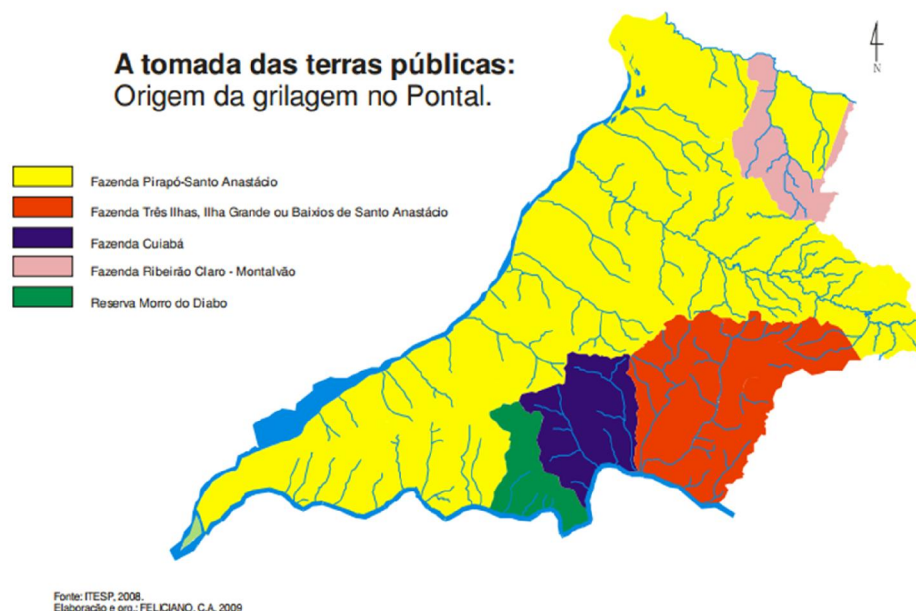
O mineiro, José Teodoro de Souza saiu de Pouso Alegre (MG) e veio para São Paulo, partindo de Botucatu, para consolidar uma grande posse de terras. A fazenda Boa Esperança do Água-Pehy está ligada a José Teodoro de Souza

A gleba de José Teodoro de Souza estendia-se por 10 léguas da barraca do Rio Paranapanema até o espigão divisor com o Rio do Peixe, ainda desconhecido, e 25 léguas do Rio Turvo ao Ribeirão da Figueira, cujas nascentes ficam a rumo do mencionado espigão. (...) Matas de cultura e campos era o que se podia oferecer de mais atraente para os colonizadores que José Teodoro de Souza traria de Minas Gerais (ABREU, 1972, p.19)

Outra figura importante era Antônio José Gouveia. Em 1856 na paróquia de São João Batista do Rio Verde em Itaporanga, alegou, junto ao Vigário Frei Pacifico de Monte Falco, que possuía desde 1848 uma fazenda chamada Pirapó-Santo Anastácio (LEITE, 1998, p.38). No entanto, mesmo sendo ilegal, se ele declarasse que morava na posse desde antes da promulgação da Lei de terras nº601, de 1850, poderia obter a legalização. Porém não conseguiu “A gleba, contudo, apresentava limites imprecisos, pois abrangia “todas as vertentes dos Rios Pirapó e Santo Anastácio”, evidenciando o desconhecimento sobre os limites reais das terras”

(BARBOSA, 1990, p.82). Podemos visualizar a magnitude do grilo Pirapó Santo-Anastácio, como no mapa abaixo (Figura 3):

Figura 3 – Origem da grilagem no Pontal



Nem José Teodoro de Souza nem Antônio Gouveia conseguiram legitimar suas posses. Mas isto não os impediu, passaram a vender “sob a forma de confusas medidas, desde as braças quadradas, os alqueires aproximados ou aguadas” (BARBOSA, 1990, p.82).

Antônio Gouveia vende a Joaquim Alves de Lima em 1861 sua posse. Após a morte de Joaquim, João Evangelista de Lima assume a Pirapó-Santo Anastácio. Foi João Evangelista em 1886, o primeiro a realmente tentar legalizar a posse da fazenda (LEITE, 1998, p.39). Mas segundo Barbosa (1990, p.82), “as imprecisões eram tantas, que o governador da época, Prudente de Moraes, após analisar vários Pareceres, concluiu ser imprestável e nula a medição”.

A situação da Fazenda Água-Pehy também não se diferenciava muito. Em 1866 o agrimensor Manuel Pereira Goulart requereu a legitimação da posse da fazenda ao governador do Estado, se dizendo morar no local desde 1850 (LEITE, 1998, p.41). Os documentos estavam cheios de equívocos e informações falsas. O visconde de Parnayba, ao avaliar,

considerou nula e falsa os documentos apresentados. Após declarar falso o processo, o visconde “remeteu-o ao Juiz de Direito da Comarca de Lençóis, para que fossem processados criminalmente o peticionário e o escrivão do processo” (BARBOSA, 1990, p.83).

Observa-se que, embora os requerimentos de legitimação de João Evangelista de Lima, da gleba Pirapó-Santo Anastácio e de Manuel Goulart, da Boa Esperança do Aguapei, tivessem dado entrada ao juiz comissário de Campos Novos do Paranapanema, em meados do ano 1886, o primeiro fora julgado imprestável já na República (1890) e o segundo nos estertores do Império, em 1889. Não houve, pois, solução de continuidade no andamento dos papéis (LEITE, 1998, p.42).

Vendo a situação em que se encontravam, optaram por permutar as fazendas antes de sair a sentença. No dia 11 de Janeiro de 1890, segundo as Notas do Tabelionato José Manuel de Almeida, em Santa Cruz do Rio Pardo, o Sr. Manuel Pereira Goulart, troca a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com o Sr. João Evangelista de Lima. Os irmãos e cunhados de Evangelista ratificam o ato em 1892 (LEITE, 1998, p.42). “Não havendo duvida de que ninguém pode permutar algo que não lhe pertença, o ato era nulo juridicamente”(LEITE, 1998, p.42).

Para garantir a propriedade, Goulart solicita ao Governo Provisório da República, “antes que se promulgasse a Constituição da República”(BARBOSA, 1990, p.82), enviando ao Ministério da Agricultura o pedido do Título de Permuta e um Documento de Legitimidade de suas terras. Para isso iria permitir que famílias pudessem colonizar a região. Devido o termo “suas terras” constar nos documentos, Goulart teve a legitimidade que queria. Começou então a vender e repartir as terras(LEITE, 1998, p.43). A situação chegou a tal ponto que no final do século XIX, “ocasião em que os bons preços do café estimulavam os plantadores a voltarem seus interesses por terras virgens, rumo aos extremos do estado”, as transações eram tamanhas que haviam mais títulos do que terras sobre a Pirapó-Santo Anastácio.

Conforme Abreu (1972, p.25) nos explicita, a vinda do café para a região “trouxe uma extraordinária procura de terras virgens e ficaram na mira dos fazendeiros as terras devolutas do extremo oeste de São Paulo”. Uma

série de grileiros e negociantes de terra passaram a falsificar títulos e a vender terras. “Eles não tinham a intenção de ocupar e explorar a terra, mas apenas de especular com ela” (ABREU, 1972, p.27).

Tratava-se de um “processo que encenou a marcha do capitalismo rumo ao oeste do estado de São Paulo na incorporação de novos espaços e sujeitos na lógica sociometabólica do capitalismo” (SOBREIRO FILHO, 2013, p.52), onde o conflito é a marca deste processo (ANTONIO, 1990, p.11):

O processo de ocupação e desenvolvimento desse território provoca lutas intermináveis. Na ocupação foram destruídas nações indígenas, florestas e solos e, no desenvolvimento regional, através das frentes pioneiras, os confrontos, entre camponeses e jagunços contratados pelos grileiros.

O 2º Perímetro de Presidente Prudente era uma área incrustada na Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. A fazenda São José, que é comprada pelos mutuários do Banco da Terra, fazia parte do 2º Perímetro. Vamos discutir neste subcapítulo as contradições do processo de grilagem e como ela foi julgada devoluta.

Como já foi dito anteriormente, a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio pertencia a Manuel Pereira Goulart. Após conseguir “esquentar” os papéis, ou seja, forjar os documentos, Goulart passou a vender, troca e doar terras, como nos mostra Abreu (1972, p.56):

De posse da Fazenda Santo Anastácio, Manuel Pereira Goulart alienou inúmeras sortes de terras a vários preços e varias pessoas: 5.000 alqueires por 100:000\$000 em 1894; 3000 alqueires por 20:000\$000 em 1897; 2.000 alqueires por 25:000\$000 em 1894; 10.000 alqueires por 15:000\$000, em 1895; 700 alqueires por 7:000\$000, em 1896, 600 alqueires por 6:000\$000 em 1894. (ABREU, 1972, p.56)

Na maioria das vezes os compradores tinham interesse em especular e acabavam passando para outros a posse. “Estava-se no fim do século XIX, quando os bons preços do café faziam os plantadores voltarem seus olhos cobiçosos de terras virgens para os extremos do Estado” (ABREU, 1972, p.57). Havia conflitos entre os grileiros requerendo o uso da mesma terra,

sabe-se que era comum o uso de jagunços para a expulsão de ocupantes. Nesse sentido, como a terra não era ocupada, uma vez que era para especulação, havia casos de invasores entravam e que passavam a ocupar as terras (LEITE, 1998, p.44).

Em 1909 Manuel Pereira Goulart morre, passando para sua esposa, Militânia Cândida Marques, os direitos de agir em seu nome. Os herdeiros de Goulart foram: a Militânia Cândida Marques, viúva, Francisco de Paula Goulart, casado, Bibiana Cândida da Conceição, solteira, Ana Luiza da Conceição, solteira, Maria Clara de Assumpção, solteira, Manuel Pereira Goulart Filho, casado, Alberto Pereira Goulart, solteiro, Evaristo de Paula Goulart, menor púbere, Gustavo Pereira Goulart, menor púbere (ABREU, 1972, p.58). A família Goulart continuou a vender terras de diferentes. Francisco de Paula Goulart foi aumentando suas terras, comprando as partes de seus irmãos (ABREU, 1972, p.58)

Tendo em vista as dezenas de conflitos que ocorriam, foi somente em 1930 que o Estado, por meio da Fazenda do Estado, começou a tomar parte da situação, “o poder judiciário de São Paulo constatou, através de laudos periciais, que a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco, tomada por Antônio Gouveia, foi falsificada” (FELICIANO, 2009, p.241).

Leite revela que por diversas vezes a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi considerada devoluta sem mais direito a apelação, assim como os perímetros 2º, 3º, e 5º de Presidente Prudente⁴, pelo Juiz Luis Francisco de Souza Nogueira (LEITE, 1998, p46):

Por várias outras vezes o título da Pirapó Santo Anastácio fora inapelavelmente maculado. Nos autos de discriminação de terras 2º., 3º., e 5º da comarca de Presidente Prudente, ficou reconhecida a natureza devoluta das terras, todos julgados pelo Juiz Luís Francisco de Souza Nogueira e confirmados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

⁴ Juntas possuem 32.400 hectares. São terras que são vinculadas aos municípios de Presidente Prudente, Anhumas, Pirapozinho, Regente Feijó e Álvares Machado. Sendo 23.917,62 hectares competentes aos Municípios e 8.549,38 hectares ao Estado. Segundo Feliciano (2007, p.272), seria possível o Estado atuar por meio de convênios com os municípios para legitimar as posses ou dar outros fins, levando os interesses coletivos e individuais em conta.

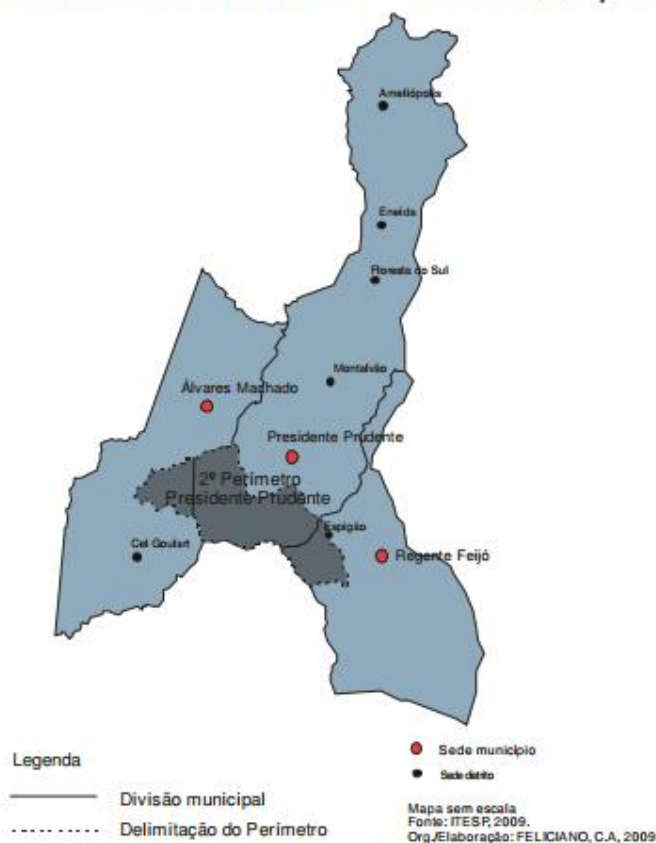
Em nossas investigações, encontramos no Processo nº00084-29.2010.403.6112, o relato da decisão do Juiz Francisco de Souza Nogueira, sobre o 2º perímetro da comarca de Presidente Prudente, ocorrido no dia 7 de abril de 1942, em Presidente Prudente. No julgamento estavam envolvidos, entre outros, Francisco de Paula Goulart e a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso. O relato é claro:

Não há, portanto, posse hábil, para excluir as terras do 2º perímetro da categoria de devolutas (...) Em face do exposto e do que mais consta nos autos, julgo procedente a ação e declaro devoluto o segundo perímetro deste município da comarca (...) ressaltando o direito de indenização aos atuais ocupantes, que o são de boa fé, e condeno os réus nas custas, em proporção

Sabe-se que o Estado, não retomou suas terras. O poder das elites tinha apoio político local e regional, permitindo-os continuar suas ações. “Assim, a perpetuação do poder coronelista se fortalecia diante das tentativas de intervenção do Estado” (FELICIANO, 2009, p.243).

“Não há, nesses perímetros, qualquer outra destinação das terras devolutas que não a apropriação indevida por particulares” (FELICIANO, 2009, p.370). Uma vez que se encontram perto das estradas e de Presidente Prudente, as terras são bastante valorizadas.

Podemos visualizar o 2º Perímetro de Presidente Prudente no mapa abaixo (figura 4). Sabe-se, conforme Feliciano (2007, p.373) que a área do perímetro é de 12.474 ha, sendo que são 4.989 há do estado e 7.485 há do municio. Como já alertamos a data de sentença definitiva é de 04/04/1942 Estranhamente os gestores do BT não tinham conhecimento deste dado.

Figura 4 - 2º Perímetro de Presidente Prudente**Divisão Territorial - 12º Perímetro de Mirante do Paranapanem****3.2 A luta dos camponeses no Pontal do Paranapanema**

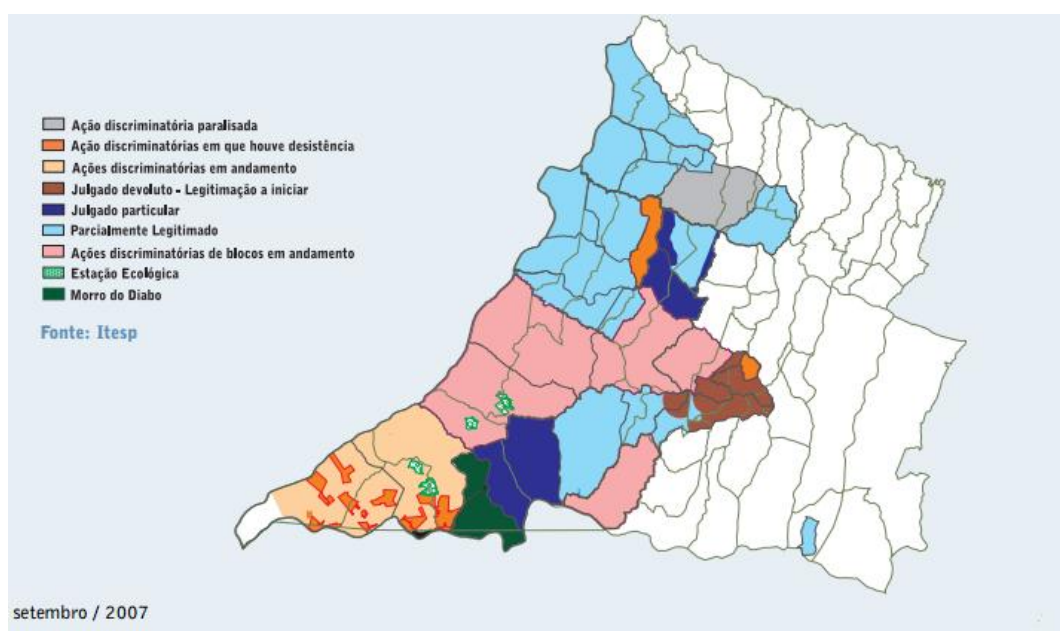
Como pudemos notar, tivemos um perverso processo de controle territorial na mão dos grileiros e do capital sobre as terras do Pontal do Paranapanema.

A situação jurídica das terras da região ainda se encontra numa situação bastante complicada. Segundo o ITESP (2007), estamos falando de 439.198,00ha de terras consideradas devolutas (considerando as propriamente devolutas, as que estão em Plano de iniciação para legitimar, Áreas Remanescentes, Reservas Ambientais), 462.730,00ha de terras não discriminadas, 392.640,00ha de terras particulares, como podemos visualizar na tabela 1 e na figura 5.

Tabela 1 – Situação Jurídico-dominial do Pontal do Paranapanema

Situação Jurídica	Área (hectares)
Julgado devoluto*	439.198,00
Não discriminada	462.730,00
Particular	392.861,00
Desistência da discriminatória	20.328,00

Fonte: ITESP, 2000

Figura 5 – Situação Jurídico-dominial das Terras do Pontal do Paranapanema

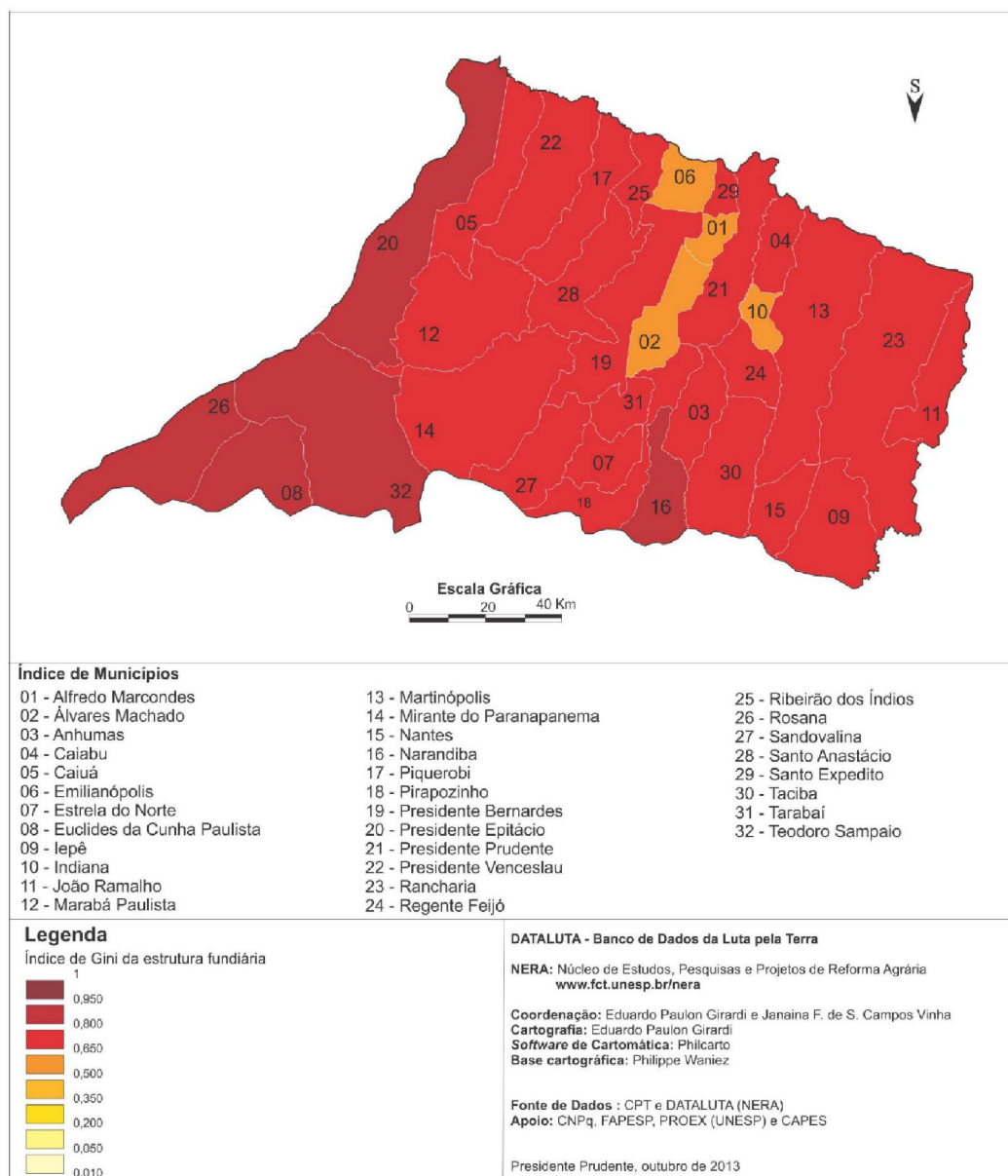
Fonte: ITESP, 2008

A luta dos movimentos socioterritoriais tem a sua importância na desconcentração da terra, na construção de outro sentido ao território. Um sentido baseado no trabalho familiar e na terra para o trabalho. Contrapõe-se à lógica dos grileiros que entendem a terra somente como reserva de valor, como mercadoria.

Entre 1987 e 2011 foram criados 112 assentamentos de reforma agrária, em 139.682ha, que abrange 5892 famílias (DATALUTA, 2013), frutos da luta pela terra. A trajetória dos camponeses na luta pela reforma agrária na região foi marcada pelos conflitos, pela repressão do estado e da criminalização dos camponeses.

Apesar disto, a marcha dos camponeses deve continuar. A concentração da terra na região ainda é muito preocupante. Como podemos ver no mapa a baixo (figura 6), a estrutura fundiária do Pontal tem um índice de Gini muito próximo de 1.

Figura 6 – Concentração fundiária do Pontal do Paranapanema (2012)



Fonte: DATALUTA, 2013

Como mostraremos, apoiando-nos nos autores que se debruçaram sobre o tema, a origem da concentração fundiária está nos ordenamentos territoriais sob a hegemonia do capital na região. A imposição de um território regido sob a lógica do lucro é seguida pela resistência de trabalhadores e camponeses na luta pela terra, na luta pela liberdade.

Na tentativa de buscar mão-de-obra para as plantações de café e/ou algodão, as elites incentivavam a vinda de mão-de-obra barata, trazendo migrantes do Nordeste do Brasil, sendo contratados como arrendatários para realizar o desmatamento, em troca de uma “ínfima quantia mensais e também de um pedaço de terra para cultivarem” (ANTONIO, 1990, p.12).

Antonio faz alguns apontamentos importantes que vão conformar as características iniciais da questão agrária na região. Nesse sentido, observa-se que são esses migrantes, os primeiros a contestarem a posse dos grileiros sobre as terras, entram em confronto com os fazendeiros.

É essa contradição, ocupação – confronto entre camponês, (posseiro, parceiro e arrendatário), e o latifúndio que se tem a marca os conflitos sociais que vão caracterizar a questão agrária (...) e que resultou nos assentamentos rurais dirigidos pelo Estado (ANTONIO, 1990, p.12)

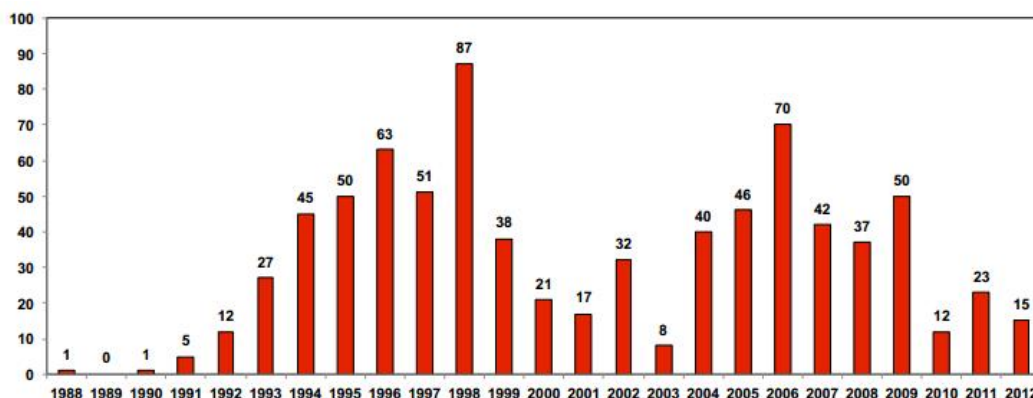
Na década de sessenta surgem os primeiros movimentos socioterritoriais na região, como forma de contestar o latifúndio. A ação dos movimentos culmina na ação do Estado, promovendo a reforma agrária redistributiva, com o objetivo de “eliminar rapidamente o foco de tensão social entre os latifundiários e camponeses” (ANTONIO, 1990, p.12). São marcantes deste período a conquista das glebas Rebojo, Santa Rita, Lagoa São Paulo, Ribeirão Bonito, XV de Novembro, Rosana, Água Sumida e Areia Branca (ANTONIO 1990).

A luta pela terra dos movimentos sociais continuou marchando. Com vinda do MST para a região, o conflito se intensifica. O início da territorialização do MST remonta a luta dos posseiros de Primavera contra a exploração (FERNANDES, 1996, p.88). A vitória dos camponeses sobre a Fazenda Primavera é um marco na história da região, uma vez que, a luta e a organização dos trabalhadores para a criação de assentamentos se tornou permanente.

Nos anos 90 os conflitos se intensificam. Como podemos observar na figura 7, temos o crescimento das ocupações até que em 1998 temos o ápice, atingindo 87 ocupações. Em toda essa década, temos (DATA LUTA, 2013) 400 ocupações, onde participaram cerca de 68.164 famílias.

A situação no Pontal durante esta época era de extrema tensão. A UDR passou a representar os ruralistas na região, “a UDR virou a mais citada organização ruralista do país e o Pontal não parou de ser o foco de conflitos fundiários” (CUBAS, 2012, p.127).

Figura 7 – Número de Ocupações entre 1988 e 2012



Fonte: DATA LUTA, 2013

As estratégias para a repressão às ocupações são variadas. Serão empreendidas contra os camponeses: processos judiciais, criminalização, tentativas de cooptação às lideranças dos movimentos, tentativa de associar movimentos camponeses com latifundiários, etc.

Souza (2012) nos mostra que durante o período de 1990 à 2009 foram instaurados 368 processos judiciais criminais contra camponeses envolvidos na luta pela terra. O autor dá ênfase a contradição do Estado que mesmo tendo conhecimento da situação jurídica da terra na região, reprime os camponeses que estão tentando ter seus direitos garantidos.

Figura 8 - Processos Judiciais Criminais no contra camponeses no Pontal do Paranapanema (1990-2009)

FÓRUM OU COMARCA	Nº PROCESSOS JUDICIAIS CRIMINAIS	%	Nº PESSOAS ENVOLVIDAS	%
Mirante do Paranapanema	14	3,80	22	6,45
Pirapozinho	8	2,17	21	6,15
Presidente Bernardes	10	2,71	8	2,34
Presidente Epitácio	23	6,25	30	8,79
Presidente Prudente	4	1,08	3	0,87
Presidente Venceslau	2	0,54	2	0,58
Rancharia	6	1,63	4	1,17
Regente Feijó	1	0,27	2	0,58
Santo Anastácio	7	1,90	4	1,17
Teodoro Sampaio	293	79,61	245	71,84
TOTAL:	368	100%	341	100%

FONTE: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2011. Org.: Rubens dos S. R. de Souza.

Conforme nos evidencia Cubas (2012) a imprensa é um sujeito importante em meio ao conflito. Vai representar o conflito de forma tendenciosa, onde “a tendência é mostrar a UDR como a situação, enquanto o MST é representado como agressor, que busca o conflito.” (CUBAS, 2012, p.129) E ainda “a imprensa normalmente apresenta os ruralistas, representados regularmente pela UDR, como os legítimos donos, vítimas dos ataques criminosos dos camponeses.” (CUBAS, 2012, p.129)

As ligações entre os ruralistas, a UDR e a imprensa é bastante próxima, conforme Cubas (2012, p.43). Os jornais com maior abrangência local são favoráveis aos interesses ruralistas. O *Imparcial* é propriedade dos fazendeiros Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva. O *Oeste Notícias* é do Grupo de Comunicação Paulo Lima, que atua como deputado defendendo a bancada ruralista, e seu pai Agripino Lima, também latifundiário e prefeito da região na época. Agripino foi um forte opositor do MST, por várias vezes se envolveu em conflitos com o movimento.

Agripino se torna uma dos principais inimigos dos camponeses. Vale lembrar um episódio no qual o MST pretendia realizar uma manifestação em Presidente Prudente no dia 29/01/2002, e Agripino decreta ponto facultativo,

tentando impedir a manifestação. Quando o MST caminhava para a cidade, Agripino Lima ordenou que se bloqueasse a rodovia Assis Chateaubriand (SP-425) com pneus e máquinas da prefeitura de Presidente Prudente (CUBAS, 2012, p. 158). Nesse sentido, “podemos, sem menor dúvida, classificar Agripino como aliado, se não, porta voz da UDR e ver o uso da máquina municipal como a territorialização do capital.” (CUBAS, 2012, p.158).

Vamos notar que os prefeitos da região, Agripino Lima, a imprensa, históricos defensores do empreendimento do capital vão estar intimamente envolvidos com a vinda do BT para o Pontal do Paranapanema.

Soma-se aos latifundiários/grileiros, a burguesia agroindustrial vinculada à cana-de-açúcar, em defesa do metabolismo social do capital (THOMAZ Jr. 2009, p.9). Segundo Thomaz Jr. O agrohidronegócio canavieiro não se interessa apenas no controle do aspecto econômico, mas também a interesses vinculados à estratégias de dominação de classe.

(...) igualmente o são os aspectos estratégicos associados aos interesses de classe, tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, bem como o desmonte dos assentamentos e atuações mais incisivas junto aos acampamentos (acampados) e as principais lideranças dos movimentos sociais.

Thomaz Jr. e Antonio (1990) nos revelam que existe um interesse de classe nas terras na legitimação e legalização das devolutas do Pontal. A estratégia é ofuscar os sucessos dos assentamentos e promover o agronegócio como a encarnação do desenvolvimento da região (THOMAZ Jr, 2009, p.8):

Coibir, emperrar e utilizar outros instrumentos aliados aos preceitos da justiça, como criminalizar, têm sido frequentemente empregados, pois, tanto os capitalistas agroindustriais canavieiros quanto os latifundiários/grileiros têm demandantes para as terras griladas e invadidas, ou seja, os trabalhadores sem terra desejam acesso a terra para viver e plantar, mas, em contrapartida, está valendo o desejo do capital de transformar o Pontal do Paranapanema num mar de cana

Nossa hipótese é que a política de crédito fundiário se soma a estas estratégias de classe. Chamamos a atenção para este item, pois ele é uma dimensão ainda não estudada e compreendida. No próximo subcapítulo empreenderemos um esforço para melhor compreender esta dimensão da realidade.

3.3 Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema

A CRAM chega ao Estado de São Paulo por meio de um requerimento ao governador Mario Covas na Câmara de Taciba no dia 07 de fevereiro de 2000. Os vereadores Benito da Silva (PSDB) e Geraldo Aparecido Fazoli (PPS) formuladores da proposta, tinham a intenção de trazer o BT para o estado de São Paulo, pois segundo os vereadores, vários estados já tinham realizado o convênio (O IMPARCIAL, 18/02/200, p. B5).

Dimensiona-se o espaço jurídico-político em São Paulo com a aprovação do termo de cooperação entre o Governo Federal, Governo do Estado e a Força sindical. Em cerimônia realizada no dia 29 de junho de 2000 (figura 9), o governador Mario Covas aprova o convênio com o aporte de R\$30 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Previa-se ainda, que a verba se elevaria para R\$ 100 milhões, segundo presidente do MDA, Raul Jungmann

Figura 9 - Mario Covas aprova o Banco da Terra em São Paulo



Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=4650>

&c=6

Concomitantemente temos a tentativa de fortalecer um território imaterial favorável ao programa. Jungmann, durante a cerimônia disse que “Reforma agrária não se faz apenas pela desapropriação, pela punição ao latifundiário. Isso é discurso do passado. Esse programa tem sabor de modernidade e avanço”. Ora, nota-se que seu discurso tenta desqualificar a reforma agrária constitucional (por desapropriação), como um “discurso do passado”, ou seja, que seria um mecanismo incompatível com o atual momento da história. Outro elemento do discurso é que a reforma agrária constitucional “pune o latifúndio”, como se o latifúndio fosse um inocente punido injustamente pela reforma agrária. E por fim, o crédito fundiário representado pelo BT representaria o oposto da RA, seria expressão da “modernidade e avanço”.

Além de representantes do governo, prefeitos e lideranças sindicais, esteve presente o presidente da Força Sindical (FS), Paulo Pereira da Silva. O papel da FS era de capacitar engenheiros agrônomos para prover assistência técnica para os mutuários e auxiliar na comercialização. Antunes (2012) afirma que a FS possui um vínculo com o patronato e um viés político neoliberal. Neste sentido, isto reforça a tese de que o crédito fundiário não está preocupado com a emancipação dos camponeses por meio de uma política fundiária. A presença da FS está ligada ao discurso da participação da sociedade civil na condução destas políticas e fortalecer o território imaterial favorável a CRAM.

Segundo o levantamento realizado por Ramos Filho (2013), por meio do Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM), temos a territorialização de 300 empreendimentos no estado de São Paulo entre 2000 e 2009, abrangendo 2.432 famílias em uma área de 8.689ha (quadro 1).

Quadro 1 – Empreendimentos de Crédito Fundiário em São Paulo (2000 – 2009)

Empreendimentos	300
Famílias	2.432
Área	8.689

Fonte: RAMOS FILHO, 2013. Org. Lima, Rodolfo de Souza

O Pontal do Paranapanema não fica fora deste processo. O BT chega à região em um momento de intensos conflitos por terra entre latifundiários e movimentos socioterritoriais, quer dizer, entre 1990 e 2000, quando são registrados 400 ocupações de terra no Pontal (DATA LUTA, 2014). O MST, que encabeça a luta pela terra no pontal, se posiciona veementemente contrário ao crédito fundiário em escala nacional. Na escala regional não vemos um posicionamento em relação ao programa, porém, certamente não eram favoráveis.

Podemos dizer que antes de sua territorialização, a imprensa escrita teve um papel fundamental de forjar um território imaterial favorável ao BT. Como já dissemos no subcapítulo anterior, a mídia representa os interesses dos latifundiários articulados à UDR, e ataca veementemente os movimentos socioterritoriais. A oficialização do BT ocorre em 19 de junho de 2001, no entanto, em 1998 o jornal Oeste Noticias publica no editorial “*Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos rebelde*” (OESTE NOTICIAS, 22/12/1998, p.1.2). Primeiramente, se observarmos o título do editorial já percebemos logo de frente a intencionalidade de conciliação, de acolhimento da política fundiária neoliberal por parte do MST: acatá-lo sem se “rebelar”. Além do caráter submisso e acrítico em relação ao programa, observamos que a coisa piora quando lemos o texto. Pois passemos ao discurso apresentado:

O País mais uma vez fica sob a ameaça do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Agora, ameaça intensificar as invasões ano que vêm em protesto contra o Banco da Terra, criado pelo governo federal e que visa permitir ao trabalhador rural financiar sua terra e acabar com a desapropriação de terra, geralmente questionáveis. Essa

atitude das lideranças do movimento mais uma vez reforça a tese, que ganha força na sociedade, e que segundo o qual o MST não se interessa pela reforma agrária e sim pela atuação político-ideológica. (O Imparcial, 22/12/1998)

Para o jornal o MST representa uma ameaça para todo o país, além de que o movimento não estaria disposto a lutar pela reforma agrária, mas sim “pela atuação político-ideológico”. Alinhado ao discurso neoliberal do BM, o jornal pretende “desideologizar” a reforma agrária, tornando-a uma questão supostamente neutra e técnica. De fato, a intencionalidade aqui é deslegitimar a política fundiária desapropriativa, “acabar com a desapropriação de terra, geralmente questionáveis”. Depois de inúmeras vezes as terras do Pontal serem inquestionavelmente julgadas como devolutas, o jornal se agarra aos interesses dos ruralistas

O jornal continua:

É mais do que justo que o sem-terra pague pela propriedade que pretender, como qualquer outro cidadão que queria um patrimônio. Os atuais rumos tomados pela humanidade deram fim ao Estado paternalista. Este ficou para trás porque se mostrou deficiente e sujeito ao uso politiquero. Assim o País deseja uma reforma agrária, mas quer que o beneficiário pague pela propriedade recebida, ainda que com juros baixíssimos. Outro ponto importante combatido pelo Banco da Terra são as desapropriações (...) essa questão das desapropriações coloca o contribuinte e proprietários de terra em polvorosa (...) o ruralista ainda é prejudicado porque o governo paga a propriedade da forma como quer, o que é totalmente injusto. (...) Porque não podemos criar métodos mais justos para a sociedade e para os fazendeiros? (....)

Para o editorial, é justo que o camponês sem-terra compre uma propriedade como “qualquer outro cidadão”, denota a concepção burguesa de que “somos todos iguais, somos todos cidadãos”. Aqui a questão das classes sociais é ocultada. A questão da reforma agrária é uma questão que não se limita a igualdade formal, jurídica, pois esta abordagem visa ocultar a improdutividade e a ilegalidade do latifúndio. Estamos falando da desigualdade substantiva (re)produzida pelo metabolismo social do capital (MESZÁROS, 2007, p.185-195), que subjuga centenas de camponeses, excluindo-os da terra.

Outro elemento é o fim do “Estado paternalista”. A reforma agrária constitucional é vista como uma política que estaria desalinhada ao atual estágio do capitalismo, pois seria uma política provida do Estado. Supostamente o jornal defende a reforma agrária, “mas quer que o beneficiário pague pela propriedade recebida”. Podemos afirmar que a intenção é alinhar às políticas fundiárias ao território do mercado, onde o capital tem pleno controle, podendo assim, subordinar o camponês a ordem mercadológica.

Por fim o artigo termina defendendo os latifundiários, vítimas das desapropriações, injustiçado pela reforma agrária. Defende o BT, pois isso levaria a relação para um patamar justo para o fazendeiro. A perversidade expressa pela improdutividade, a concentração de terra, o uso intensivo de agrotóxicos, a grilagem de terras, o trabalho escravo, a apropriação dos recursos hídricos, etc. são ignorados, devemos “criar métodos mais justos para a sociedade e para os fazendeiros”.

Como já dissemos, a oficialização do BT na região do Pontal ocorre com a vinda do representante do então ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann, o assessor especial Gilmar da Conceição Viana em 19 de junho de 2001 (figura 10). Nesta reunião estavam representados os 32 municípios da UNIPONTAL, a Força Sindical e, estranhamente a UDR. Na verdade, não nos espanta a presença da UDR na reunião. Por ser uma organização que representa o interesse dos fazendeiros, ela tinha interesses pela política fundiário neoliberal, como demonstrado no editorial do Oeste Notícias.

Figura 10 – Reunião de oficialização do BT no Pontal do Paranapanema



Fonte: OESTE NOTICIAS, 19/05/2001, p.1.5

Segundo assessor do MDA “Com o Banco da Terra o governo pretende promover uma reforma agrária pacífica, sem conflitos e que possa atender as famílias realmente interessadas na região” (OESTE NOTICIAS, 19/05/2001, p.1.5). (Re)produzindo os velhos argumentos do BM de que o crédito fundiário é pacífico, não promovente de conflitos. O que devemos destacar aqui é afirmação: “e que possa atender as famílias realmente interessadas na região”. Ora, desconsidera os camponeses que estão debaixo da lona durante dias, ocupando terra e lutando pela reforma agrária, como não “interessadas na região”. A intenção é fortalecer um território imaterial que já vinha sendo forjado em todas as escalas e convencer os camponeses a aderirem ao programa.

Forjou-se o espaço jurídico-político por meio de um consórcio entre o BT, a Força Sindical e a UNIPONTAL⁵ e o município por meio do Conselho Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente. O projeto atenderia 1500 famílias em três anos, sendo destinado aproximadamente R\$ 30

⁵ A UNIPONTAL foi a principal responsável por realizar o convênio com o MDA para trazer o BT para o Pontal. Ela representa os interesses políticos e econômicos das elites da região. Seu envolvimento significa que pretende frear os movimentos socioterritoriais e manter sob seu controle o desenvolvimento do BT.

milhões. A FS ficaria responsável pela capacitação de agrônomos para prover assistência técnica aos mutuários. E a UNIPONTAL se tornaria a agência do Banco da Terra regional.

Em outra notícia, escrita pelo gerente regional do BT Carlos Henrique de Araújo (OESTE NOTÍCIAS, 19/05/2001, p.1.5), foi criado o Programa de Capacitação do Banco da Terra, tendo em vista realizar cursos de capacitação para dois engenheiros agrônomos de cada município do Pontal. Nesta mesma notícia temos a seguinte frase “O Banco da Terra é uma conquista do presidente da UNIPONTAL, o prefeito Agripino Lima, bem como de todos os prefeitos da região”. Quer dizer, uma conquista dos ruralistas e fazendeiros da região. Uma das regiões mais demandantes pela reforma agrária no país, onde os movimentos socioterritoriais exigem a desapropriação do latifúndio, o que estaria fazendo o BT no Pontal? Ora, não são os camponeses que ela intencionava favorecer.

No editorial “*Unipontal avança*” (OESTE NOTÍCIAS, 12/05/2001, p.1.2) o jornal vangloria a estratégia da UNIPONTAL de trazer o BT para a região. O BT é posto como um método simples e fácil de acesso a terra. Podemos notar isto nas frases “E se o povo via ter remédio barato, vai também poder comprar terra por preço barato”. Para o jornal os juros são irrisórios, “Mas e os juros? Não há motivo para preocupação?” ignorando o fato das famílias serem pobres, basicamente sem bens materiais, que terão muito esforço para liquidar as dívidas. Em nossa opinião esta abstração é uma tentativa de promover o programa e favorecer a UNIPONTAL.

Temos também o aparecimento de Francisco Graziano, então deputado federal pelo PSDB-SP em notícia do dia 01 de setembro de 2001. Graziano veio para uma reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente. Para o deputado “O Banco da Terra tem uma proposta moderna de reforma agrária para a região” (OESTE NOTÍCIAS, 01/09/2001, p.1.3).

As inscrições para o BT ocorreram em Presidente Prudente do dia 4 ao dia 7 de julho de 2001, na Casa da Agricultura (Figura 11). Depois de feita a inscrição, dimensiona-se o espaço da subalternidade. Ocorre à seleção das associações e em seguida a seleção das terras (OESTE NOTÍCIAS, 03/06/2001, p.1.5). Cadastraram-se cerca de 150 pessoas para

participarem do programa, sendo esperado assentar 41 pessoas para o primeiro empreendimento. Somando-se ao resto da região, teriam 300 inscritos. O BT realizou cursos de capacitação para técnicos agrônomos, foram aproximadamente 25 técnicos agrônomos para os cursos.

Figura 11 – Inscrição para o Banco da Terra em Presidente Prudente



Fonte: OESTE NOTÍCIAS, 08/06/2001, p.13

No dia 27 de dezembro de 2001 Agripino Lima assina a liberação de recursos para a compra da Fazenda São José (Figura 12). Tratava-se do primeiro empreendimento do BT na região (O IMPARCIAL, 28/12/2001). Além do ruralista e inimigo dos movimentos socioterritoriais, estava presente o presidente do Banco da Terra e Secretário do Desenvolvimento Econômico, Carlos Henrique de Araújo, já citado aqui, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e técnicos agrícolas, secretários municipais etc.

Figura 12 – Liberação de recursos do Banco da Terra para famílias de Presidente Prudente



Fonte: O IMPARCIAL, 28/12/2001

Devemos destacar que em todas as matérias que apresentamos aqui, o Banco da Terra é visto como uma conquista não dos trabalhadores rurais, camponeses, mas da UNIPONTAL e de Agripino Lima. É essa entidade, articulada com a agência do Banco da Terra que detém o controle efetivo do tempo e o espaço da implantação do programa.

A territorialização dos primeiros empreendimentos ocorreram em Presidente Prudente, 41 famílias, Tarabai 56 famílias e Rancharia com 39 famílias, somam-se 136 famílias, com o investimento de R\$ 4 milhões.

Em julho de 2002 (OESTE NOTÍCIAS, p.1,5) é aprovado uma nova onda de compra de terras para mais 62 famílias. Territorializa-se nos municípios de: Anhumas, Santo Expedito e Martinópolis, sendo destinado mais R\$ 1,5 milhões. Em Anhumas serão 16 famílias em 85ha, com um investimento de R\$ 397 mil. Em Santo Expedito o BT financia a compra de um fazenda de 121ha por R\$ 750 mil, para 30 famílias. Em Martinópolis, compraram 88ha por R\$ 353 mil, para 16 famílias. Previa-se a compra de terras na semana seguinte em Narandiba, Presidente Bernardes e Caiabu.

Em 2004 vemos uma preocupação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em relação aos empreendimentos do Banco da Terra. Nesta época as antigas linhas de financiamento passam a ser incorporadas pelo PNCF. Segundo o presidente do ITESP “O programa foi paralisado para que fosse revisto a sua metodologia de atuação” (OESTE NOTÍCIAS, 19/set/2004, p.2-B). Enquanto o ITESP pensa no que fazer, as famílias mutuiárias continuam deixando-as de lado.

Também temos a territorialização de empreendimentos do CAF no Pontal no ano de 2006, segundo o levantamento realizado por Ramos Filho por meio do Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM). Em Narandiba foram 7 famílias em 28 hectares. Em Presidente Bernardes, foram 8 famílias em 43 hectares.

Infelizmente não temos dados de quanto foi investido em cada empreendimento. Para sintetizar a territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema elaboramos o quadro a abaixo (quadro 2). Temos 16 empreendimentos de crédito fundiário, quem abrangem 260 famílias em uma área de 1437ha. Em uma breve análise destes dados, observa-se que temos uma relação hectare/família de 5,52. Se compararmos com os números da RA, teremos 23,7 hectares/família. Apesar da amplitude da reforma agrária ser muito maior, a diferença é gritante.

Observamos que no conflito luta entre latifundiários e movimentos sociais, os latifundiários lançam mão de diversas estratégias para enfraquecer os movimentos, como destacamos no subcapítulo anterior. Nossa hipótese é que o crédito fundiário pretende: capturar sujeitos com potencial de luta em um mecanismo de (re)produção subordinada ao capital; se contrapor às ocupações de terras promovidas pelos movimentos sociais; liberar terras para o mercado fundiário.

Esta dimensão ainda é muito pouco estudada e pretendemos continuar nossa pesquisa em futuro programa de Pós-graduação. Debruçaremos sobre o movimento do real e a situação concreta dos mutuários no Pontal do Paranapanema em sua luta diária.

Quadro 2 – Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema

Município	Assentamentos	Famílias	Área(ha)	Tipo
ANHUMAS	1	16	85	BT
MARTINÓPOLIS	1	16	88	BT
NARANDIBA	8	33	161	CAF e BT
PRESIDENTE BERNARDES	2	28	128	CAF e BT
PRESIDENTE PRUDENTE	1	41	253	BT
RANCHARIA	1	40	290	BT
TARABAI	1	56	484	BT
SANTO EXPEDITO	1	30	121	BT
TOTAL	16	260	1437	x

Fonte: BDRAM, 2013. Org. Lima, Rodolfo de Souza

No momento, passemos para o ultimo capítulo desta pesquisa, onde iremos discorrer sobre a realidade da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José em Presidente Prudente.

4. ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ: ENTRE A DÍVIDA E A EMANCIPAÇÃO

Formada em dezembro de 2001, a partir das inscrições realizadas pelo Banco da Terra em Presidente Prudente, a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José (AAFFSJ) é composto por 41 famílias. Na foto abaixo (foto 1) podemos ver a sede da associação, que também é um capela:

Foto 1– Sede da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza, 2013.

Depois de formada a associação, os gestores do BT regional selecionam as terras disponíveis para a compra. Dentre elas, os mutuários escolhem uma fazenda de 253.400ha, ou 6,13 hectares por família, pertencente ao fazendeiro Mario Pires. O módulo fiscal de Presidente Prudente é de 22ha, portanto o área destinada a cada família é bem inferior ao mais adequado. A fazenda é selecionada devido a sua localização

próxima à cidade, aos mercados consumidores e aos serviços de Presidente Prudente.

Registrado em 28 de dezembro de 2001 no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente, a AAFFSJ se torna proprietária da fazenda. O financiamento para a compra da propriedade foi de R\$997.500,00, mais R\$174.500,00 para a infraestrutura, totalizando R\$1.172.000,00.

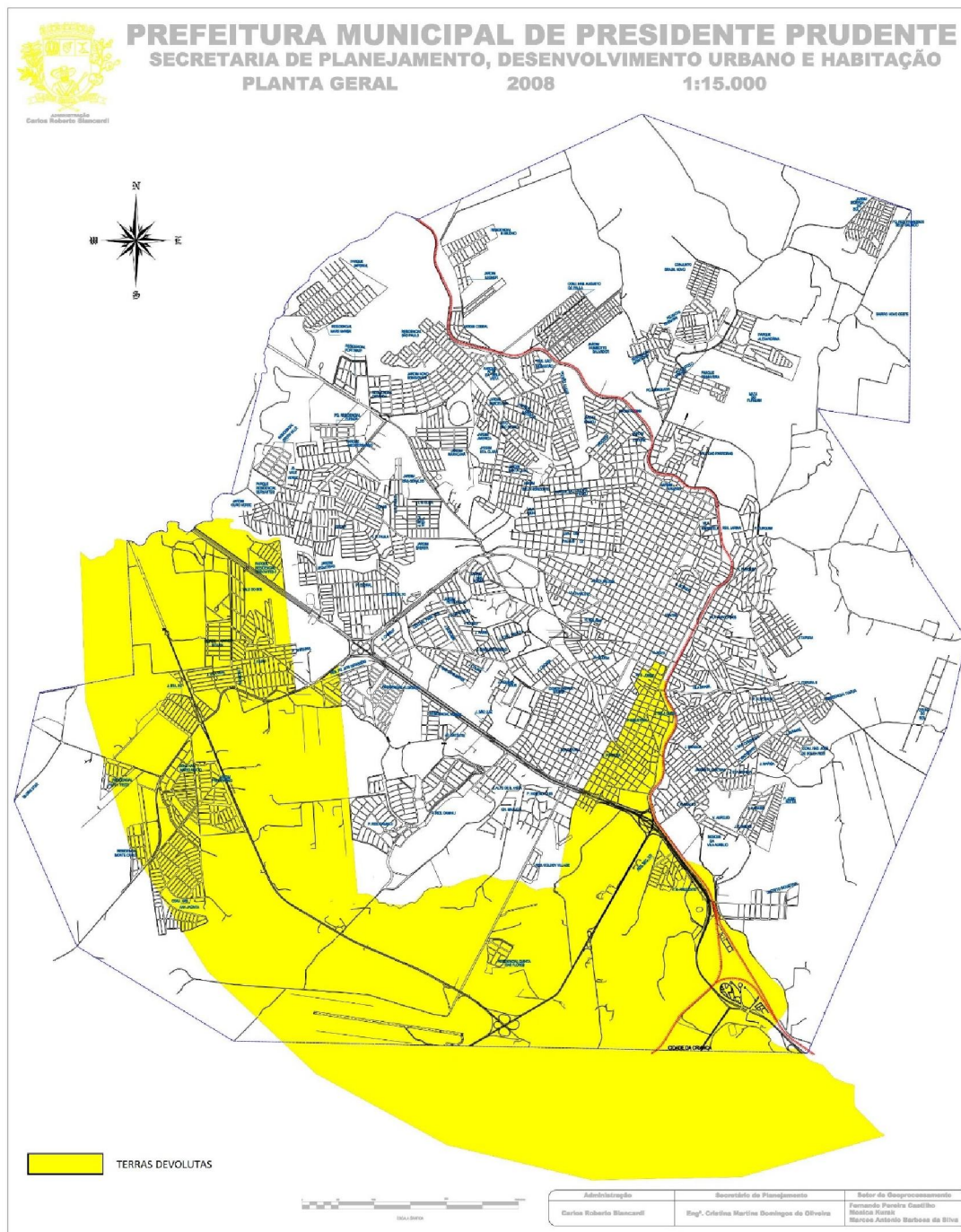
Os gestores do BT regional não realizaram um levantamento da certidão centenária, preocuparam-se somente com o aspecto agrônômico da terra. Além de demonstrarem um desconhecimento da legislação municipal, também desconheciam o fato da fazenda ser pertencente aos 12.474ha do 2º Perímetro de Presidente Prudente (Figura 13), julgada devoluta desde 1942.

Esta situação levou a dois processos judiciais e um processo criminal, que tivemos a oportunidade de analisar. Por uma decisão o Procurador da República Luis Roberto Gomes, encerra o caso: os mutuários devem legalizar as terras e pagar a dívida, os gestores não são punidos e arquivase o caso. Além disso, devido a situação jurídica pendente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que havia sido prometido aos mutuários para iniciarem a produção é paralisado e liberando somente em 2004. Esta difícil situação já levou ao endividamento junto ao Banco do Brasil, a um processo de individualização da dívida, a desistência de 11 famílias, a um intenso processo de proletarização, e à fragmentação do território.

Ao longo deste capítulo iremos discorrer sobre os aspectos que envolvem este complexo território, entendendo-as enquanto territorialidades. Segundo Raffestin (2011, p.158-162), a territorialidade é “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. No primeiro subcapítulo iremos abordar as trajetórias socioterritoriais dos mutuários até a entrada no Banco da Terra e a compra da terra. No segundo iremos abordar as relações entre a associação, a Procuradoria da República e o Banco do Brasil. Em seguida iremos abordar a infraestrutura instalada no empreendimento. No item seguinte iremos abordar a questão do meio ambiente, das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Florestal. Já no subcapítulo 4.5

aprofundaremos a discussão sobre a luta dos mutuários para permanecer na terra, ou seja, as estratégias camponesas de (re)produção familiar por meio da produção e notaremos que para tal, muitas famílias são obrigadas à proletarização. Após discorrer sobre estas diversas dimensões do território, iremos evidenciar a territorialidade construída pelos mutuários, no que tange aos impactos causados pela prisão da dívida, gerando um processo de fragmentação do território e mudanças nos ordenamentos territoriais do empreendimento em questão.

Figura 13 – Terras devolutas de Presidente Prudente



Fonte: www.presidenteprudente.sp.gov.br . Org: Lima, Rodolfo de Souza

4.1. Do sonho da terra à prisão da dívida

O empreendimento São José é resultante de diferentes trajetórias, de diferentes histórias de vida. Expressam, entre outras coisas, o sonho dos camponeses de retornar ou de obter um pedaço de terra para viver e sustentar a família. Veremos a seguir uma intensa mobilidade espacial e de fragilidade territorial (HASBAERT, 2012) que irão culminar no ingresso ao Banco da Terra e conseqüentemente na prisão da dívida.

Todos os pais dos entrevistados eram camponeses que viviam do trabalho na terra, seja como proprietários, seja como arrendatários ou posseiros. Os mutuários entrevistados tiveram sua infância vinculada à terra, e/ou tiveram que se assalariar. São provenientes de diferentes municípios da região, mas predominantemente estavam em Presidente Prudente à época.

Como podemos observar na quadro 3 abaixo, percebemos que os mutuários entrevistados possuem uma idade avançada, temos uma média de 55 anos. Este é um problema identificado pelo Entrevistado 1, pois é um sujeito amplamente envolvido nos assuntos políticos e jurídicos da associação.

Infelizmente porque no sitio... se você ver lá qual é a idade média? Todo mundo já com cinquentão, sessentão já a idade média lá no nosso lá. A maior parte, 90% ta beirado os sessenta anos ou mais, certo? Nós temos poucos produtores com menos de 40, na verdade nós não temos ninguém com menos de 40. E temos pouco viu, entre 40 e 50, o resto tudo com 60 ano, certo? E os filhos é a realidade que a gente vê, são poucos que vão ficar na roça, sobrevivendo da roça. Pode até ficar porque lá é uma qualidade de vida diferente mas pra sobreviver da roça vai ser poucos, da pra contar nos dedos. Infelizmente viu.

Segundo as informações coletadas, nas 9 famílias entrevistadas temos um total de 36 pessoas vivendo nos lotes. Conforme a quadro 4.

Quadro 3– Idade dos entrevistados

Entrevistado	Idade
Entrevistado 1	x
Entrevistado 2	50
Entrevistado 3	35
Entrevistado 4	50
Entrevistado 5	60
Entrevistado 6	64
Entrevistado 7	63
Entrevistado 8	45
Entrevistado 9	60

Org. Lima, Rodolfo de Souza

Quadro 4– Quantidade de pessoas morando no lote

Entrevistado	Quantidade
Entrevistado 1	3
Entrevistado 2	5
Entrevistado 3	2
Entrevistado 4	5
Entrevistado 5	4
Entrevistado 6	2
Entrevistado 7	6
Entrevistado 8	2
Entrevistado 9	7

Org.: Lima, Rodolfo de Souza

Em média temos 4 pessoas por família, isto no futuro pode se tornar um problema para as famílias, uma vez que, são apenas 6,13 hectares por família.

O Entrevistado 1 trabalhava com os pais no cultivo de feijão em Nova Andradina(MS). Foi obrigado a vir para o Pontal em busca de um tratamento médico adequado a sua irmã. Sem opções, foi obrigado a se submeter, mesmo na adolescência, ao corte da cana-de-açúcar, tornando-se então um boia-fria. Segundo o mesmo, quando se tornou maior de idade pôde trabalhar em algumas empresas. O sonho de voltar para a terra ainda permanecia, foi quando que, pelo jornal soube da existência do Banco da Terra. Fez a inscrição e somente na segunda chamada é que foi selecionado. Portanto não pode participar ativamente da escolha da terra.

Os pais do Entrevistado 3 são provenientes de Alagoas e vieram para o Pontal, mais precisamente para o município de Alvares Machado e depois mudou-se para Presidente Prudente. Sempre permanecendo na terra, a família do entrevistado sobrevivia da criação de gado e da plantação para consumo próprio. O Entrevistado sempre ajudou os pais, mas sempre almejou um lugar para viver, até ouvir no rádio que havia inscrições para o Banco da Terra, inscreveu-se e foi selecionado para o programa.

A mãe do entrevistado 4 era doméstica e o pai trabalhava na Sabesp, moravam em Montalvão. Segundo o entrevistado, seus pais sempre moraram no campo, mas a terra não pertencia a eles. Desde criança trabalhou na terra, plantando e criando animais, quando um amigo lhe avisou que havia inscrições para o BT, inscreveu-se e foi contemplado.

Em Caiabu, município do Pontal, os pais da Entrevistada 5 tiveram 13 filhos. Mudaram para Presidente Prudente, mas devido às dificuldades encontradas tiveram que se desfazer da propriedade que tinham. Casou-se aos dezenove anos e teve duas filhas e um filho. Após os filhos terem se casado, o sonho da terra permanecia, então se pôs junto do marido a procurar um lugar. Seu marido chegou a participar de ocupações de terra em Teodoro Sampaio, e ela ia “passear, e ajudar as crianças, ver as crianças e...levar um livro, ler alguma coisa, pras crianças”. Ao ouvir no rádio que haviam inscrições abertas para o BT se interessaram. No entanto, não conseguiram inicialmente, a contemplação só veio em 2001 após a desistência de uma família.

De pai italiano e mãe espanhola, a Entrevistada 6 e seu marido moraram 15 anos em Presidente Prudente e tiveram 4 filhos. Um dos amigos que trabalhava na feira lhes avisou sobre as inscrições do BT. Estão no empreendimento desde o começo, vinham para a plantação coletiva de batata-doce, mas mudaram-se apenas em 2003.

Sem emprego em Minas Gerais, os pais do Entrevistado 7 mudaram para o Paraná, e depois foram para Presidente Prudente. O entrevistado trabalhou na fazenda São José, era capataz da fazenda. Segundo o mesmo “escapou no gongo”, pois só conseguiu ser a desistência de uma das famílias, devido ao falecimento de um de seus membros.

Após a morte dos pais no município de Alfredo Marcondes, a Entrevistada 8 e seus irmãos permaneceram na terra. Após casar-se passou a morar na propriedade de seu sogro, até que por meio do sindicato rural soube do BT e ingressou.

Nascido em Sandovalina, os pais do Entrevistado 9 trabalhavam e moravam na fazenda de um fazendeiro do município. De pais camponeses, o filho sempre teve familiaridade com a terra. Não pode estudar, segundo o mesmo, a escola mais próxima ficava a 15 km de distância, e não havia transporte público. Devido às dificuldades encontradas no campo, mudou-se com a família para São Paulo. Aprendeu a ser polidor, no entanto, para os trabalhadores as mudanças tecnológicas podem ter resultados terríveis. “Depois que os alemães inventou umas máquinas grande que fazia serviço de cinquenta polidor, então minha profissão foi desclassificada.” (ENTREVISTADO 9). Somado a paralisia infantil, nunca conseguiu um emprego bem remunerado, então voltou para a terra.

Arrendava terra para plantar algodão. Sem dinheiro, restavam-lhe as terras acidentadas e livres somente fora de época da colheita. Depois, mudou para o plantio de maracujá. Foi quando trabalhava com maracujá que ouviu no rádio as inscrições para o BT. Vendeu tudo o que tinha conseguido com a colheita do maracujá e entrou no BT. “Mas no fim, cheguei aqui dei...quebrando porque o financiamento não saiu. O Pronaf né, porque descobriu que era devoluto, ai fiquemos naquela briga.” (Entrevistado 9).

Os pais da Entrevistada 2 vieram de distritos de Presidente Prudente, o pai de Floresta e a mãe de Montalvão. Seus pais moravam na casa de sua avó, em Presidente Prudente quando nasceu. Aos cinco anos seus pais se mudaram para um sítio perto da cidade, próximo de onde está hoje no empreendimento São José. Seu pai trabalhava de colchoeiro na cidade, enquanto sua mãe era doméstica e trabalhava na terra junto com os filhos. A entrevistada permaneceu no campo até os dez anos, pois devido a um conflito entre seu pai e o chefe, que não lhe pagava direito, foi obrigado a deixar o emprego e retornar a cidade. Morando na casa de sua avó no Bairro Vila Luso, a entrevistada trabalhou de doméstica até os dezoito anos. Foi quando seus pais mudaram novamente, agora para jequitibás, um bairro da cidade.

Mudou-se para Cuiabá (MT) com seus pais, mas retornou à região para se casar. De volta a Presidente Prudente, mudou-se três vezes. Morou na Vila Luso e depois no Parque Alvorada. Até que conseguiram um lote no Brasil Novo, onde morou por treze anos. Nogueira e Goés (2009) nos explicitam que o bairro foi criado em 1990 pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), com o objetivo de destinar lotes para famílias de renda baixa. Trata-se de um bairro que passa por um processo de segregação socioespacial, com grandes carências de infraestrutura básica, e altos índices de criminalidade.

A situação era percebida pela entrevistada, que já estava com três filhos e o marido não podia ficar em casa, pois trabalhava viajando.

Ai conversando com o marido e falei assim ó: “Você viaja” ia pra São Paulo trabalhar e eu ficava sozinha com eles(...). Então falei assim: “minha cabeça não fica nem aqui dentro, fazendo o serviço, nem com eles na rua, muito menos na escola, quando tão na escola, que eu não sei o que ta acontecendo”. Ai ele falou assim: “vamos fazer uma coisa vamos pegar essa camionete”(...) Ai ele falou assim: “vamos trocar num pedaço de terra?”. A história. Ai eu falei assim: “Mas vai vender a casa?”, ai ele falou assim: “por enquanto não, vamos ver se a gente consegue trocar ela pela terra”.

A situação de segregação socioespacial e violência os levaram a procurar um lugar no campo. A forma como ingressam no BT é peculiar. Relatam que encontraram um lote próximo de Presidente Prudente, com o mato alto e uma pequena casa de seis cômodos. Pois então que em uma bela noite:

Não falou que era do Banco da Terra, não falou que era assim a...como é que chama...os procedimento pra entrar assim não era isso (...)E ai a primeira reunião que teve, ninguém falou nada, só foi pra por a gente na ata e incluir a gente porque a gente foi o primeiro a entrar aqui. A gente não sabia

Quer dizer, os mutuários vieram para o empreendimento após a desistência de uma família, mas não foram avisados dos procedimentos do programa, das diretrizes do Banco da Terra.

Com a situação legal pendente, não puderam ingressar no PRONAF, então utilizaram boa parte do que tinham para iniciar a plantação. Plantaram feijão, milho e batata, mas não encontraram um comprador para os produtos.

Aqui nós plantamo, a gente tinha dinheiro em caixa, nós plantamo feijão, milho, a batata nossa não deu, porque falaram pra gente plantar batata porque era uma época que a batata tava num preço bom. Ai plantamo batata aqui, plantamo aqui desse lado aqui onde tem um poço também ó. Ai ninguém comprou. Estragou tudo. (...)... Nossa só foi decepção menino, passei fome aqui dentro. Fome (...)entre aspas, mas arroz e abobora cinco, seis meses é cruel (...) Porque a vizinha ali no começo me deu, foi três meses. Ela que me dava as abobrinha que ela tinha né

Apesar dessas difíceis situações de vida, muitas famílias mutuaristas resistem na terra, encontrando formas de (re)produção da família camponesa. Abordaremos melhor este aspecto abordaremos no subcapítulo 4.5.

4.2. Legalização do grilo e individualização da dívida: relações entre a Associação, a Procuradoria e o Banco do Brasil

O subcapítulo em foco pretende se deter sobre as relações de enfrentamento e tensões que ocorreram/ocorrem no espaço jurídico. Não há dúvidas de que isto vai refletir diretamente sobre as relações internas do empreendimento, transformando as territorialidades, ou seja, a vida dos mutuários, no entanto esta dimensão será mais bem abordada no subcapítulo 4.6.

Por enquanto, nossa pretensão aqui é problematizar as seguintes questões: 1º quais os processos que estão culminando na legalização da terra devoluta; 2º as relações que envolvem as entidades em foco que estão levando a renegociação e individualização da dívida.

Para tal, serão de importância fundamental os resultados encontrados a partir da análise dos processos nº 55000.000665/2003-66 – Instaurado pelo portaria do MDA/No. 02/2004, Processo 00084-29.2010.403.6112 e o Inquérito Policial (n. 2004.61.12.006479-6 - 3ª Vara Federal Local) e das entrevistas realizadas no empreendimento.

Outras entidades como o sindicato rural e o Itesp não participam da vida dos mutuários. Por tal motivo não estarão inseridas neste subcapítulo. A sua ausência evidencia uma das contradições do programa, que prometia assistência técnica, apoio das entidades sindicais, etc.

4.2.1. Devolutibilidade

Como o Estado ajuda a financiar a compra de uma terra devoluta na posse de um fazendeiro rico para camponeses pobres e demandantes de terra e após isto, deixar a dívida para estes mesmos camponeses pagarem? É isto que veremos neste subcapítulo.

Tendo em vistas as irregularidades no processo de aquisição de terras, instaura-se pela Portaria/MDA/N°02/2004, a Comissão de Sindicância de Cunho Investigatório (CSCI) para averiguar os casos que envolvem entre outros, o empreendimento São José.

O Relatório da CSCI apurou 16 casos com indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos do Fundo de Terras. Foi comprovada a existência de irregularidade na aquisição da fazenda, com a participação/omissão do Sr. Carlos Henrique de Araujo, então Gerente Regional do Banco da Terra associado à UNIPONTAL.

A comissão, em análise do processo, chega à conclusão que se tratava de uma aquisição de terra devoluta e envia ao Consultor Jurídico do MDA o seguinte pedido: “Entendemos a necessidade Urgente interferência do Contencioso da Advocacia-Geral da União/AGU, no intuito de promover a ação judicial competente para anular a aquisição e reaver os recursos despendidos” (grifo nosso).

Após um reconhecimento das condições agronômicas do empreendimento, a CSCI procura os principais envolvidos no caso para coletar depoimentos. O que vamos perceber é que cada envolvido passa a responsabilidade para o outro, ninguém assume a culpa.

Agripino Lima chega a afirmar “todos os atos e decisões eram de responsabilidade exclusiva de Carlos Henrique, era ele quem mantinha contatos tanto com os interessados quanto as autoridades estaduais,

municipais e federais”⁶. Era ele quem mantinha os contatos com os proprietários de terras, das propostas de compra e realizava os cadastros de beneficiários e intermediava os financiamentos. Também preparava a documentação referente aos imóveis a serem adquiridos.

Agripino diz que desconhece o fato da terra ser devoluta, mas tinha conhecimento da existência da Lei Municipal nº 5178, de 26 de novembro de 1998 que diz que terras devolutas que estão a 8 km do marco zero da sede do município podem ser legitimadas. Foi o mesmo que a regulamentou junto ao Cartório de Registro de Imóveis sob o nº45183, e que não sabia que o imóvel estava neste perímetro. Segundo o então prefeito, o “município tem interesse em titular os imóveis diretamente aos beneficiários do Banco da Terra”.

Carlos Henrique de Araújo acumulava os cargos de Gerente Regional do Banco da Terra de março a dezembro de 2001, era Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente e Secretário Executivo da UNIPONTAL. O mesmo também depôs, passando a responsabilidade para outro setor. Segundo ele cada empreendimento tinha um responsável técnico contratado para avaliar a aquisição dos imóveis.

A responsável técnica era Adriana Magalhães, assessora da UNIPONTAL, conforme relatado no depoimento, dispunha de toda a documentação para a aquisição, e elaborou todo o projeto de financiamento. Toda a documentação exigida foi enviada e aprovada pelo Banco da Terra Nacional.

O Presidente da AAFFSJ durante 2001 a 2003, Luis Antonio Caliarì Zanelli, em seu depoimento revela como os mutuários são capturados pelo espaço de subordinação. Neste espaço, os camponeses tem o poder de escolha muito reduzido, e os gestores do empreendimento selecionam quais as fazendas possíveis de serem compradas.

As reuniões da associação antes da compra da terra ocorriam na CATI–Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada, onde tomou conhecimento do Banco da Terra-UNIPONTAL. A partir de uma seleção realizada pela gerência do Banco da Terra, os mutuários escolhem a

⁶ Trata-se de um dos depoimentos realizados e registrado no processo nº 55000.000665/2003-66 – Instaurado pelo portaria do MDA/No. 02/2004

fazenda São José devido a sua localização, proximidade dos mercados consumidores e serviços de Presidente Prudente.

Luis Antonio não sabia que a terra era devoluta. Quando ficou sabendo por meio da certidão e da planta de terra devoluta do Estado de São Paulo, “providenciou um processo de legitimação junto a Prefeitura Municipal”. Verificou que somente o valor das casas seria suficiente para a construção de uma estrutura básica. Os outros valores seriam insuficientes para tal, como a rede de energia e a construção de poços artesianos. Nesse sentido, quando tinham conseguido um financiamento do programa Luz do Campo, os mutuários já tinham se organizado para viabilizar a instalação da rede elétrica.

Tendo estas informações em mãos, a CSCI formula um relatório final para ser enviado ao MDA, para tomada de conhecimento. Sobre a responsabilidade pela aquisição de terras devolutas com recurso público, o relatório concluiu que:

Os componentes do BT Regional tinham a obrigação de conhecer a legislação Municipal sobre a questão de Terras devolutas naquele Município e o dever de informar sobre a possibilidade do imóvel estar inserido no perímetro considerado de competência do Município” (p.19).

Sobre Carlos Henrique, o relatório tem o seguinte parecer: “Vale ressaltar que o então Gerente Regional do Banco da Terra – UNIPONTAL era também Secretário Municipal de Desenvolvimento, remarcando ainda mais a obrigatoriedade deste conhecimento”.

A CSCI não isenta o BT Nacional:

tem grande responsabilidade da culpa da precariedade na instrução dos processos de aquisições com recursos do Banco da Terra(...) Nunca existiram normas que regulamentassem/relacionassem a documentação mínima em processos desta natureza

O relatório ainda crítica que “Todas as aquisições foram concretizadas, apenas com parecer técnico agrônomo, como se a única preocupação fosse relacionada com a produtividade dos solos”.

A Comissão comprova a denúncia na aquisição da fazenda São José,

com indícios de participação/omissão do ex-Gerente do Banco da Terra- UNIPONTAL, Sr. Carlos Henrique Araújo, da responsável técnica Adriana Magalhães, do Gerente do Banco da Terra à época, Sr. Rildon Oliveira, do Gerente responsável pela liberação dos recursos Sr. Waltermir Santos, do Secretário Executivo do Banco da Terra Sr. Max Bezerra, que não cuidou de propor a regulamentação do procedimento para tais aquisições, sendo este “o maior responsável no entender desta Comissão, tendo os servidores públicos federais relacionados, infringidos os deveres previstos no art. 116 da Lei 8.112\90

No final do relatório denota uma preocupação apenas com a retomada dos recursos gastos pelo BT, porém, não se preocupam com os mutuários que irão pagar a dívida. “Ainda não houve prejuízo fato ao erário público, tendo em vista que a totalidade do financiamento deverá ser reposta pelos beneficiários, nos termos contido na proposta de financiamento”. Significa uma mudança de posicionamento da comissão, uma vez que em documento anterior enviado ao Consultor Jurídico do MDA quando falavam em “anular a aquisição e reaver os recursos despendidos”. O fato de na época os mutuários estarem em processo de legitimação junto a Prefeitura Municipal, não seria necessário “por enquanto a abertura de tomada de contas”, que viria mais tarde com a paralisação das contas.

Dando seguimento ao processo o Procurador- Seccional da União João P. Vasconcelos solicita ao Sr. Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio Machado, para anular a aquisição e reaver os recursos.

A decisão sobre esta questão ocorre em maio de 2005, por meio do Procurador da República Luis Roberto Gomes nos Autos Representação nº035/2004 a Tutela Coletiva. Antes mesmo de iniciar seu posicionamento sobre o caso, blinda Agripino Lima de qualquer responsabilidade sobre o financiamento.

O documento está separado basicamente em duas partes, uma sobre a questão da improbidade administrativa que teria sido cometida pelos gestores do Banco da Terra e outra sobre a reparação do dano.

Sobre a primeira, o Procurador defende Carlos Henrique, afirmando que o mesmo não cometeu Improbidade Administrativa. Mas é obrigado a admitir:

É claro que a conduta descrita nos autos não foi um exemplo boa administração, haja vista que se pagou por uma terra sobre a qual pendia em tese a devolutividade. Quiçá se tomasse mais cautela(...)para aquisição da posse com indenização”(p.5)

Para Luis Roberto, inicialmente “o imóvel financiado era realmente recomendado para a finalidade de assentamento de trabalhadores”(p.6)..

Na verdade parece ter ocorrido falha administrativa, considerando que recursos públicos foram repassados a particulares e utilizados para adquirir terras tidas como devolutas. No entanto, como já dito alhures, a conduta administrativa é compreensível, refugindo ao dolo e à má fé (p.8).

E ainda:

(...)acontece que, na documentação advinda dos Registros Públicos (fls.332/358, 373/380), não há qualquer menção da condição de devolutibilidade ou da existência de ação discriminatória da área (...)Pelo contrário, consta que há títulos em favor dos proprietários anteriores das áreas componentes da área total financiada, tornando-se paradoxal e suscetível de até mesmo discussão judicial a imputação de que as terras sejam devolutas. (p.8-9)

Para justificar o argumento utilizado, se valem de um exemplo quiçá mais vergonhoso. Trata-se da compra de terras devolutas pelo Estado, que estavam sob a posse de um particular. A COHAB-CHRIS – Companhia Regional de Habitações de Interesse Social, as terras consideradas devolutas no 2º Perímetro para a construção do conjunto habitacional Ana Jacinta. Na ocasião do Inquérito, foi apurado que a Diretoria de Terras e Colonização, em 22 de dezembro de 1931 promoveu ação discriminatória de terras.

Utiliza-se do exemplo do bairro Ana Jacinta para argumentar sobre a inocência dos administradores do Banco da Terra, “embora realmente estivesse (...) sobre terras devolutas estaduais, não haveria como censurar a conduta dos agentes da Caixa Econômica Federal ao conceder o financiamento” (p.11). E justificar a compra a fazenda São José.

Nesses casos o Município tem simplesmente procedido à legitimação do domínio sobre as terras devolutas municipais, como aliás fez com a Fazenda São José (fls. 430 e sgs)” (p.12). “Com relação à improbidade administrativa, portanto, o caso é de arquivado” (p.13)

Já sobre a reparação do dano. O procurador argumenta “tem legitimidade para proposição de ação civil pública para a proteção do patrimônio público (...) inclusive para eventual reparação de dano ao erário”. Na Escritura de Compra e Venda do Imóvel, são criados mecanismos para inabilitar os mutuários para a obtenção de novos créditos; considerar vencido o contrato e exigir o saldo devedor dele resultante “independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial”; e principalmente, foi instituído uma hipoteca, que compreende a terra, as construções, benfeitorias etc. para garantir os encargos da dívida (p.14). “Ou seja, há instrumento legal prevendo obrigações e direitos das partes contratantes, inclusive a incidência de garantia específica –hipoteca” (p.14). Ficado a cargo da União para “exigir a recomposição de eventual prejuízo que porventura tenha sobrevindo aos cofres públicos” (p.14)

Entendemos que isto demonstra o total desconhecimento sobre a situação fundiária da região por parte dos funcionários do BT e da Caixa Econômica Federal. Prioriza-se em primeiro lugar realizar a transação financeira, onde o dinheiro público remunera um particular que está sob a posse de uma terra pública. Por mais que os funcionários, inclusive o ex-gerente do BT, não tenham cometido Improbidade Administrativa, eles eram despreparados. Bastava ler o trabalho de José Ferrari Leite(1995) ou de Dióres dos Santos Abreu (1972), que já havia identificado que a área já havia sido julgada devoluta. A desorganização sobre a situação legal das terras também é um fator predominante, por tal motivo, houve a duplicação das certidões.

O que se observa é a ausência de ações efetivas para a realização da desapropriação das terras do 2º perímetro, e ao menos considera-la. Outro ponto é o fato de recair sobre os camponeses, um longo processo de grilagens e de negociações de terras públicas realizados por outrem. A preocupação do Estado, neste caso, é somente não onerar os cofres públicos, blindando-se de hipotecas e outros mecanismos.

Não há como não concordar com Meszáros O Estado é uma

forma da estrutura totalizadora de comando político do capital. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico. (2011, p. 106)

O capital enquanto mecanismo de controle sociometabólico baseado na extração de trabalho excedente, necessita do Estado como estrutura de comando político. “Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis.” (2011, p.119).

Para garantir os interesses de classe, já discutidos ao longo do capítulo 4, o Estado passa por cima de suas próprias leis que dizem respeito às terras devolutas, para o funcionamento do metabolismo social do capital. Em outras palavras, por de trás do espetáculo da modernidade e da pacificidade do Banco da Terra, revela-se a sua terrível intencionalidade: a (re)produção subordinada de famílias camponesas e a liberação de terras devolutas do entrave jurídico ao qual estava amarrado para o mercado fundiário.

Sepulta-se o caso, o Estado lava as mãos.

Sem outra opção, os mutuários escolhem pela legalização das terras devolutas por meio da Lei Municipal nº 5178. Para tal, os encargos financeiros desta realização ficam todos nas mãos da associação. A área pertence 80% ao município e 20% ao estado. Além disto, são conduzidos a optar pela individualização da divídiã, mas este aspecto abordaremos no subcapítulo seguinte.

Para a legalização das terras devolutas municipais a associação teve que pagar uma soma de R\$ 17.941,59 fora o valor cobrado pela empresa que realizou o levantamento topográfico do empreendimento. Em 2007 a parte do município pode ser completada.

Para a legalização que compete ao estado, os mutuários enfrentam outro entrave problema. Segundo o Entrevistado1:

E agora descobriu, por acaso, que uma das matrículas pertence a Anhumas, mas na verdade pertence ao município de Prudente, é o que ta emperrando hoje. Mas isso já ta encaminhado, no máximo um mês, trinta dias já ta solucionado isso aí. Tem que passar a matrícula pro município de Prudente. Tem que pedi autorização pro município de Prudente, o município de Anhumas tem que dar uma autorização também concordando, então ta esperando, estamos na fase da prefeitura dar a declaração.(...) parece que tudo cai em cima de nós, tudo que tava enterrado ta aparecendo agora

Para utilizar as palavras do mutuário, tudo que estava enterrado e não foi resolvido pelo Estado aparece agora para os mutuários da AAFSJS. Passemos para o próximo subcapítulo, onde outro agente além da Procuradoria estará atuando, o Banco do Brasil.

4.2.2. Renegociação e Individualização

Ao entrar no empreendimento, os mutuários passaram a produzir coletivamente, o plantio de batata-doce, feijão e milho. Esta experiência coletiva não durou muito, pois segundo os mutuários houveram uma série de impedimentos:

Tava indo bem, até uns 2 anos, a gente tava produzindo, o preço também da batata-doce que a gente...era batata doce, feijão, milho. Conseguimos retorno até.(...) Teve uma mudança no BT né, no pessoal da prefeitura que saíram e acho que entrou outro pessoal e não entraram comprometido com o programa. Ai ficou largado mesmo. A seção lá do BT ficou largado mesmo.(...) . E nesse meio tempo venceu o prazo pra gente pagar, certo? Então ai teve a falha da produção, nós ficamos sem orientação, certo? Nós não conseguimos produzir, certo? O pessoal tava morando lá, não tava tendo renda, certo? E como não tinha auxílio ficamos meio largado.(...) . E a gente tem esse problema com o banco. O banco não aceita um valor menor que a parcela real, certo? Na época era uns quatro, cinco produtores que não tinha condições, talvez três, só dois no final das contas que não ia conseguir pagar (...) Na época nós não tivemos o PRONAF, que foi prometido desde o começo, quatro, cinco anos depois, certo?(...) E também culminou com o preço também que, vamos supor, o carro chefe nosso lá era a batata-doce e também de teve uma caída de preço na época desandou(ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Uma série de processos levaram ao não pagamento da dívida, que não estão, necessariamente relacionadas aos mutuários. Podemos elencá-las em:

1. Mudança na gestão do BT; levou a uma nova gestão menos comprometida com a situação dos mutuários;
2. Falta de orientação técnica; a orientação técnica quase inexistente impossibilitou aos mutuários a lidar com as mudanças no preço da batata-doce; lembremos que a orientação era prometida pelo Banco da Terra;
3. O não recebimento do Pronaf no prazo; o PRONAF também era uma promessa do BT; a situação jurídica ligado às terras devolutas, gerado pelos próprios gestores do levou ao atraso do recebimento do programa;
4. Alterações no preço da batata-doce principal produto produzido pelos mutuários; devido à *sujeição da renda da terra pelo capital* (MARTINS, 1995), levando o produto do trabalho dos mutuários a subordinação pelo capital, fazendo diminuir a renda obtida pelos produtos.
5. Individualismo de algumas famílias; Um conflito gerado pelas famílias que não se integraram à produção coletiva;

Estes fatores também foram responsáveis pelo fracasso desta tentativa de produção coletiva e do processo de individualização das dívidas, abordaremos melhor esta questão no subcapítulo 5.5.

Como sabemos, o pagamento das parcelas do Banco da Terra é dividido entre os mutuários, mas deve ser pago em conjunto pela a associação. Conforme o relato do mutuário acima, a associação não foi capaz de pagar as parcelas da dívida. De R\$1.172.000,00 do financiamento original, hoje com o juro a dívida está no montante de R\$ 2.886.254,35. De R\$ 28.585,36 por família, estamos hoje em R\$ 70.396,44.

Simultaneamente à territorialização dos mutuários temos a territorialização do capital financeiro. Nesse sentido, o capital, interessado em sujeitar a renda da terra na forma de juro. Como observamos, no caso em foco, o banco não está interessado somente no juro, mas na terra em si.

O Processo nº 00084-29.2010.403.6112 é revelador, o Banco do Brasil “vai direto ao pote” e requer a hipoteca da terra, ou seja, antes de procurar negociar com os mutuários, ou de entender a realidade das famílias, deseja se apropriar das terras, condição de vida e trabalho para os

mutuários. A posição tomada pelo banco não nos espanta quando notamos que, segundo o Laudo de Avaliação de Imóvel Rural realizada em 2011 (anexo ao processo), o valor de mercado das terras em questão, estava em R\$ 4.192.000,00, ou seja, a taxa de valorização de 257,67% em apenas 10 anos.

As contradições entre os diferentes interesses do banco, do Estado e da Associação se afluam. Conforme o processo, a solicitação do banco é negada pela Procuradoria, uma vez que a terra ainda se encontra devoluta. E argumenta:

A despeito do não cancelamento das matrículas nas quais registradas as hipotecas, o que autoriza a formalização da penhora dos imóveis, a garantia mostrar-se ia inexecutável. Na verdade, penhorar-se-ia área devoluta pertencente ao Estado e ao Município. (...) Nem se argumente que a situação da credora é confortável já que subsiste a garantia fidejussória. Ora, os fiadores identificados no instrumento de financiamento são pequenos agricultores, a quase totalidade desprovido de bens patrimoniais.

No entanto, a Procuradoria autoriza o bloqueio da conta dos mutuários, “O cenário autoriza, senão exige a concessão de liminar de bloqueio de bens dos executados”.

Até hoje algumas famílias ainda não conseguiram retomar as contas congeladas: “Ta lá, ta bloqueado, tinha quatro (4) real na conta, ta bloqueado ainda.” (ENTREVISTADO 3).

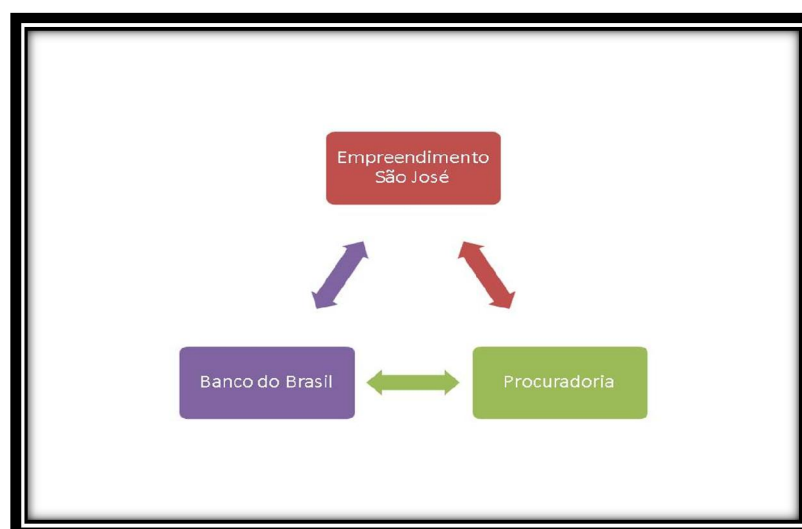
Em resposta a AAFFSJ contrata uma advogada para sua defesa junto a procuradoria. Para isso, argumenta-se que a associação está procurando regularizar a sua situação jurídica com a terra em fazer um processo de individualização, onde cada família ficaria responsável por parte da dívida. Enquanto isso, a associação foi pagando 1% sobre as parcelas vencidas, o mínimo possível para renegociar a dívida.

Como já dissemos, a questão da devolutibilidade já está praticamente resolvida. Em seguida, a associação dará encaminhamento à individualização. Notamos que a individualização está presente no imaginário de muitos mutuários como o fator que solucionará os problemas.

Conforme o mutuário: “Individualizar é melhor, melhor que você vai lá e paga suas dívida” (ENTREVISTADO 9).

É um território que está sob o controle relativo da associação e do banco, observa-se que os conflitos de interesses entre as entidades são latentes. A AAFFSJ interessada em garantir aos mutuários o acesso a terra para a (re)produção da família camponesa; o banco, movido pela necessidade de sujeitar a renda da terra; e a Procuradoria tenta mediar este silencioso conflito, mostrando-se mais interessado em resolver a questão pressionando a associação para o pagamento da dívida. Como podemos observar na figura 14, as relações entre as entidades são elementos que estão imbricados e são fatores que compõem a dinâmica territorial do empreendimento. Quer dizer, é um território em disputa pelo agente financeiro e a associação que repercute na territorialidade dos mutuários, fragmentando-os.

Figura 14 – Relações entre entidades



Org. Lima, Rodolfo de Souza.

4.3 A infraestrutura do empreendimento

Atualmente o empreendimento São José encontra-se bem aparado no que diz respeito à infraestrutura. Todas as famílias têm acesso a energia

elétrica, água por meio do poço artesiano, caixas d'água, fossas assépticas, etc, assim como moradias em diferentes estágios de construção.

Como podemos observar no quadro 5, o orçamento destinado para a infraestrutura no projeto do empreendimento foi insuficiente. Podemos notar a grande diferença do projetado e preço pelo qual foi concluído.

Quadro 5 – Projetos de infraestrutura

	Projeto(R\$)	Concluído(R\$)
Rede Elétrica	5000,00	50.000,00
Fossas sépticas	2.000,00	16.400,00
Poços-artesianos	2.000,00	13.000,00
Caixas d'água	1.000,00	6.000,00

Org. Lima, Rodolfo de Souza

O depoimento do gerente do BT à época da implantação da infraestrutura, Paulo Sérgio de Souza, é revelador “o responsável técnico pelo projeto de infraestrutura havia orçado valores insignificantes e muito abaixo do necessário para os projetos”. E ainda “a conclusão da infraestrutura só foi possível com o sacrifício individual de cada assentado”. Cada família mutuaría ficou responsável para a implantação da infraestrutura.

O caso da energia elétrica é marcante. Sem energia no empreendimento, os mutuários, por meio da AAFFSJ, solicitaram a implantação da energia junto à prefeitura. Sem respostas, a associação pagou pela instalação, um projeto de R\$50.000,00.

O relato da Entrevistada 5 nos evidencia a situação dos mutuários:

A Caiuá só ligo a luz, a hora que nós entregou tudo pronto, que a empresa entregou com o último centavo. Tanto é que uma ano inteirinho, que meu marido trabalhou aqui na lavoura, a gente não viu o dinheiro. Teve uma lavoura, que eu cheguei aqui, que ele tinha dezoito reais. Eu vim aqui pra buscar o dinheiro, pra mim pagar uma compra do mercado. Cobririam o cheque. Ele falou: “Olha tá tudo no negócio da luz”. Ai, quando foi na outra semana, quando a gente chegou no hospital minha filha parou o carro e falou: - Mãe...tem luz na fazenda São José. Ai eles tinham ligado a luz. Ai nós chegamos aqui, meu filho falou: - Pode trazer uma geladeirinha, que agora a gente tem luz. Só que nós tivemos que doar tudo que a gente fez pra

Caiuá. A Caiuá é dona disso aqui, as custas das quarenta e uma famílias.

O material da construção para a moradia também foi de baixa qualidade,

Porque a porta que eles deram lá, se você desse um soprão... se desse um pé de vento você tinha que tá escorando. A do cara ali em cima deu um pé de vento lá, arrancou foi com tudo, era, nem lata era. Ai eu peguei falei com o cara lá... a janela era não disso ai não, a janela ali se você der um murro, vish maria, atravessa de um lado pro outro, não tinha grampo não tinha nada. Ai fui lá, queria porta, queria janela. Cimento eles deram vinte sacos e deram um metro de areia, um metro de pedra.

Falha na compra da terra, falha no projeto de infraestrutura, este são alguns dos aspectos mais marcantes da gestão do Banco da Terra neste empreendimento.

Seguem algumas fotos da infraestrutura instalada pelos mutuários:

Foto 2 – Poço Caipira inutilizado



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 3 - Poço artesiano



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 4 – Rede Elétrica e estradas



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 5 – Moradias 1



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 6 – Moradias 2



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 7 – Moradias 3



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

4.4 O meio ambiente

O Relatório da CSCI levantou as características físicas do empreendimento:

- **Solos:** apresenta Latossolos e Podzólicos, propícios para a agricultura e pecuária, são minerais, não hidromórficos, profundos, bem drenados, com razoável capacidade de retenção de água e nutrientes, ácidos, fertilidade natural de baixa a média. “recomendados para o empreendimento”.
- **Relevo:** Apresenta-se de suave ondulada a ondulada, com classes de declividade B a C. Não apresenta restrições ao empreendimento.
- **Hidrografia:** Dispõe de cursos d’água permanentes e temporários, devido ao córrego de Cédro; poços semi artesianos.

A fazenda de Mario Pires, segundo os relatos, não possuía uma Área de Preservação Permanente (APP), inclusive plantava cana-de-açúcar nestas áreas. E uma reserva florestal em início de formação, ou seja, não estava de acordo com a legislação ambiental.

Quando separaram os lotes para cada mutuário, cada família ficou com 1 hectare e o resto era destinada à área coletiva. Segundo consta, uma das famílias estava cultivando no lote individual, nesta área que era utilizada para a plantação de cana-de-açúcar, mas não foram avisados que era uma área destinada à APP. No entanto a associação foi autuada por tal.

Segundo a presidente da associação, os mutuários tiveram que plantar 7 mil mudas de árvores. Hoje tanto a reserva florestal como a APP estão em boas condições, com árvores de 6, 7 metros de altura. Observamos nos relatos a presença de aves e animais silvestres de porte médio. Seguem algumas imagens:

Foto 8 – APP e Reserva Florestal



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 9 – Reserva Florestal à esquerda



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 10 – Reserva Florestal 1



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 11 – Reserva Florestal 2



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 12 – Reserva Florestal 3



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

4.5 As estratégias de (re)produção camponesa: subordinação e resistência dos mutuários

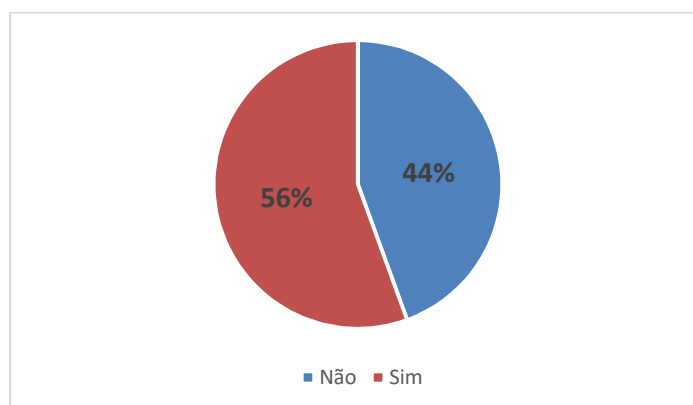
Abordaremos neste subcapítulo os resultados encontrados nas entrevistas no que tange às formas de (re)produção da família camponesa. Como afirma Oliveira (2001, p.55-57), o elemento fundamental da produção camponesa é o *trabalho familiar*. Observaremos que para garantir a (re)produção das famílias os mutuários tem que recorrer ao assalariamento, que complementa a renda da família. A aposentadora também exerce grande importância nesse sentido.

É nesta dialética entre subordinação e resistência que estamos entendendo as complexas relações em foco. Quer dizer, a sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995) ou o assalariamento são fatores que subordinam as famílias; por outro lado, a permanência na terra, a realização do trabalho na terra, o assalariamento, são condições para “manter a realidade/identidade camponesa” (THOMAZ Jr., 2006, p.154).

4.5.1 A produção

Como nos mostra o gráfico abaixo, 5 famílias cultivam nos seus respectivos lotes e 4 não. Somente 2 das entrevistadas participam do PAA. Segundo a presidente da associação, de todo o empreendimento, somente 6 famílias participam do programa atualmente. Entre os entrevistados 5 famílias possuem criação (gráfico 10). Das famílias que cultivam, três possuem criação.

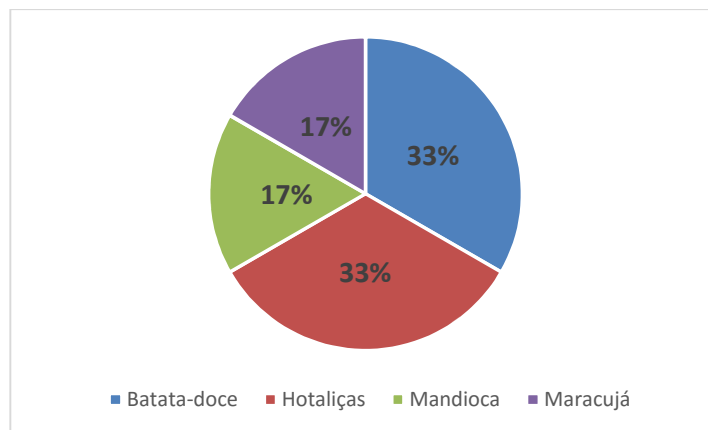
Gráfico 10 – Mutuários que cultivam no lote



Org.: Lima, Rodolfo de Souza

Observamos uma variedade de cultivos na produção das famílias (gráfico 11). Predominam a produção de batata-doce e de hortaliças. Somente uma das famílias produz mandioca e maracujá.

Gráfico 11 – Tipo de Cultura



Org.: Lima, Rodolfo de Souza

O primeiro financiamento para o PRONAF ocorreu em 2004 no valor de R\$15.000,00. Segundo a Presidente da Associação, muitas famílias não conseguiram pagar o financiamento ou estão renegociando a dívida.

No empreendimento o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, segundo a Presidente da Associação, englobam 6 famílias. Entregam batata-doce, mandioca e verduras. O PNAE faz duas chamadas durante o ano, a cada chamada, a associação entrega: 3.000 pés de alface, 3.000kg de batata-doce, 3.000kg mandioca e 3.000kg de batata-doce.

Na produção de batata-doce, uma delas entrega para o PAA, segundo a família (Entrevistado 8), conseguem uma renda de R\$ 1,56/kg.

A outra família não participa do programa. Esta família produziu 700 caixas de batata-doce. A produção foi realizada por meio da parceria com mais duas famílias, eles entraram com a terra, a outra com o maquinário e outra com o trabalho. Os lucros serão divididos igualmente para cada família. Para Oliveira, trata-se de uma forma de tentar “superar a falta de capital variável, que o levaria a deixar de ser camponês” (2001, p.56).

No entanto, demonstram uma preocupação, pois a produção foi vendida para uma fábrica de doces e mediada por um intermediário que transportaria a produção e ainda não pagou pelo produto:

mas o cara que comprou a batata também não pagou. Ainda não pagou, não recebemos nada. Então você fica esperando pelos outros, né. Se você dependesse desse dinheiro pra comer você tava morrendo de fome. Então no caso, tem que sair pra trabalhar, né (...). Que diz que é pra fabrica de doce não sei, tem ai um fabricante de doce que eles compram ai esse japonês ainda não veio, não veio ainda acertar a divida.

Estamos diante da monopolização do território camponês pelo capital, como citado alhures. Além de a empresa capitalista estipular os preços do produto, sujeitando a renda camponesa, ainda deixa-os sob a insegurança de não serem pagos.

A produção de hortaliças também é produzida por duas famílias. A entrevistada 6 produz verduras para o PAA e para o PNAE. Produz alface americana, crespa e roxa, como podemos ver na foto 13 abaixo. Atualmente a mutuária entrega 50 pés de alface para o PAA diariamente. O kilo do alface está cotado pelo PAA a R\$1,95. Outro cultivo da família é a cebola. Conforme nos foi informado, a família colhe de 10 a 12kg todo ano.

Foto 13– Horta da entrevistada 6



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

A outra família, segundo a entrevistada 5, atualmente produz apenas para consumo próprio (Foto 14). A família não acessou ao PAA devido aos problemas de saúde relacionados a idade avançada e ao trabalho na construção civil do marido. Mas desejam plantar feijão e milho no futuro.

E eu sou bem animada com lavoura, se fosse uma coisa que desse lucro, só que o duro é na hora da venda né? Na hora que a gente colhe a batata doce, que você lota aquele caminhão, e você vê que não tem preço. Mas, já plantamos muito. (...)Mas ainda vejo uma ótima ideia em plantar o meio alqueire de milho, um pouco de feijão

Foto 14 – Horta da entrevistada 5



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Segundo o mutuário (entrevistado 9), estão com 4000 pés de mandioca (Foto 15). Por não participar do PAA, e do tempo de deslocamento, gostaria de instalar uma farinheira em seu lote: “(se)Quiser uma mandioca pra desmanchar em farinha tem que levar pra Candido Mota, pra Tarabai, não sei se ta funcionando aquela farinheira lá. Eu tenho vontade de montar aqui né.”

Como fica a deriva dos preços do mercado, o mutuário tenta encontrar os melhores locais para vender a sua produção e alugar um caminhão:

Ai você vende na cidade né. Que nem aqui, você tem que tentar brigar e entrar devagarzinho nos mercado né. No sacolão, que nem aquele sacolão que tem ali(...)entrega e caça jeito de sair fora do Ceasa, porque o Ceasa é... ele rouba demais né (...)assim se deus ajudar e nós alugar um caminhão desse assim e entregar nos mercado, você tira uns cinco conto (ENTREVISTADO 9)

Foto 15– Plantação de mandioca



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

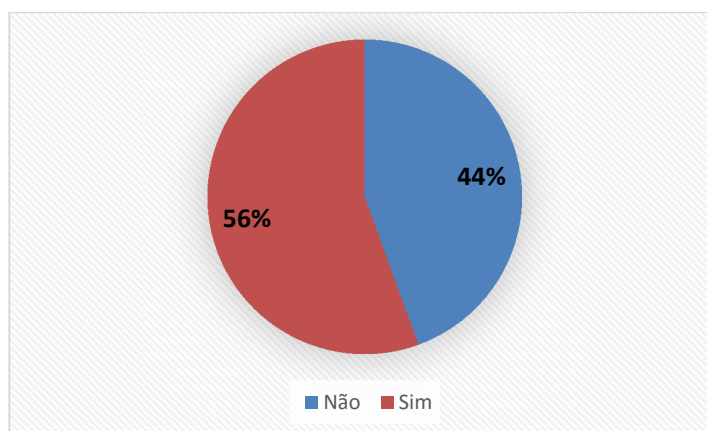
O mesmo também cultiva o maracujá e estima colher duas mil caixas. A plantação pode ser vista na foto 16:

Os mutuários que não possuem trator passam por dificuldades para alugar o que está disponível pela prefeitura de Presidente Prudente. Além da enorme fila para conseguir o maquinário, é comum a frase “Trator da Prefeitura só enrola a gente.” (ENTREVISTADO 6).

Foto 16 – Maracujá

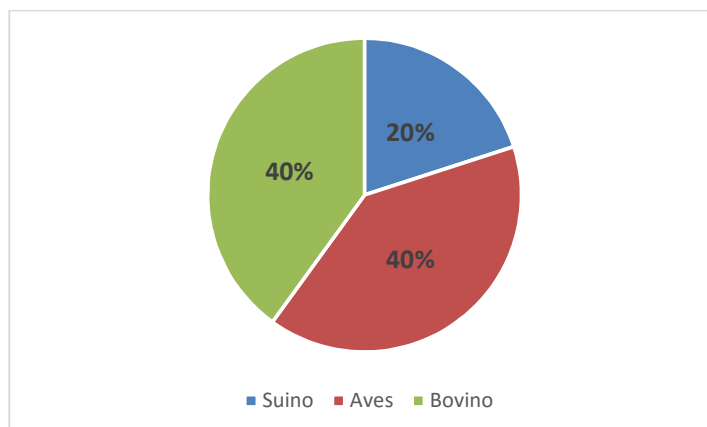
Fonte: Lima, Rodolfo de Souza.

Como já foi dito, dos entrevistados, 5 possuem criam algum tipo de animal (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Mutuários que possuem criação

Org.: Lima, Rodolfo de Souza

A criação de animais predominante é de bovinos, predominantemente para leite e de aves, principalmente para consumo próprio (Gráfico 13). O porco aparece apenas em uma das famílias, que segundo o entrevistado 4 possui 70 cabeças de porco (Foto 17). Podemos ver também a criação de aves da entrevistada 6 (Foto 18), para a alimentação familiar.

Gráfico 13 – Tipo de criação

Org.: Lima, Rodolfo de Souza.

Foto 17– Chiqueiro

Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Foto 18 – Criação de aves da Entrevistada 6

Fonte: Lima, Rodolfo de Souza

Em todas as entrevistas observamos a necessidade de assistência técnica, seja no manejo de animais, na análise do solo, no cultivo mais adequado, etc. Segundo a entrevistada 2, existia um cabritário no empreendimento, onde os mutuários utilizavam para entregar leite à um laticínio próximo. Mas a inexistência de assistência foi um fator predominante para o fracasso da experiência:

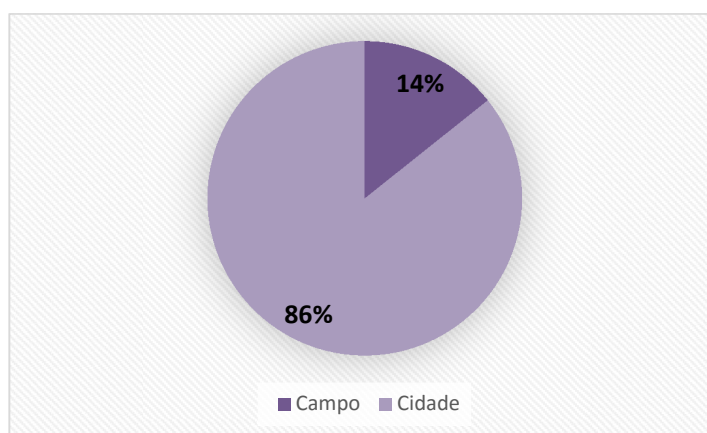
Ate tinha meninos que tinham cabritario né, que até tem um laticínio aqui em cima, não sei se vocês chegaram ver. Tem um laticínio aqui, de refrigeração de leite aqui na...descendo aqui, a primeira ruinha subindo pra lá tem um laticínio ali de congelamento de leite. A vizinha tinha, que tem o laticínio ali, tinha. A menina lá de cimão, tinha. O senhor aqui do fundo também tinha cabritos. Ai por falta de assistência acabou tudo.

A produção de batata-doce só foi possível de ser realizada na terra que era coletiva. Em seu lote, segundo a mutuaría, seria necessário uma correção no solo ou um suporte para conseguir utilizar produtivamente. As últimas tentativas de plantar mandioca foram falhas, as mandiocas racham no solo antes de serem colhidas.

4.5.2 Assalariamento

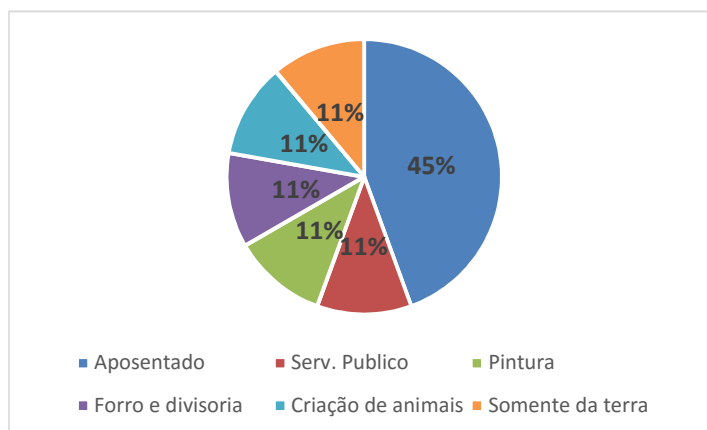
Como já dissemos no início do subcapítulo 4.5, o assalariamento acaba se tornando uma estratégia para garantir a sobrevivência da família. Apenas uma família vive inteiramente da agricultura, já outra necessita da aposentadoria. Todas as famílias entrevistadas necessitam de pelo menos membro assalariado, e duas vivem inteiramente do assalariamento. Das 36 pessoas que vivem nos lotes, 15 exercem atividades do lote. Dos entrevistados, 86% (6 famílias) trabalham em locais urbanos, e 14% (1 família) no campo (gráfico 14).

Gráfico 14 – Local de Trabalho



Org.: Lima, Rodolfo de Souza

Considerando apenas os entrevistados observamos que 44% (4 famílias) possuem membros aposentados e as outras se ocupam de diversos setores (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Principal renda dos mutuários

Org.: Lima, Rodolfo de Souza

Em alguns casos, como os das famílias entrevistadas 6, 8 não há nenhum assalariado vivendo com eles. No entanto notamos que nas outras famílias, exceto nas duas não que não produzem no lote, há membros da família que trabalham e produzem, alternando os dias. Este é o caso dos entrevistados 2, 4, 5, 7 e 9.

A título de exemplo, podemos citar os casos das famílias entrevistadas 2 e 9. A primeira, trata-se de uma família com 5 pessoas, que possuem 3 filhos, todos desempregados e 1 na faculdade. A mãe trata do trabalho doméstico, já o marido trabalha informalmente de pintor em Presidente Prudente durante a semana e aos finais de semana na terra.

Já a família do Entrevistado 9 é composta por 7 pessoas. O entrevistado e sua esposa que é doméstica, seus dois filhos e suas respectivas esposas e o neto. O entrevistado é aposentado e trabalha junto com os filhos na plantação de mandioca e maracujá. Os filhos trabalham de segurança na cidade, uma de suas esposas trabalham em uma loja de roupas de Presidente Prudente e a outra realiza um trabalho doméstico costurando para um loja da cidade.

Apesar desta condição imposta a muitas famílias, notamos que há resistência às formas de subordinação do trabalho pelo metabolismo social do capital, no sentido de manter o modo de vida camponês e de

pertencimento ao território. A identidade camponesa se expressa no discurso do mutuário entrevistado a seguir:

Tem que ficar entre você e Deus né, porque se Deus te dá uma benção, ele te dá direto. E se você é empregado, as vez o dono quer te ajudar mas tem que passa pelo chefe, até chegar em você, passa por umas três, quatro cabeça né. E a lavoura não, a lavoura é entre você e Deus. Deus ta mandando uma chuva de pedra, [palavra incompreensível] que ele quer proteger, pra dar uma torcida na chuva, né. Então eu acho melhor lavoura por causa disso. Porque é entre você e Deus, você num... o emprego não, o emprego é só uma casinha de morada sua, um carrinho, se você for bem esforçado, você pode ter duas casas.

4.6 Fragmentação territorial e novos ordenamentos territoriais

De acordo com Raffestin, estamos presenciando uma territorialidade dissimétrica (2011, p.161). As territorialidades “criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos assumir” (2011, p.161)

Nesse sentido, esse modelo de (re)criação campesinato, expresso na CRAM, impõem sobre os mutuiários uma territorialidade profundamente dissimétrica. É um fator que impede controle efetivo do território pelos camponeses. Impediu o financiamento do Pronaf no início da implantação do empreendimento. Assim como é um fator que impede muitos mutuários de realizar investimentos produtivos devido ao temor de perder a terra:

Nós estamos muito inseguros com relação a Procuradoria, ta? Essa incerteza que nós temos é desgastante pra nós. Eu mesmo não to chegando a investir porque não sabe o que pode acontecer. Eu acho que a solução vai vim nessa individualização ai cada um vai ficar com a sua dívida. A partir do momento que cada um ficar com a sua dívida, cada um vai lutar por si. Eu acho que é a solução pra se pagar, porque se ficar do jeito que ta, vai ficar do mesmo jeito. A coisa ta num grau que a gente ta indo já pra oito nove ano de inadimplência e não vai conseguir reverter.(...) Mas nesse meio de jogo quem sofre é só a associação, só os produtores porque ela que ta sobrevivendo disso ai, ela vive disso aqui e não tem segurança não vai investir mesmo. (ENTREVISTADO 1)

A individualização é imposta como a única alternativa para os mutuários. O maior favorecido nesta operação é o próprio capital

financeiro/rentista, uma vez que poderá maximizar a extração de renda das famílias, tratando-as individualmente. Esta relação desigual já suscita em alguns mutuários o desejo de vender um trecho do lote para se amortizar da dívida, “Então se eles liberar, você pode estudar um caso ai e vende um pedacinho e paga, paga tudo, você ficou quite com o banco né.” (ENTREVISTADO 9), ou pode significar a perda da terra para o mutuário, ou seja, sua desterritorialização.

Observamos que as territorialidades construídas estão levando a fragmentação do território, tanto no sentido jurídico, zonal, cada um com o seu lote, como no sentido simbólico, de individualismo, de separação, isolamento: “(...)porque aqui já ta, pelo o que eu vejo, nós já estamos individualizados né. Porque cada um faz o que quer, cada um planta o que quer. Então é só passar no papel. (...)” (Entrevistada 2)

E às vezes, de impotência:

Né, o Banco do Brasil, como é que você vai mover uma ação contra o Banco do Brasil , nós aqui. Como que a associação que é os moradores vai abrir um B.O. contra o Banco do Brasil?: contra o Agripino? onde a gente vai achar esse Pires pra abrir um B.O. contra ele? Como? Nós somos desse tamanho eles são desse tamanho e ai? Quem vai ser pisado, quem vai ser esmagado? É nós que vai ser esmagado, é terrível. (Entrevistada 2)

Apesar da fragilização causada pela individualização da dívida, a AAFFSJ continuará existindo. Ao menos no sentido de captar recursos para o PRONAF, PAA, entre outros aspectos:

Hoje a associação ela poderia fazer muito mais, mas pelo histórico que ela ta hoje, ela ta razoável. Hoje ela tem o projeto do PAA, tem o projeto da CONAB, certo? (..)Acho que tem espaço pra a associação expandir, inclusive na parte de produção. Já tem o PAA e a merenda, PNAE, ela comercializa mas ela podia ajudar na produção, podia ajudar a contratar um técnico. Se depender do governo não vai sair nada de assistência técnica, infelizmente. (Entrevistado 1)

Notamos que a religião tem um importante papel na territorialidade construída pelos mutuários, pois é praticamente a única prática cultural dentro do empreendimento. Além da existência da Capela, que reúne as

famílias católicas, existe uma igreja improvisada na casa de um dos mutuários, que congrega cerca de 15 famílias evangélicas da Congregação (Foto 19).

Foto 19 – Igreja improvisada de evangélicos da Congregação



Fonte: Lima, Rodolfo de Souza.

Juntamente com as estratégias de resistência camponesa por meio da realização territorial do trabalho na terra (THOMAZ Jr. 2006), de ajuda mútua, a participação dos mutuários junto à associação também pode obter algumas conquistas como: a captação da rede elétrica; a iluminação das estradas vicinais, transporte público; o Programa Saúde da Família, assistência médica, que está presente no empreendimento a cada quinze dias; e o parque da terceira idade; e a compra de um trator.

Estas práticas territoriais nos revelam que a fragmentação do território, no sentido simbólico, não é algo inevitável. As relações de solidariedade, de ajuda mútua, de identidade camponesa, baseadas em relações não-capitalistas, significam uma forma de resistência às formas de controle sóciometabólico do capital. São potencialmente relevantes para uma ofensiva contra este modelo de (re)criação do campesinato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho discorreremos sobre a formulação das políticas fundiárias neoliberais no âmbito do Banco Mundial e suas diferenças e relação à Reforma Agrária e o processo de territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Brasil. Visualizamos processos que vão desde a grilagem das terras devolutas do Pontal, o enfrentamento entre fazendeiros e camponeses na luta pela terra, a espacialização e a territorialização do empreendimento São José em Presidente Prudente.

A Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José inserida no Pontal do Paranapanema, uma região onde o conflito territorial é latente. A burguesia regional empreende uma série de mecanismos para frear a luta pela terra e garantir a (re)produção do metabolismo social do capital. A espacialização do BT vem no sentido de competir o com a RA e deslegitimar ideologicamente as ocupações de terra, propondo o BT como moderno, não conflitivo, eficiente e não punitivo.

Em nossa análise, mostramos a perversidade inerente a uma política que visa a (re)produção subordinada de frações do campesinato para a livre expansão do capital. Os mutuários da AAFSJ estão sob a pressão do capital financeiro/rentista e do Estado que ameaçam lhes desterritorializar caso não paguem a dívida.

Entendemos que os camponeses estão inseridos numa lógica dialética de subordinação e resistência. Estamos de acordo com Ramos Filho (2013, p.254):

A subalternidade é a condição de desterritorialização do campesinato, seja através da expropriação da família camponesa, da proletarização, do campesinato, ou mesmo do controle do trabalho camponês via o processo de monopolização do seu território pelo capital. A resistência engloba todas as formas de enfrentamento empreendidas pelo campesinato contra a destruição do trabalho familiar, bem como de sua construção de possibilidades de permanência

Além da prisão da dívida, a desistência de 11 famílias e a condição de assalariamento ou trabalho assessorado de muitas famílias evidencia os processos de subalternidade que vivem as famílias.

Apesar de importantes, o PAA e o PNAE, que abrangem apenas 6 famílias no empreendimento são insuficientes para garantir a autonomia econômica das famílias. Devem ser acompanhadas por uma assistência técnica e de um apoio institucional articulado e por parte do município, do Estado e da União. Além dos programas citados inexistem qualquer forma de produção de apoio por parte da prefeitura de Presidente Prudente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Força Sindical, da UNIPONTAL e do ITESP. O PRONAF, importante para incentivar a produção, também se mostrou problemático devido à insuficiência econômica das famílias. No entanto, como podemos mostrar, o potencial produtivo/agronômico do empreendimento é excelente e praticamente sem apoio institucional às famílias seguem resistindo na terra.

Observamos um processo dialético de fragmentação do território e de novos ordenamentos territoriais. Fragmentação territorial no sentido jurídico, físico, do empreendimento, devido à individualização da dívida, e um processo de individualização mais subjetivo, simbólico, onde prevalece a lógica subordinadora do metabolismo do capital, de “igualdade jurídica”, tratar cada um no seu lote, com vistas a subordinar a renda da terra ao capital e/ou liberar a terra para o mercado fundiário. E, por outro lado, temos novos ordenamentos territoriais, no sentido de rearticulação entre algumas famílias, em práticas sociais de solidariedade e ajuda mútua para a resistência da identidade e da (re)produção da família camponesa, baseadas nas relações não-capitalistas.

Lembramos este último aspecto, pois ao contrário da ação individual, a ação coletiva é transformadora. Este é um dos desafios para a AAFSSJ, fortalecer os vínculos sociais de identidade territorial, com vistas à ação coletiva, a busca de políticas de desenvolvimento territorial e a transformação da realidade.

Ancorado nos preceitos teóricos do Banco Mundial, o governo brasileiro em suas últimas gestões (diga-se FHC e Lula) não enfrentaram a questão estrutural da questão agrária e insistiram na continuidade da CRAM no país. Sempre na órbita do metabolismo social do capital, o governo Lula não enfrentou duas questões estruturais: “a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, através da renda

capitalizada da terra e insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa.” (FERNANDES, 2013, p.80).

Estamos diante de um “um sistema social de desigualdade estrutural incorrigível e incuravelmente injusto” (THOMAZ jr. 2011, p.11), necessitamos enfrentar o problema em sua estrutura:

Já é chegada a hora do Estado brasileiro reparar todos os atingidos pela contrarreforma agrária de mercado e assumir o compromisso político de assentar na verdadeira reforma agrária os milhões de brasileiros excluídos do acesso à terra, como ação estrutura no combate à pobreza e à desigualdade. (RAMOS FILHO, 2013, p.264)

Ressaltamos a necessidade de continuar as pesquisas em futura pesquisa de mestrado visando aprofundar a realidade concreta dos mutuários no Pontal do Paranapanema, assim como o processo de territorialização da CRAM na região. Assim, poderemos não só entender a realidade destas famílias, mas fazer a análise crítica destes programas neoliberais, objetivando fortalecer as políticas de desenvolvimento territorial contrárias ao modelo destrutivo imposto pelo metabolismo social do capital e que garantam a (re)criação camponesa de forma emancipada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Faculdade de filosofia, ciências e letras de Presidente Prudente, 1972.

ANTONIO, Armando Pereira. **Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado**: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: SP, Boitempo, 2011.

Banco da Terra Libera 1,2 milhão. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Geral, 28 dez. 2001, p.1.3

Banco da Terra beneficia 62 famílias. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 9 jul. 2002, p.1.5

BARBOSA, Maria Valéria. **A presença do Estado num trecho da história**: Luta pela terra no Pontal do Paranapanema. 1990. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Agrário. Portaria nº2 de 2004. Dispõe sobre a apuração de irregularidades na gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Instaura o Processo 55000.000665/2003-66. 02/jan/2004.

BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Inquérito Policial 8-0360/2004. Crime contra o sistema financeiro. Autor: Justiça pública. 04/out/2004.

BRASIL. Tribunal regional federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Processo 00084-29.2010.403.6112, União Federal e Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José. 16/dez/2010, 1337f.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – estado do Paraná. 2011. 231. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

CORRÊA. Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA Roberto

Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-48

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. 2012. 271 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2012**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2013.

_____. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2013.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e o poder do campesinato**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

Editorial, Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos Rebelde. **O IMPARCIAL**, Presidente Prudente, 22 dez, 1998, p.

Encontro oficializa Banco da Terra. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 19 jun. 2001, p.1.5

FABRINI, João Edmilson; DJONI, Ross. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-301.

_____. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. **Observatório Social de América Latina**, v. 24, p. 73-85, 2008b.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. v.1-2. Tese (livre-

docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Buainain, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2008c, p.1-57.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias.** 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, Unesp, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

_____. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** 1 ed. Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

NABARRO, Sérgio Aparecido. **O Banco da Terra em Tamarana - PR: O caso dos grupos Renascer II E III.** 90 f. 2007. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

NAVARRO, Zander. **Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?** In: Buainain, Antônio Márcio; et. al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília-DF: Embrapa, 2014. p.695-724.

NOGUEIRA, Ana Claudia; GOÉS, Eda Mária. Representações sociais do bairro Brasil Novo em Presidente Prudente – SP. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente: UNESP, n.9, v.1, 2009. p.12-20.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. MÉSZÁROS, István **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011. p.94-132.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v.2, n.21, p.113-156. 2003.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1. Ed. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PAULA, L. A. C.; HESPANHOL, R. A. M. . O PAA no Assentamento São José em Presidente Prudente (SP): seus desdobramentos na vida das mulheres agricultoras. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária 'Territórios em Disputa**: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro', 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; Almeida, Rosemeire Aparecida. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, João Marcio Mendes. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). **Revista Nera**. Ano 8, n.6, p.75-117, jan/jun. 2005.

_____. Neoliberalismo, política de terras e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-48.

_____. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FCH. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Servolo; Paulilo, Maria Ignez(org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP. v. 2, 2009, p.279-302.

PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Historia e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.173-206.

ITESP, São Paulo. **Pontal Verde: Plano de Recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema** 2 ed. São Paulo: ITESP, 2000.

_____. Pontal do Paranapanema: novos investimentos buscam o desenvolvimento da região. **Fatos da terra** São Paulo: ITESP, n.19, ano 6, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A crise do contrato social da modernidade: o caso da “Reforma Agrária” do Banco Mundial. **Rev. Formação**, Presidente Prudente, v.2, n.13, p.133-141. 2006.

_____. A via campesina e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Cadernos de Geografia**, Bogotá, Colômbia, n.16, p.49-70, 2007.

_____. **Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e Territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006). In: FERNANDES, B.M.F; MEDEIROS, L.S. de; PAULILO, M. I (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: UNESP. v.2, 2009, p. 247-278

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

ROSSET, Peter. Alternativa à política de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.315-342.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed., USP, São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado do São Paulo. **Covas assina convênio do Banco da Terra**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=4650&c=6>>

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.285-316.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. 546 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009**. 2012. 130 f. Monografia (bacharel em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeito da lei de 1850**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

SPAROVECK, Gerd (org.). **Crédito fundiário e qualidade de vida no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005

SPOSITO, E. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. Rev. Terra Livre, nº16, p. 99-112, 2001.

_____. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Unesp, 2004.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Reforma Agrária**, ed. Especial, Campinas, jul. 2013, p.13-31.

THOMAZ Jr., Antonio. Se Camponês se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ Jr., ANTONIO; CARVALHAL, Marcelo Dorneli; CARVALHAL, Terezinha Brumati. **Geografia e Trabalho o Século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006. p.130-167

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Imperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329

_____. Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, 2009, p. 1-14

_____. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo - Território**, v. 5, p. 92-122, 2010.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação. In: Antonio Thomaz Junior; Karina Furini da Ponte; José Alves (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. 1 ed. Presidente Prudente: Centelha, 2011, v. 6, p. 11-37.

VIA CAMPESINA. **A armadilha do Crédito Fundiário do Banco Mundial**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa Popular/ La Via Campesina, 2006. Disponível em: <www.social.org.br/cartilhas/Cartilha%20Rede%20Social.pdf>. Acesso em: 10/12/2013.

ANEXOS

Roteiro de Entrevista

Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José

1. Sobre a história de vida:

- 1.1. Onde moravam seus avós? ZR ou ZU? Quais atividades exerciam?
- 1.2. Onde moravam seus pais? ZR ou ZU? Quais atividades exerciam?
- 1.3. Quais atividades exerciam?
- 1.4. Quais os motivos da mudança?
- 1.5. Quantas pessoas moram com vocês? (perguntar a idade, escolaridade, emprego, etc)

2. História do empreendimento:

- 2.1. Está no empreendimento desde o início? Desde quando?
- 2.2. De quem pertencia essa área? Qual era o uso dela?
- 2.3. Como ficou sabendo do Banco da Terra?
- 2.4. Como entrou no Banco da Terra?
- 2.5. Como eram as reuniões com os gestores? O que se discutia?
- 2.6. Como ficou sabendo da associação?
- 2.7. Como funciona as reuniões? Com que frequência; principais assuntos debatidos? Qual foi a última que participou e qual assunto tratado?
- 2.8. Quais as propriedades que estavam disponíveis? Motivos que escolheram esta?
- 2.9. Quando vieram para o São José houve algum auxílio para a construção de infra-estrutura ou iniciar a produção?
- 2.10. Quais foram as dificuldades enfrentadas?
- 2.11. Como funciona o pagamento do Banco da Terra?
- 2.12. Conseguiu-se pagar o financiamento da terra?
- 2.13. Já recebeu alguma notificação pela inadimplência? Caso positivo, o que acontece?
- 2.14. Como está a negociação hoje?

3. Quanto ao estabelecimento agrícola:

- 3.1. O sr(a) cultiva no seu lote? Caso negativo, por que?

- 3.2. O que cultiva?
- 3.2.1. Que tipo de cultura? Quantidade?
- 3.2. Possui criação?
- 3.2.1. Que tipo de criação? Quantidade?
- 3.2. Recebe orientação técnica? Caso afirmativo, de quem?
- 3.3. O que o sr(a) utiliza na plantação? (defensivos, maquinário)
- 3.4. Está enfrentando alguma dificuldade para desenvolver a lavoura?
- 3.5. Onde comercializa a produção? _____ Para quem?
- 3.6. É beneficiário do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar)?
- 3.7. Quem transporta os produtos?
- 3.8. O sr.(a) faz financiamentos? (Pronaf, etc.)
- 3.8.1 Tem conseguido pagar o financiamento?
- 3.9. Tem aposentados na família?

4. Quanto ao meio-ambiente

- 4.1 Há alguma preocupação com o meio ambiente?
- 4.2. Faz tríplice lavagem?
- 4.3. Onde são armazenadas as embalagens? Por quanto tempo?
- 4.4. Existia mata de reserva quando chegaram na propriedade?
- 4.5. Existe preocupação com a mata ciliar (ribeirinha)? E antes?
- 4.6. Existe preocupação com a água? E antes, tinha?

5. Sobre as relações de trabalho:

- 5.1. Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?
- 5.2. Alguma pessoa da família trabalha fora da propriedade?. Caso positivo
- 5.2.1 Quantas?
- 5.2.2. Onde?
- 5.2.3. Que atividade?
- 5.2.4. Para que?

6. Infra-estrutura do empreendimento

- 6.1 Sobre a água, como funciona? (local de captação, poço, etc.)
- 6.2. A Energia Elétrica?
- 6.3. Sobre o atendimento médico? (quantas vezes por semana, desde quando)

6.4. Passa ônibus no empreendimento? Quantas vezes?

6.5 O que fazem nos finais de semana?

7. O futuro do empreendimento

7.1. O que planeja para o futuro do seus filhos?

7.2 O que precisa melhorar?

7.3. Planeja desenvolver alguma coisa?

7.4. Está satisfeito com a associação?

Tabelas

	Onde moravam seus avós?	Onde moravam seus pais?	Atividades que os pais exerciam	O que o sr(a) fazia antes?
Entrevistado 1	ZR	ZR	Agricultura	Boia fria/Empresas
Entrevistado 2	ZR/ZU	ZR	Agricultura/colchoaria	Doméstica
Entrevistado 3	ZR	ZR	Agricultura	Criação de gado
Entrevistado 4	ZR	ZR	Assalariado/Sabesp	Criação
Entrevistado 5	ZR	ZR/ZU	Agricultura	Agricultura/Doméstica
Entrevistado 6	ZR	XR	Agricultura	Comércio
Entrevistado 7	ZR	ZR	Agricultura	Criação
Entrevistado 8	ZR	ZR	Agricultura	Doméstica
Entrevistado 9	ZR	ZR	Agricultura	Agricultura

	Idade	Quantas pessoas moram?	Como ficou sabendo do BT
Entrevistado 1	x	3	Jornal
Entrevistado 2	50	5	Reunião da associação
Entrevistado 3	35	2	Radio
Entrevistado 4	50	5	Amigo
Entrevistado 5	60	4	Rádio
Entrevistado 6	64	2	Amigo
Entrevistado 7	63	6	Amigo
Entrevistado 8	45	2	Amigo
Entrevistado 9	60	7	Rádio
Total	x	36	
Média	55	4	

Cultiva no Lote	Que tipo de cultura?	Criação	Tipo de criação	Quantas pessoas trabalham na propriedade?
Não	Não	Não	Não	0
Sim	Batata-doce	Não	Não	1
Não	Não	Não	Não	0
Não	Não	Sim	Suíno	1
Sim	Hortaliças	Sim	Bovino	4
Sim	Hortaliças	Sim	Aves	2
Não	Não	Sim	Aves	1
Sim	Batata-doce	Sim	Bovino	1
Sim	Mandioca/Maracujá	Não	Não	3

	Quantas trabalham fora da propriedade	Local	(o entrevistado) Que atividade
Entrevistado 1	1	Cidade	Serv. Publico
Entrevistado 2	1	Cidade	Pintura
Entrevistado 3	2	Cidade	Forro e divisória
Entrevistado 4	3	Campo	Criação de animais
Entrevistado 5	1	Cidade	Aposentado
Entrevistado 6	0	Não	Aposentado
Entrevistado 7	3	Cidade	Aposentado
Entrevistado 8	0	Não	Não
Entrevistado 9	4	Cidade	Aposentado
Total	15	86%	
Porcentagem de proletarização	36,11%	14%	